UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

OS CONTEÚDOS DA URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Considerações a partir da expansão da cidade de Nampula

Alexandre Hilário Monteiro Baia

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Geografia

Orientadora: Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos

São Paulo

2009

Dedico este trabalho

*à minha filha Iónia,
pelos anos sem afeto paternal;
à minha esposa Alzira e
aos meus filhos Yves e Alex,
pela paciência;
aos meus pais pelo incentivo*

e

*Ao meu Professor
Manuel Araújo
pelo encorajamento*

Agradeço

À Profa. Ana Fani pela orientação e formação e, principalmente, pelo apoio e pela paciência desde o início de meu mestrado em 2003;

Aos meus amigos e colegas do Laboratório de Geografia Urbana (Labur) pelas discussões e pelo convívio;

Aos professores e pós-graduandos de Geografia Humana, dos cursos de Antropologia Urbana e de Sociologia Econômica pelas discussões e pela contribuição para as reflexões sobre este trabalho;

Ao grupo de graduandos da Universidade Pedagógica em Nampula pelo apoio na pesquisa de campo;

À Flor do Labur e aos funcionários da secretaria da Pós-Graduação em Geografia que sempre deram grande apoio;

Especialmente ao Institute of International Education (IIE) pelo auxílio financeiro concedido através do Ford Foundation International Fellowships Program, imprescindível para minha formação;

À Dra. Célia Diniz pela sua orientação através do África-América Institute (AAI)

Resumo

A expansão da cidade de Nampula produz uma realidade a partir da qual se pode construir um entendimento sobre as tendências da urbanização em Moçambique. A reflexão apresentada expõe a urbanização em Moçambique como momento da ocidentalização e como processo que produz uma realidade urbana específica que contempla a ruralidade; especificidade explicada a partir das contradições produzidas pela: ocidentalização que procura produzir um espaço que reproduz o modo de vida determinado pela industrialização e; pela persistência do modo de vida, derivado das sociedades africanas pré-coloniais, cuja reprodução apóia-se sobre o sistema de linhagem. A coexistência dos dois modos de vida é organizada e controlada pelo Estado centralizador num movimento de reprodução da sua hegemonia sobre o espaço. O resultado é um espaço diferencial produto da urbanização desigual. Nesse contexto, a paisagem da cidade de Nampula revela as desigualdades entre áreas onde o espaço construído tem características das cidades ocidentais – concebidas durante a colonização portuguesa – e aquelas áreas onde a urbanidade é incipiente – pela ausência ou deficiência de serviços e infra-estruturas urbanos. A explicação da urbanização desigual passa pelo entendimento da contradição transformação/persistência dos conteúdos do urbano. A especificidade do urbano em Nampula ainda é explicada pela simultaneidade de diferentes lógicas – das relações sociais monetarizadas (capitalista); centrada na solidariedade e integração comunitária (do grupo domiciliar) e; da reprodução das elites no poder (do Estado). Essas lógicas determinam a coexistência de diferentes modos de acesso à habitação e ao solo urbano e, através das desigualdades de renda, produzem um espaço urbano diferencial.

Palavras-chave: Cidade de Nampula; urbanização desigual; Estado; grupo domiciliar; ocidentalização

Abstract

The expansion of Nampula city produces a reality from which it is possible to construct an understanding about the urbanization tendencies in Mozambique. The reflection presented exposes the urbanization in Mozambique as a moment of westernization as well as a process that produces a specific urban reality which contemplates the rural life; specificity explained from the contradictions produced by: the westernization that seeks to produce a space which reproduces the life style determined by the process of industrialization and; the persistency of the life style derived from pre-colonial African societies reproduction of which is based upon the lineage system. The coexistence of the two kinds of life style is organized and controlled by centralized State into a movement of its reproduction hegemony upon space. The result is a differential space as a product of unequal urbanization. In that context the landscape of Nampula city reveals the inequalities between areas where the constructed space has western cities shape – conceived during the Portuguese colonization – and that areas where the urbanity is incipient – by the absence or deficiency of urban services and infrastructures. The explanation of the unequal urbanization passes through the understanding of the contradiction transformation/persistency of the urban contents. The specificity of the urban (reality) in Nampula is still explained by the simultaneity of different logics – of the social relations mediated by money (capitalist); centred in communitarian solidarity and integration (of the domicile group) and; of the reproduction of the elite on the power (of State). Those logics determine the coexistence of different access ways to the habitation and urban land and, through the rent inequalities they reproduce a differential urban space.

Key words: Nampula city; unequal urbanization; State; domicile group; westernization.

Índice

Apresentação

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO.....	1
Cidades e urbanização em Moçambique.....	2
A Escola de Chicago.....	8
A Cidade de Nampula.....	18
A expansão da cidade de Nampula.....	24
A perspectiva lefebvriana e a cidade.....	32
CAPÍTULO II: A URBANIZAÇÃO E AS ÉPOCAS HISTÓRICAS.....	35
África pré-colonial.....	35
Da cidade colonial na África	51
O período pós-independência em Moçambique	53
Da formação da elite nacional	56
Do espaço urbano	60
CAPÍTULO III: A ESPECIFICIDADE DO URBANO.....	64
Acesso à habitação	67
Acesso ao solo	70
A construção da habitação.....	73
A economia da cidade	77
O trabalho na cidade	82
O comércio	85
O lazer e os rituais culturais	86
Os deslocamentos diários	87
CAPÍTULO IV: REFLEXÕES FINAIS.....	89
O grupo domiciliar como produto da história	89
O Estado: entre a cidade e o urbano	99
Da paisagem ao espaço urbano	104
BIBLIOGRAFIA	117

APRESENTAÇÃO

A realidade urbana que nasce da expansão da cidade de Nampula contempla conteúdos que levam ao questionamento das análises convencionais sobre a cidade e a urbanização. A paisagem urbana revela estruturas espaciais produzidas pela coexistência de relações de diferentes espaços-tempos. Essa coexistência produz-se a partir das relações entre a cidade de Nampula e o sistema de relações que regem a sociedade moçambicana, na qual aparecem relações de dependência determinadas pela expansão do capitalismo (disseminando o modo de vida ocidental e as relações sociais mediadas pelo dinheiro); pelo Estado - através da propriedade estatal da terra e do planejamento urbano (reproduzindo a homogeneidade do espaço e hegemonia do Estado) – e pelo grupo domiciliar que através de lógicas de subsistência reproduz o modo de vida autóctone. O espaço (urbano) revela, então, uma produção diferenciada de lugares caracterizados por diferentes modos de vida. Nesse contexto a urbanização, enquanto momento da ocidentalização, aparece fragmentada num movimento de segregação espacial.

A cidade de Nampula é o lugar onde a segregação espacial tem a sua gênese no período colonial. Construída a partir do estabelecimento de um posto militar, símbolo da soberania colonial portuguesa na região norte de Moçambique, a expansão da cidade se realiza continuamente num movimento de inclusão de áreas rurais dentro dos limites da cidade e de exclusão no que concerne à urbanidade; pois, a urbanização não atinge todas as camadas da população rural incluída pelo processo de expansão: daí a urbanização desigual. As transformações resultantes da urbanização desigual revelam-se pela periferização de algumas infra-estruturas de comércio e lazer, assim como, da habitação de grupos sociais com alta renda; pela constituição de um mercado fundiário

não oficial e; a proliferação de mercados locais precários de venda e compra de produtos manufaturado. A persistência do modo de vida autóctone é um produto da urbanização desigual; uma persistência que se revela pelo acesso a terra, mediado pelo direito costumeiro; pelas relações sociais baseadas na reciprocidade e não mediadas pelo dinheiro na troca de bens e serviços; e pela precariedade da habitação.

A realidade urbana é entendida no bojo da contradição transformação/persistência dos conteúdos que a expansão da cidade reúne. Contradição derivada da coexistência de diferentes sistemas de relações de reprodução social. Nesse contexto, a exposição foi estruturada em quatro capítulos: o primeiro apresenta a realidade urbana em Moçambique, em Nampula em particular, e revela as influências teóricas e os limites da geografia urbana em Moçambique; no segundo capítulo é analisado o fenómeno urbano em Moçambique, segundo os diferentes contextos históricos que produziram diferentes sistemas de relações sociais; o terceiro capítulo expõe os conteúdos da urbanização produzidos pela expansão da cidade de Nampula e que especificam o urbano em Moçambique, enfatizando a persistência de lógicas de reprodução social não capitalista e; quarto capítulo sugere algumas considerações sobre a problemática urbana como produto de uma urbanização desigual.

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

O fundamento da reflexão proposta neste estudo sustenta que a urbanização em Moçambique é ainda um processo inacabado e caracterizado por elementos de segregação e exclusão; daí a construção da tese segundo a qual há uma complementaridade intrínseca entre os elementos característicos do modo de vida ocidental (ocidentalização) - introduzidos pela expansão e dominação colonial portuguesa (e pela mundialização do capitalismo contemporâneo) - e aqueles típicos da sociedade africana (anteriores à colonização portuguesa) no interior da cidade. Uma práxis permeada pelas imposições ou necessidades de diversa ordem perpassa a cidade inteira misturando características urbanas européias e elementos do modo de vida africano; produz-se, então, um fenômeno concreto: um urbano especificamente moçambicano. Assim que, embora distintos, o modo de vida europeu e africano produzem e configuram esse urbano. A persistência do modo de vida da sociedade africana, enquanto irracionalidade (ou negação?) da urbanização ocidental, é um dos conteúdos do urbano em Moçambique. O urbano aparece, portanto, enquanto noção e processo que carece de uma reflexão crítica superando a idéia de um conceito que engloba apenas objetos, signos e significados produzidos pelo urbanismo veiculado pela urbanização européia e assimilado pelo Estado.

A urbanização enquanto momento de difusão do modo de vida ocidental obedece a uma lógica excludente, e assente no urbanismo, que produz hierarquias sócio-espaciais vinculadas à reprodução das relações sociais. Essa lógica induz para recusa das práticas culturais locais ou africanas, consideradas rurais, tradicionais e inferiores, e promove o modo de vida europeu ou ocidental considerado superior e moderno. Essa lógica leva o sujeito africano, moçambicano, ao seu desenraizamento e negação de si,

fazendo dele um estranho na e cidade pretendida pelos urbanistas e pelos grupos sociais que o sustentam.

A análise da práxis urbana como um dos momentos importantes para a compreensão da realidade urbana revela os conflitos entre o antigo e o novo; onde as pessoas têm que optar entre o que é africano e o que é europeu ou ocidental ou têm que passar de umas práticas para outras segundo as circunstâncias ou condições e imposições da vida na cidade produzindo e reproduzindo, diferencialmente, os lugares que compõem a cidade. São, portanto, as desigualdades de acesso aos diferentes recursos, principalmente os econômicos, que explicam as diferenças no acesso aos elementos de urbanidade: as diferenças no acesso e no fornecimento de serviços e infra-estruturas urbanas entre os diferentes grupos sociais e diferentes lugares que constituem a cidade revelam uma urbanização desigual – (re)produtora de uma realidade urbana concreta e transitória. Assim que é possível analisar um dos aspetos da história da urbanização em Moçambique, enquanto momento de difusão da ocidentalização, a partir de um ponto caracterizado pela ausência de urbanização ocidental até os períodos em que o processo se acumula; aspecto não menos relevante, mas, não privilegiado e que revela um movimento simultaneamente espacial – porque o processo se estende no espaço que ele modifica – e temporal (porque se desenvolve no tempo).

2. Cidades e urbanização em Moçambique

As primeiras formas de povoamento que se pode considerar de cidades em Moçambique – pela concentração de população e pelas suas funções administrativas e ou comerciais diferentes da aldeia rural – eram capitais de estados ou centros comerciais. Citam-se a capital do Estado do Zimbabwe, a capital de Gaza e dos Estados do Mataca e dos Mutapas. Diversos centros comerciais permanentes foram constituídos através do

contato comercial com os árabes: Chibuenne (em Vilanculos ao sul de Moçambique), Sofala (no centro de Moçambique), Ilha de Moçambique e, provavelmente, Somana na baía de Nacala na província de Nampula e Querimba e a ilha de Vamizi ao sul da província de Cabo Delgado. Trata-se de cidades, anteriores a chegada dos portugueses em Moçambique, onde os comerciantes locais estabeleciam seus empórios de ligação com lugares distantes e, aí, residiam com suas famílias. No início do século XX começam a surgir cidades nitidamente marcadas pela presença colonial portuguesa: construídas para os europeus, as novas cidades são portos de escoamento de produtos de exportação, são lugares de estabelecimento da administração colonial, o que as diferencia das cidades européias resultantes da Revolução Industrial. Pois, para o caso de Moçambique pode referir-se que:

Relativamente tarde, só depois da separação administrativa de Moçambique da Índia Portuguesa em 1752, foi introduzido o municipalismo português em sete povoações em 1762/64 (Inhambane, Sofala, Sena, Tete, Quelimane, Moçambique e Ibo). Em 1818, a capital na Ilha de Moçambique foi elevada à categoria de “cidade”. Tinha nessa altura cerca de 5.000 habitantes. A maioria [era africana], mas as elites eram imigrantes da Europa e Índia incluindo alguns dos seus descendentes locais (Serra, 2000: 23 e 239).

As cidades resultantes da implantação colonial portuguesa em Moçambique foram caracterizadas pela coexistência de duas áreas: uma que albergava população de origem européia e asiática, com um traçado geométrico que indicava preocupações com o planejamento urbano e; outra, não planejada e com infra-estruturas precárias, onde viviam os africanos como mão-de-obra necessária para os trabalhos de construção civil, para os carregamentos no porto, para os trabalhos domésticos (op.cit., 440).

O estudo da urbanização nos países dependentes requer uma análise da constituição do processo de dependência – um processo inerente ao modo de produção capitalista. Pois, a dependência resulta, segundo Castells (1979), da expansão do modo de produção capitalista em que distintas formações sociais cumprem funções diferentes

e possuem características peculiares correspondentes a estas funções e a sua forma de articulação. Portanto, a dependência se desdobra a partir da inserção diferencial dos países numa estrutura que se expande superando fronteiras institucionais e (re)produz relações de dominação e dependência no que concerne ao desenvolvimento dos países. Desse modo, trata-se de uma expressão das relações de dependência dentro da estrutura das sociedades, no sistema produtivo e nas relações de classe dos países dependentes. De tal sorte que o processo de urbanização reflete a ligação da dinâmica social, já esboçada, no espaço; ou seja, trata-se da configuração espacial resultante da penetração do modo de produção capitalista, historicamente formado nos países ocidentais, nas restantes formações sociais com diferentes níveis de desenvolvimento técnico, social e cultural (Castells, 1979: 54-55) – tal como ocorre nas sociedades da África meridional.

Na África meridional, e especificamente em Moçambique, o sistema de dominação colonial portuguesa organizou-se em cidades construídas, na sua maioria, a partir de centros de serviços que mantinham uma estreita ligação com a metrópole colonial. Grande parte das atuais cidades moçambicanas não só resultou de antigos centros de negócios, mas também, e fundamentalmente, de concentrações de serviços portuários. A função principal dos antigos centros de negócios era a exportação de matérias primas do interior de Moçambique e de outros países do hinterland para Portugal e outras metrópoles europeias. Nesse contexto Castells (1979) refere que se tratava de

(...) *centros de negócios* diretamente ligados às metrópoles coloniais – daí a inexistência de uma rede urbana de interdependências funcionais no espaço nacional -, escalas nas rotas comerciais (e, portanto, quase sempre um porto) e centros comerciais para o consumo interior. São as *gateways cities*, forma urbana da economia de tráfico, princípio de integração subordinada de uma burocracia comerciante local com os negociantes imperialistas e soldados encarregados pela sua proteção (Castells, 1979: 57).

Mais tarde, as cidades assumiram funções administrativas – como espaços urbanos que reproduziam as cidades da metrópole. Desse modo, o desenvolvimento do modo de produção capitalista e o aumento do ritmo da industrialização vão influenciando a configuração social e espacial das sociedades dominadas. Trata-se, antes, do impacto do processo de industrialização através de uma relação de dependência específica. O ritmo e as formas do crescimento das cidades nos países dependentes, que é o caso de Moçambique, espelham a articulação das relações econômicas e políticas – relações de dominação; colonial, capitalista-comercial e imperialista e financeira.

Depois da independência de Moçambique em 1975, Portugal deixou de influenciar, pelo menos de forma direta, as políticas de desenvolvimento territorial do país. A adoção do modelo de desenvolvimento socialista introduziu novas singularidades nas relações sociedade-espaço.

Mesmo considerando que Moçambique se encontrava numa fase transitória para uma formação social socialista admite-se que a propriedade privada dos meios de produção fora extinta e deixara de ser o elemento estrutural da sociedade; as forças de mercado - enquanto estrutura subordinada ao político - não influenciaram diretamente o processo de urbanização à semelhança do que ocorria durante o período colonial em que o Estado organizava e controlava a urbanização, através de planos de urbanização concebidos pelas câmaras municipais. Ocorreu, portanto, o que Castells (1979) refere como um deslocamento do sistema dominante em que o político tomou o lugar do econômico; onde o fator principal da organização social é o Estado, e através do Estado, o partido no poder¹. Desde modo, o desenvolvimento urbano em Moçambique começou a ser determinado pela primazia do político e a sua independência em relação à

¹ Depois da Independência de Moçambique o poder do Estado socialista era exercido através do partido FRELIMO, antiga facção armada da Luta pela Independência, ainda hoje no poder.

economia. Ora, a política, de desenvolvimento sócio-econômico, adotada pelo Estado socialista priorizava o desenvolvimento rural. Nessa perspectiva, a nova orientação econômica sustentava que a agricultura era a base e a indústria um fator dinamizador da economia nacional e por isso estimulava investimentos preferenciais na agricultura e no meio rural. Paralelamente foi lançado o projeto das aldeias comunais² que tinha como objetivo reduzir as diferenças entre a cidade e o campo. No entanto – tal como aponta Castells (1979), ditas diferenças estão baseadas na subordinação econômica da agricultura a indústria e o restabelecimento do equilíbrio entre os dois setores é antes um processo econômico e social que espacial – as poucas experiências de aldeias comunais apenas permaneceram lá onde os solos permitiam o cultivo agrícola, provavelmente, como centros que reproduziam a sociabilidade rural mais do que centros de equipamentos coletivos. Na sua maioria, as aldeias comunais ou não se desenvolveram porque foram estabelecidas em espaços onde os solos não eram suficientemente férteis para a produção agrícola ou foram destruídas pelos rebeldes durante a guerra civil, entre 1976 e 1992³.

As interações espaciais de grande dimensão entre a cidade e o campo ocorreram nas cidades-capitais provinciais. Pois, apesar dos investimentos quase nulos no desenvolvimento das cidades, as capitais provinciais continuaram a receber incrementos de população rural quer como resultado das diferenças de desenvolvimento quer pela insegurança no campo provocada pela propagação da guerra civil nos anos 80.

² Designação dos assentamentos humanos rurais concebidos segundo a experiência das chamadas zonas libertadas – pequenas aldeias relativamente autônomas que serviam de apoio a FRELIMO durante a luta pela Independência.

³ A destituição do sistema colonial português e o estabelecimento de um governo nacionalista de orientação socialista e aliado à ex-União Soviética provocaram uma reação hostil dos países capitalistas; através do regime racista da África do Sul e da Rodésia (atual Zimbabwe), os países capitalistas patrocinaram um grupo armado, posteriormente designado Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), que desencadeou um conflito armado contra o governo moçambicano. O conflito que mais tarde se tornou uma guerra civil destruiu diversas infra-estruturas sociais e econômicas que alegadamente constituíam os alicerces do regime socialista.

Em Moçambique, as décadas de 70, 80 e 90 foram caracterizadas pela ocorrência de fatores conjunturais adversos (guerra colonial, guerra civil e calamidades naturais) que alteraram o desenvolvimento normal da distribuição territorial da população a partir dos centros urbanos. Este fenómeno (...) inverteu o sentido da expansão urbana, com todas as consequências sociais, económicas e ambientais daí decorrentes. Isto sucedeu porque os fatores conjunturais referidos tornaram o meio rural extremamente repulsivo e os espaços urbanos e urbanizados adquiriram valores atrativos (...) (Araújo, 2003:168).

Até 1986 o movimento da população alterava os modelos clássicos de desenvolvimento urbano. O crescimento urbano estagnou-se e ao invés de ocorrer à custa do espaço rural, era a população do campo que avançava em direção a cidade, conferindo a esta características marcantes do meio rural – um fenómeno designado por implosão urbana atualmente muito frequente em África (op. cit: 169). A partir de 1986 o Estado decreta a inclusão de áreas periféricas – porque produziam alimentos para os mercados urbanos - dentro dos limites administrativos das cidades, provavelmente inspirado na experiência soviética das agro-cidades. É assim que, segundo Araújo (2003)

(...) outro fator que em África tem tido implicações directas no processo urbano é aquele que diferentes autores designam por reclassificação urbana. Esta consiste no aumento, por decreto, da área das cidades, alterando os seus limites administrativos, com o argumento de que a cidade necessita de novas áreas de expansão (Araújo, 2003: 169).

O processo de inclusão de áreas agrícolas periféricas nos limites administrativos das cidades designado por reclassificação urbana, e cujos objetivos carecem de investigação, atribui novas especificidades ao processo urbano em Moçambique: produz, politicamente, um espaço urbano que contempla conteúdos sociais, económicos e culturais tipicamente característicos do mundo rural. Neste contexto as áreas periféricas das cidades em Moçambique tornaram-se zonas de transição entre as formas de ocupação dispersa do solo rural e de ocupação concentrada características do núcleo central da cidade.

Na realidade, as áreas peri-urbanas das cidades moçambicanas, administrativamente consideradas espaços urbanos, são cinturas de território onde as características da sociedade rural se misturam com formas econômico-sócio-culturais urbanas. Em vários bairros desta cintura peri-urbana, a maioria dos seus habitantes sobrevive da atividade agrícola familiar, tal como sucedia nas áreas rurais de origem, assim como o tipo de habitação é semelhante àquele que tinham no campo (Araújo, 2003:168).

Segundo Araújo (2003), as áreas peri-urbanas funcionam como espaços onde a população imigrante constrói residência transitória no seu percurso a procura de inserção na economia urbana; são espaços procurados, pela população com grande poder aquisitivo e vivendo no centro da cidade, para fixação de uma segunda ou terceira residência – num processo não isento de conflitos de posse de terra⁴; e funcionam como reservas para expansão urbana planificada pelo Estado e reassentamento de população retirada de áreas impróprias para habitação ou sujeitas a intervenções planificadas.

Em 1987, o Estado e o partido no poder abandonam a ideologia e o modelo de desenvolvimento socialista. A partir de 1992 as políticas de desenvolvimento sócio-econômico retomam de forma explícita o modelo ocidental de economia liberal, comumente designado de economia de mercado. A atual conjuntura sócio-econômica começou a alterar as dinâmicas de crescimento urbano voltando a aproximar-se dos modelos clássicos, onde o poder do capital e a especulação fundiária urbana retomam lugar determinante e perverso para os grupos mais desfavorecidos (Araújo, 2003: 169). Contudo, a falta de investimentos nas infra-estruturas e serviços urbanos, que as cidades experimentaram depois da independência nacional, aliada a falta de políticas explícitas

⁴ Os conflitos no direito de uso de terra surgem por razões de diversa ordem: (i) dupla ou múltipla autorização resultante do fato dos departamentos municipais não possuírem registros de autorizações de pedidos anteriores de uso do solo. (ii) autorizações de direito de uso de terra em áreas já ocupadas de forma espontânea dificultando a remoção das casas aí construídas. (iii) ocupação de partes de terra pertencente a outrem, frequentemente, em áreas sem loteamento e onde ocorre a venda não-oficial de lotes. Dupla venda do mesmo lote para compradores diferentes derivada da ausência de comprovante de compra. (Malauene, 2005:22-23)

de desenvolvimento urbano⁵ levou não apenas a degradação das condições existentes (degradação generalizada do parque imobiliário e dos diversos serviços urbanos) como não estimulou um crescimento urbano que mitigasse as demandas do crescimento populacional. Nesse contexto, Araújo (2003) refere que

As transformações ocorridas nestes espaços [i.e, nas cidades] depois da independência nacional não eliminaram [as desigualdades] econômicas, sociais e de [produção espacial], pois a principal alteração foi apenas demográfica (...). [o centro da cidade] mantém-se com as mesmas características, mas mais [degradado] em termos de infraestruturas e serviços. Ela apenas deixou de ser branca, mas não deixou de segregar a área suburbana. Esta, por seu lado, manteve, e até agudizou, as características de precariedade e de espaço excluído, mas, ao mesmo tempo, adquiriu outras facetas resultantes do impacto dos fluxos migratórios (...) (Araújo, 2003: 169).

3. A influência da Escola de Chicago

Várias abordagens influenciaram os geógrafos urbanos nas suas tentativas para compreender a estrutura espacial urbana. A primeira, essencialmente ecológica, procura explicar os padrões urbanos a partir da competição, pela localização e pelo espaço na cidade, entre os grupos sociais, - uma competição que levaria ao surgimento de chamadas áreas naturais em cada centro urbano. A abordagem ecológica no estudo de comunidades urbanas está intimamente relacionada aos estudos desenvolvidos, entre 1916 e 1940, pela Escola de Sociologia Urbana de Chicago; esta por sua vez influenciada pelas análises de biólogos, no estudo ecológico das plantas, - por isso o uso de terminologia ecológica. Essa perspectiva pressupunha que “(...) forças impessoais que lidavam com o homem como uma espécie, mais do que (...) como depositário de crenças e valores”, operavam no sistema social e criavam padrões de diferenciação social na cidade (Clark, 1982:141).

⁵ Depois da Independência de Moçambique (1975) não foram adotadas nenhuma política explícitas de gestão dos espaços urbanos, mesmo aquelas inspiradas no planeamento neoliberal. O urbanismo atualmente em curso é disseminado pelo setor privado com o estímulo implícito do Estado.

As teorias vigentes sobre as conseqüências sociais e comportamentais do desenvolvimento urbano – e que influenciaram a análise dos espaços urbanos em Moçambique – têm a sua origem nos estudos sobre a vida rural e urbana realizados por sociólogos durante o séc. XIX. As explicações sobre a vida urbana estavam, nessa época, associadas às chamadas teorias de contraste – as quais reconheciam dois tipos diferentes de sociedade: a tradicional rural e a moderna urbana. A partir de observações em cidades alemãs, Tönnies (1887) sustentava que a vida rural tinha lugar dentro dos quadros da *gemeinschaft* (comunidade)⁶, enquanto a vida urbana era caracterizada pela *gesellschaft* (sociedade). Na seqüência, Durkheim (1893) concluía que a vida na cidade era caracterizada pela competição pelo emprego; a competição pelo emprego seria, portanto, um dos fatores que criava um contexto em que a importância da família entrava em declínio e, conseqüentemente as interações sociais eram reorganizadas na base da racionalidade e eficiência mais do que na tradição. Esta conceituação básica, sobre as diferenças entre o mundo rural e o urbano, elaborada por Durkheim, resulta das suas observações sobre a crescente divisão social do trabalho derivada da industrialização, a qual via como

(...) um processo histórico-biológico irreversível envolvendo o desenvolvimento da civilização humana de uma forma segmentária para uma organizada. A sociedade segmentária era baseada em relações consangüíneas compreendendo uma sucessão de grupos de linhagem, mas com a modernização, estas pequenas unidades eram agrupadas em agregados maiores. Um dos resultados foi a formação de estados territoriais, outro foi a organização ocupacional da sociedade, com os indivíduos sendo classificados de acordo com a natureza das atividades sociais por elas desempenhadas (Clark, 1982:74).

⁶ “(...) a unidade básica da organização era a família alargada ou o grupo de linhagem, dentro do qual, os papéis e responsabilidades eram definidos pela autoridade tradicional, e as relações sociais eram instintivas e habituais. A cooperação [entre os indivíduos] era baseada nos costumes”. Enquanto na *gesellschaft*, “(...) [os] padrões íntimos e instintivos estabelecidos [na comunidade] eram substituídos por relações formalizadas, contratuais, impessoais e especializadas (...)” (Clark, 1982: 73).

A polarização das diferenças entre o rural e o urbano é superada pelas correntes teóricas da Ecologia Humana⁷ da Escola de Chicago.

No tocante às transformações e persistências de modos de vida, torna-se pertinente referir a análise de Park segundo a qual em qualquer sociedade os indivíduos procuram preservar o próprio respeito e ponto de vista mediante o reconhecimento pelos outros – o que vigoraria por excelência no modo de vida do campo. Na cidade, tal ordem social, encontra sérias dificuldades; pois, o dinheiro mais do que a civilidade torna-se o meio de troca. Por isso, o estatuto do indivíduo é determinado por sinais convencionais, como a moda entre outros, mostrando assim a superficialidade das relações sociais na cidade. No entanto, ocorreriam, também, laços íntimos e estáveis cuja eficácia seria influenciada pelas condições urbanas. Ora, a vida cotidiana na cidade – sociedade compacta – é ordenada e assim mantida pela aderência a rotinas previsíveis: as pessoas na cidade vivem reguladas pelo relógio e pelo sinal de trânsito. (Hannez, 1980: 25)

É assim, que na sua continuidade, Wirth assinalava que a cidade seria um assentamento relativamente amplo, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos e onde o grande tamanho populacional influenciaria negativamente o contato entre as pessoas em interação – mas é claro que a vida social não é um fenômeno apenas de massa, pois, ela “ocorre em pequenos grupos como a família, o domicílio entre outros. Contudo, a densidade populacional levaria, também, a uma tendência dos cidadãos em orientar suas vidas de acordo com o visível; por isso, como os contatos físicos são mais próximos, mas os sociais distantes, cada indivíduo afirmar-se-ia mais pela aparência do que como ser humano. Pois,

⁷ Entendida como o “estudo das relações espaciais e temporais dos seres humanos quando afetados por forças seletivas, distributivas e acomodativas do ambiente”. (Mackenzie, 1925:64).

Caracteristicamente, cidadãos encontram-se uns com outros em papéis bastante segmentários. Dependem, certamente, de mais pessoas para as satisfações de suas necessidades da vida do que a população rural e por isso são associados a um numero maior de grupos organizados, mas dependem menos de pessoas determinadas, e sua dependência de outros se confina a um aspecto altamente fracionado da esfera de atividades dos outros. Isso é essencialmente o que se quer dizer quando se afirma que a cidade se caracteriza mais por contatos secundários do que primários. Os contatos da cidade podem na verdade ser face a face, mas são, não obstante, impessoais, superficiais, transitórios e segmentários. A reserva, a indiferença e o ar blasé que habitantes da cidade manifestam em suas relações podem, pois, ser encarados como mecanismos para se imunizarem contra exigências pessoais e expectativas de outros. (Wirth, 1973: 101).

A construção de categorias de pessoas e atividades daria lugar a uma segregação.

Uma segregação, que para Park, estabelecia distâncias morais que tornam a cidade um mosaico de pequenos mundos contíguos, mas amplamente separados (Hannez, 1980:26). Pois, na competição por um espaço particular o resultado será normalmente determinado pelo tipo de afetação que oferecerá o maior retorno econômico. Na cidade o espaço residencial separa-se do espaço de trabalho. Portanto, os processos de segregação resultam num mosaico urbano de mundos sociais ainda que haja uma grande justaposição de diferentes modos de vida que levariam a uma tolerância e uma perspectiva relativista de conceber a vida urbana – análises que apesar da sua relevância descritiva, estão muitas vezes por detrás da construção de dualismos na teoria urbana convencional.

O argumento de Park culmina com a formulação de uma oposição entre o que é rural e urbano - uma dicotomia que constituiu o cerne das preocupações da Escola de Chicago. No entanto, a explosão urbana atual requer a superação da dicotomia clássica rural-urbano, interpretadas como realidades opostas, uma vez que a prática sócio-espacial urbana na sociedade contemporânea nem sempre mostra um corte polar entre o modo de vida rural e o urbano, mas é caracterizada por uma simultaneidade e interação dos dois modos de vida.

É importante assinalar que apesar dos conceitos de rural e urbano terem sido representados como pólos opostos de vida isso não significa serem necessariamente separados. A expansão da cidade de Nampula ilustra como as características do modo de vida convencionalmente dito rural podem ser encontradas tanto no campo como na cidade.

A expansão da cidade de Nampula é um processo que inclui elementos de implosão constituídos por uma importante componente demográfica como produto da migração campo-cidade e da inclusão de áreas rurais povoadas dentro dos limites administrativos da cidade. A antiga cidade – cidade colonial – estilhaçou seus limites reproduzindo a sua centralidade num movimento contraditório de expansão do tecido urbano para o campo circundante; nesse processo produz-se um espaço novo que para sua compreensão, exige uma superação do conceito de cidade e da antiga oposição rural-urbano. Pois, requiere-se um entendimento sobre o fenômeno urbano contemporâneo que contemple uma explicação sobre o espaço novo produzido no quadro das novas relações entre a cidade e o campo. Uma vez que incorporadas nos limites da cidade, as antigas áreas rurais são parceladas e posteriormente vendidas quer para ocupação residencial de frações da população economicamente privilegiada residente no centro da cidade e/ou para construção de infra-estruturas de lazer; são preservadas para futuras afetações definidas pelo Estado; outras áreas são mantidas para a produção agrícola orientada para os mercados da cidade. As intervenções urbanas que tomam lugar nestas áreas ocorrem, em geral, excluindo a população que nelas reside há mais tempo. Assim, um número sempre crescente de pessoas continua a cultivar uma parte dos alimentos de que precisa. A agricultura é praticada, em terrenos dentro dos limites da cidade ou fora deles; desse modo, persistem na cidade grupos domiciliares ligados, quase exclusivamente, a vida agrícola ou rural (Araújo, 2003: 168-169).

Conseqüentemente, a reclassificação dos espaços rurais em urbanos resulta simultaneamente na difusão do modo de vida urbano em espaços rurais e na incorporação de elementos cuja reprodução está vinculada à vida agrária no espaço urbano. Trata-se de uma dinâmica que não pode ser compreendida apenas a partir do modelo clássico do *continuum* folk-urbano desenvolvido por Redfield. Um modelo que procura contrastar características de uma sociedade urbana com a de uma não urbana ou rural. Segundo o modelo, uma dada comunidade se localizaria em um ponto determinado do *continuum*, mas sempre se movendo em direção ao extremo urbano. Para Redfield, citado por Oliven (1985),

A urbanização enfraqueceria ou destruiria os firmes laços (...) que integram os homens em uma sociedade rural e criaria uma cultura urbana caracterizada pela fragmentação de papéis sociais e comportamento mais secular e individualista (...). A homogeneidade de uma sociedade rural à qual corresponderia uma estrutura social não-ambígua e monolítica seria substituída na sociedade urbana por uma estrutura social caracterizada por uma diversidade de papéis, ações e significados. A cultura rural, na qual todos os elementos culturais seriam definidos, transformar-se-ia em uma cultura fragmentada na sociedade urbana. As conseqüências inevitáveis da cultura urbana seriam, então, o conflito e a desorganização social (Oliven, 1985: 16).

A expansão urbana na cidade de Nampula é um processo produzido por forças e práticas sócio-espaciais homogeneizantes, porque organizado e controlado pelo Estado, que fornece elementos para o entendimento de transformações e permanências no espaço urbano. Pois, a expansão da cidade engloba dentro de si transformações de modos de vida, lá onde a homogeneização impera e os camponeses não conseguem resistir à ocidentalização e monetarização da vida ou ela envolve permanências ou persistências, lá onde a capacidade homogeneizante fracassa e o modo de vida da comunidade rural se mantém circunscrito ao costumeiro embora redefinido.

Contudo, a natureza das transformações ou persistências sócio-culturais pode ser clarificada a partir das contribuições que a análise etnográfica da cidade produz; pois,

para o caso da cidade de Nampula, a inclusão de áreas rurais dentro dos limites da cidade implica, por hipótese, uma manutenção das relações e dos costumes dos camponeses na cidade – que pode não ser explicada apenas como resultado de conservantismo e continuidade cultural – mas, provavelmente, com funções dramaticamente transformadas.

A urbanização contemporânea produz cada vez mais cidades com muitas diferenciações internas. Essas diferenciações expressas segundo zonas, comunidades e bairros distinguem-se umas das outras quer pelo espaço construído, pela composição da população e pelas características sociais relacionadas quer pelos problemas sociais derivados; elementos que – como ocorre em Moçambique – se repetem em cada cidade: morfologia social e espaço construído que sugere que a estrutura urbana é determinada por princípios gerais de localização e de uso de terra, apontando assim para a operação de forças, sociais e econômicas poderosas, modeladoras que encorajam usos similares, senão idênticos, das parcelas de terra (...) dentro da cidade. (Clark, 1982: 141)

Daí, as análises ecológico-evolucionistas da Escola de Chicago - que dominaram a apreensão da organização urbana, na teoria e na prática - culminaram com a formulação do modelo de Burgess, sobre a evolução das aglomerações urbanas por zonas concêntricas. No modelo, a organização urbana é explicada como um conjunto do processo modelado, distribuído e posto em relação, pelas unidades ecológicas; desse modo, toda expressão espacial apresenta uma determinada especificidade em relação ao seu meio ambiente imediato. Segundo a teoria da ecologia humana, os principais processos ecológicos que explicaram a organização urbana são: a concentração, centralização, descentralização, circulação, a segregação e a invasão-sucessão.

[A] concentração, ou seja, o aumento da densidade de uma população num espaço e momento determinado; a centralização ou especialização funcional de uma atividade ou rede de atividades sobre

um mesmo espaço, com a sua articulação hierarquizada com o conjunto do território regional; a centralização com seu corolário a descentralização, origina processos de mobilidade da estrutura urbana e, por conseguinte, funções de circulação no sentido amplo; a segregação se refere ao processo mediante o qual o conteúdo social do espaço se faz homogêneo dentro de uma unidade e se diferencia fortemente em relação a unidades exteriores, geralmente segundo a distância social derivada do sistema de estratificação; por último, a invasão-sucessão explica o movimento pelo qual uma nova população (ou atividade) introduz-se num espaço previamente ocupado, sendo repelida pelo assentamento anterior, integrada ou sucedida, como dominante, na unidade ecológica assim pretendida (Castells, 1979:146).

Uma das abordagens subsequentes à Escola de Chicago é a análise da estrutura urbana segundo os valores da renda do solo – modelo da renda econômica. Baseado na economia neo-clássica o modelo procura explicar os padrões de uso de terra urbanos em termos de competição pelas localizações terra urbana em função da acessibilidade (transporte) e proximidade em relação ao centro da cidade. Com origem no modelo de uso de terra proposto por Von Thünen (1826), o modelo introduzido por Hurd (1903) pressupõe que os valores do solo dependem da proximidade – um fator que por sua vez varia em função do crescimento e da estrutura física da cidade e do uso do solo requerido. As diferenças atribuídas à importância dos usos funcionais entre os principais grupos na ocupação de terra dariam origem a círculos concêntricos de atividades sociais e econômicas dentro da cidade. O modelo da renda do solo idealiza uma cidade monocêntrica situada num plano homogêneo em que os lugares de trabalho localizam-se no seu centro. Os custos de transporte aumentariam em proporção direta com a distância em relação ao centro. Pressupõe-se, assim, que haveria uma perfeita competição e um conhecimento completo sobre o mercado e uma liberdade individual na escolha de terra (Clark, 1982:145; Carter, 1983:262-269).

Outra perspectiva, a da Análise da Área Social, foi introduzida por Shevky e Bell (1955) no estudo de diferenciações urbanas. A análise – apoiada em três noções conceituais: mudanças no nível e na intensidade de relações, diferenciação de funções e

aumento da complexidade da organização – sustenta que a escala crescente da sociedade urbana industrial moderna estaria associada com mudanças básicas nas relações econômicas e sociais. Segundo os proponentes do modelo, a principal expressão de uma ordem social crescentemente complexa era vista como a mudança da mobilidade e da composição da população urbana e o isolamento cultural de muitos grupos étnicos. Desse modo, segundo Shevky e Bell (1955),

(...) a área social geralmente continha pessoas com o mesmo nível de vida, o mesmo modo de vida e a mesma base étnica. [Assim que, por hipótese,] (...) pessoas vivendo num tipo particular de área social iriam sistematicamente diferir, quanto às suas atitudes e aos seus comportamentos, de pessoas vivendo num outro tipo de área social (Clark, 1982:148-149).

A partir dessas ponderações, Araújo (2003) propõe um modelo de três anéis para as cidades em Moçambique. Nesse modelo a estrutura espacial urbana é constituída por três manchas circulares concêntricas distintas – onde a terceira mancha resultaria da subdivisão da antiga área suburbana em dois anéis: o primeiro com características do antigo subúrbio, mas onde as casas começam a ser construídas com cimento em substituição dos antigos materiais de origem vegetal; o segundo resultante do aumento da área administrativa da cidade (incluindo antigas áreas pertencentes ao campo) e que comporta elementos característicos do meio rural; a análise conclui que “as condições de urbanização e sócio-econômicas se degradam do centro para a periferia” (Araújo, 2003:170).

A abordagem de Araújo sobre os espaços urbanos em Moçambique – a qual deriva para a suposição de que a cidade conteria duas ou mais cidades – e os modelos daí produzidos têm a sua relevância descritiva. No entanto, não permite apreender as contradições que os diferentes espaços refletem como expressão e reprodução daquelas contradições vigentes na sociedade moçambicana. A dualidade espacial tem que ser entendida como resultado de práticas sócio-espaciais que emanam da penetração da

economia mercantil e industrial (européia) numa sociedade com economia camponesa (africana). Os dois ou três anéis constituem espaços articulados – inseridos diferencialmente no espaço globalizante, a cidade, por meio de estratégias de inclusão-exclusão, segregação social, funcional e residencial –, segundo a hipótese deste trabalho, para a reprodução das relações sociais vigentes numa sociedade em que as diferenciações sociais estão baseadas na acumulação de riqueza e na capacidade aquisitiva de mercado.

O modelo dos anéis proposto por Araújo (2003) apesar de se basear nas descrições das diferenças na composição da população, ocupação, ou atividade econômica, qualidade de vida, tipo e qualidade de habitação, não explica como e por que tais diferenças surgem no espaço. A impressão é que os habitantes da cidade agem de maneira autônoma, segundo suas vontades e têm um controle sobre as imposições da vida cotidiana a que estão sujeitos – aí as diferenças espaciais na cidade aparecem como produto ou do comportamento dos indivíduos ou duma força impessoal.

4. Para além dos modelos

Os modelos convencionais de análise da estrutura espacial urbana não explicam, no entanto, como as principais divisões sociais na cidade determinam a estrutura social. Ora, as análises que derivam das construções teóricas anteriores abordam apenas os aspetos formais da realidade urbana, pois, os modelos produzidos resultam da descrição das configurações urbanas observadas (zonas, setores, núcleos, raios) com base em leis econômicas gerais e pondo de lado a articulação histórica dos vários modos de produção.

As dinâmicas sócio-espaciais que ocorrem na cidade de Nampula requerem uma análise crítica sobre a relação entre a organização social e o espaço – aquela preconizada pelos estudos convencionais da cidade e classicamente pela primeira Escola de Chicago que culminou no modelo de zonas concêntricas desenvolvido por Burgess. O modelo, baseado nas teorias do evolucionismo ecológico, procura descrever como a cidade se constitui a partir de uma competição entre grupos sociais e forças econômicas; portanto, a cidade era concebida, assim, como uma unidade produzida por leis próprias.

Por outro lado, a urbanização em Nampula leva ao questionamento do pensamento convencional segundo o qual a vida urbana encontra-se num nível superior que a vida rural e que a última seria um desvio da norma. Pois, apesar da civilização contemporânea colocar-nos perante o crescimento e dominância de cidades e as cidades e o modo de vida urbana crescendo à expensas das comunidades rurais, - uma análise que concorda com as teses de Redfield e Wirth, da Escola de Chicago, segundo as quais a relação entre a cidade e a sociedade seria uma influencia unidirecional em que a cidade agiria sobre as periferias através de um processo de difusão e assim transformando-as à sua imagem – trata-se, portanto, de uma perspectiva que privilegia aspetos relacionados com a continuidade histórica (continuismo) e transformação das relações sociais – que se esfumam ou desaparecem - (evolucionismo) num sistema (a cidade) vista como um todo orgânico em si (organicismo). Essa abordagem não permite apreender as relações que a cidade, enquanto lugar da reprodução das relações sociais e, portanto, como mediação, estabelece com a sociedade no seu conjunto.

Como se tem referido, a urbanização, enquanto processo de ocidentalização em Moçambique tem seu início com a colonização portuguesa. A cidade de tipo europeu se constitui antes como centro administrativo. Uma centralidade que sustentava a

conquista e o controle territorial em função das estratégias de dominação que visavam garantir a acumulação de capital, por parte da metrópole, no quadro de uma economia mercantil, mas com uma componente racial fundamentada na exclusão da população africana: a urbanização se realizava num movimento de exclusão do negro. Nesse contexto, as regulamentações de Portugal criaram uma sociedade dividida com base na cor da pele: as cidades concebidas como lugares para brancos, de onde os negros, embora servindo de mão de obra, eram excluídos. Por isso, até os dias atuais, podem encontrar-se diversos termos usados, nas diferentes línguas nacionais, para designar a cidade como lugar do homem branco ou como lugar administrativo. A cidade colonial estabeleceu-se como lugar segregado e excludente, estranho e símbolo de dominação para população negra. Daí em diante, a urbanidade, circunscrita às práticas formais do modo de vida da população branca na cidade, se disseminava para as periferias apenas de modo incipiente e envolvendo pequenas facções da população negra através de políticas de assimilação. O resultado dessas políticas é que até hoje, construiu-se uma (in)consciência sobre a superioridade das práticas culturais européias em relação às africanas: viver na cidade (atual centro) ou morar numa casa construída com uma arquitetura européia, mas sendo homem negro, significa tornar-se homem branco e, portanto, superior em relação aos que moram na periferia. A urbanização entre os moçambicanos constitui-se como assimilação das formas européias: a arquitetura das casas, o sotaque português, o modo de se vestir e, até, algumas práticas alimentares. No entanto, a vida cotidiana mostra que há uma permanente oscilação das facções de população ditas assimiladas entre as práticas européias e aquelas típicas da sociedade negra a que originariamente pertencem. A assimilação dessa urbanidade, atualmente, está em função da posição dos indivíduos na hierarquia social e econômica. Pois, trata-

se de uma sociedade assentada em estruturas de dominação/subordinação social e que produz desigualdades de diversa ordem.

Depois da independência da dominação portuguesa, em 1975, a nova constituição de Moçambique instituiu a igualdade social fundamentada em princípios socialistas, contudo, a prática social mostra como é lento o reconhecimento dessa igualdade entre dirigentes (políticos e administrativos) e dirigidos (homens e mulheres comuns), pobres e ricos, homens e mulheres, negros e brancos. A hierarquia social é reproduzida através da mobilização de recursos de diversos tipos (políticos, econômicos, culturais, etc.) utilizando-se das estruturas e relações características da sociedade pré-colonial, colonial e capitalista moderna. A cidade é o lugar onde essa reprodução ocorre de modo exacerbado. Ai, o Estado socialista, através das instituições municipais, amplia a reprodução da hierarquia social incorporando antigas áreas rurais dentro dos limites administrativos da cidade. Assim, produz-se um espaço urbano que estrategicamente garante não apenas a reprodução das relações sociais, mas e fundamentalmente, a acumulação de riqueza nos moldes da economia mercantil colonial num contexto dominado por uma economia especificamente capitalista, embora dependente - pressupõe-se, aqui, que as atuais formas de acumulação capitalista dos países ricos utilizam-se das estruturas e relações sociais vigentes nos países dependentes. Assim que a incorporação de áreas rurais nos limites administrativos da cidade visa garantir que a produção agrícola continue como base da reprodução dos trabalhadores que de modo vicioso auferem salários cada vez mais insuficientes para sua reprodução no meio urbano. Portanto, o Estado aparece aqui como elemento mediador da produção do espaço urbano criando condições para a acumulação do capital e para reprodução das relações sociais. Assim, a compreensão do urbano em

Moçambique passa pelo reconhecimento das articulações entre o Estado, a cidade e o espaço.

A urbanização em Moçambique prossegue segundo uma lógica assimilacionista e integradora, juntando diversidades e procurando conciliar urbanidade e ruralidade como forma de resistir às dependências impostas pela mundialização dos processos sócio-econômicos; lógica que tem sua gênese na colonização em que os missionários tinham o papel de civilizar os negros e os novos governos do período pós-independência nunca conseguiram inverter nem resistir. O resultado é uma multiplicidade de práticas vivenciadas pelos mesmos sujeitos: uma ambigüidade circunscrita naquilo que Martins (2008) refere como “lógica da alma dividida entre duas orientações opostas, a do colonizado e a do colonizador”. Assim, o cotidiano traz para o urbano essa duplicidade contraditória de viver; tal como é representada pelo personagem David no romance de Paulina Chiziane⁸. Além dessa duplicidade, a urbanização desenvolve uma cultura imitativa promovendo o visível – produzindo formas que se esgotam na própria ostentação porque as condições materiais não asseguram a interação entre as formas imitadas e seus conteúdos originais. A dominação colonial não permitia a urbanização substancial da população nativa. As formas de assimilação atingiam apenas níveis básicos que asseguram uma comunicação básica com o colonizador, daí a constante adoção de formas urbanísticas européias, mesmo que incipientes, e a persistência de conteúdos não europeus. Produz-se um urbano específico cujos referenciais se encontram nessa duplicidade e ambigüidade, nessa imitação de formas urbanísticas européias e nessa persistência de conteúdos de modo de vida não europeu.

⁸ David personifica essa duplicidade no modo de viver, no romance *O Sétimo Juramento* de Paulina Chiziane (romancista moçambicana). David um sucedido diretor de empresa vivendo e trabalhando na cidade vai para o meio rural a busca da cura, mas descobre que pode obter proteção para ascensão política nos meandros da magia; aí onde tem que passar por ritos e prestar o sétimo juramento – depois dos seis juramentos derivados ocidentalização: do batismo, da bandeira, do matrimônio, da revolução, da nação, da competência e do zelo.

Diacronicamente, a reflexão coloca a cidade colonial no início da urbanização no contexto da expansão portuguesa em Moçambique. Daí a relevância da história da cidade Nampula, realidade a partir da qual se analisam os conteúdos da urbanização em Moçambique.

5. A cidade de Nampula

A Província de Nampula⁹ constitui-se a partir de um ponto de passagem e comércio centenário com árabes, persas, indianos e chineses, mas economicamente monopolizados pelos árabes: a ilha de Moçambique. A pequena ilha, visitada em 1498, pela primeira frota marítima vinda da

Europa, mais especificamente, da maior potência marítima da época: Portugal. Depois de intensas lutas com os árabes, os portugueses dominaram o comércio da região e a Ilha de Moçambique passou a ser um dos vários pontos estratégicos de defesa do novo monopólio português, onde foi construída uma grande fortaleza militar e uma feitoria para regulação e armazenagem de produtos comerciais indianos, africanos e portugueses.

O litoral da província de Nampula desdobra-se em diversos pontos que ainda hoje mantém vestígios do antigo suitanato árabe e swahili e que fez grande resistência à ocupação portuguesa. Assim, o litoral é uma mescla sócio-cultural resultado de séculos de intercâmbio comercial que produziu uma fisionomia humana específica com as

⁹ O nome Nampula deriva de um chefe tradicional, N'wamphula, que vivia na região onde atualmente se localiza a cidade.

igrejas católicas, mesquitas islâmicas e templos hindus erguendo-se lado a lado, enquanto o interior com menos miscigenação permaneceu povoado por grupos nativos Makwa, mas, mais islamizados que cristãos.

A província de Nampula possui quatro principais cidades - Ilha de Moçambique, Nampula, Nacala e Angoche - e é atravessada em toda a sua extensão por uma longa ferrovia que a partir de Nacala, o maior porto natural de África, serve os países do interland (Malawi e Zâmbia).

A cidade de Nampula é a capital da província de Nampula. Administrativamente a cidade constituiu-se como um distrito municipal onde os limites da cidade coincidem com os do município¹⁰ – o que num primeiro momento coloca elementos para o questionamento das relações cidade-campo.

Historicamente, a cidade de Nampula tem a sua origem ligada a construção de um posto militar¹¹ por uma expedição da armada portuguesa por volta de 1907¹². O posto militar passara a funcionar como sede da capitania e centro da expansão colonial portuguesa para toda a região norte de Moçambique. O estabelecimento definitivo da administração colonial ocorreu por volta de 1930, quando a ferrovia, construída a partir de Lumbo, atingiu a localidade de Nampula, depois da Primeira Guerra Mundial. Em finais de 1934 a localidade de Nampula passou a ter o estatuto de vila¹³ e,

¹⁰ Como princípio geral, os municípios em Moçambique são unidades administrativas urbanas cujos limites coincidem com os da cidade.

¹¹ O posto militar foi construído no centro de um assentamento populacional sob tutela de uma autoridade tribal local posteriormente designada, pela administração colonial, por régulo Nampula. A autoridade tradicional teria constituído, portanto, uma centralidade local antes da colonização.

¹² “A primeira penetração portuguesa no território da [atual] província de Nampula remonta a 1896, com o objectivo de ocupar e colonizar os reinos [locais] da Macuana, Marusa e Mongole. Nesta primeira penetração colonial foram fundados, em 1897, [três postos administrativos entre eles o de Itoculo], a cerca de 53 km do litoral, que servia como sede de capitania” (Lopes, Araújo e Hermind, 1995:7)

¹³ Antes Nampula tornara-se a sede de um dos 15 comandos militares – o da Macuana – criados em 1917 com a extinção das antigas capitanias. A criação dos postos militares decorreu pela necessidade de imposição da força devido a forte resistência dos reinos locais a penetração colonial.

Um ano depois (1935), a vila de Nampula passa a ser a capital do território do Niassa, que abrangia o território das actuais províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa. Nessa altura, devido à sua importância e ao território que administrava, instala-se na vila o 1º Governador, os Serviços de Administração Civil, os Serviços de Obras Públicas, de Agricultura, de Agrimensura, de Indústria e Geologia, de Saúde, de Instrução, de Veterinária e os Correios e Telégrafos, entre outros. (Lopes, Araújo e Hermind, 1995: 8).

Com a criação da diocese de Nampula, em 4 de Setembro de 1940, intensifica-se o papel da Igreja católica no apoio a ocupação colonial: a conversão do negro ao cristianismo era considerada um processo de pacificação necessário que propiciava um contexto para sua sujeição a dominação colonial. Ainda nos finais de 1940, introduz-se o ensino secundário com a abertura dos dois primeiros colégios/liceus, seguidos da escola técnica elementar. Nessa altura é constituída a comarca de Nampula e, desse modo, terminava a dependência administrativa de Nampula em relação à antiga capital a Ilha de Moçambique. Desde 26 de Agosto de 1956 a vila de Nampula passa a ter o estatuto de cidade (Lopes, Araújo e Hermind, 1995: 8).

A partir desse período conforma-se a estrutura atual da cidade de Nampula. Em 1960 o crescimento da cidade deveu-se à sua transformação em Capital Militar de Moçambique no contexto da Luta Armada de Libertação Nacional.

Foto: Cidade de Nampula em 1972 (Wikipedia)

Portanto, para entender a cidade de Nampula torna-se necessário recorrer a história da formação do território moçambicano; uma história que revela uma estreita relação da cidade de Nampula com um espaço mais amplo. Pois, desde a sua origem, a cidade de Nampula sempre teve uma importância estratégica, política e econômica em relação aos territórios do interior e norte do país – o que lhe vale a designação de capital do norte¹⁴. Porque a cidade é atravessada “(...) pelos mais importantes eixos de comunicação do norte do País, o que (...) confere (...) um papel de relevo como centro de ligação entre todos os pontos do território a norte do Zambeze” (Lopes, Araújo e Hermind, 1995: 6-7).

Na realidade, por aqui passa o corredor de Nacala que, através duma importante via ferroviária e rodoviária, liga o porto de Nacala com o interior do país e com o Malawi. Também o eixo rodoviário Centro/Nordeste, de importância vital para o desenvolvimento a Norte do Zambeze, cruza o distrito e cidade de Nampula, daqui continuando para Nordeste, em direcção a Cabo Delgado, e ramificando-se para Este e Oeste, em direcção ao litoral e ao Niassa (Lopes, Araújo e Hermind, 1995: 6-7).

Em 1978 é extinta a Câmara Municipal como órgão gestor da cidade, no âmbito da extinção dos corpos administrativos coloniais e, criada em seu lugar o Conselho Executivo da Cidade. A partir de 1986 a cidade separa-se do distrito de Nampula e passa a constituir uma unidade administrativa. Pela Lei 3/94 a cidade passa a ter o estatuto de Distrito Municipal, em 1994, e segundo a Lei 10/97 institui-se uma autarquia local, isto é, uma unidade administrativa com poderes instituídos localmente. Assim, a cidade de Nampula possui um órgão legislativo local constituído por uma Assembleia Municipal composta de 10 comissões de trabalho; as comissões são responsáveis pelo levantamento das condições dos bairros e sua apresentação posterior às vereações ou à Assembleia. O Conselho Municipal, órgão executivo da cidade, é constituído por um presidente e 10 vereadores responsáveis pelos diversos setores que comportam a gestão

¹⁴ Como reconhecimento da centralidade da cidade de Nampula na região norte do país.

da cidade. Ainda dentro do município funcionam os órgãos governamentais provinciais e diversas direções que representam o Aparelho do Estado na província de Nampula (MAE, 2002: 203-205).

As receitas municipais têm duas origens: a) receitas próprias (imposto pessoal autárquico, taxas de uso e aproveitamento do solo autárquico, taxas de ocupação de bancas, mercados e feiras, e rendimentos derivados da prestação de serviços próprios e; b) transferência do fundo de compensação autárquica (do orçamento do Estado), transferência do fundo de investimento de iniciativa local e comparticipação do APIE (MAE, 2002:208).

O papel central da cidade de Nampula dentro da região norte de Moçambique pode ser apreendido, também, através da mobilidade populacional. Em 1970 cerca de 40% da população residente nas cidades moçambicanas era estrangeira – constituída principalmente, por colonos portugueses que ocupavam o centro urbanizado das cidades e alguns bairros periféricos construídos para a classe de colonos com menos recursos econômicos (operários e funcionários públicos). Com a independência nacional, em 1975, a maior parte dos colonos portugueses abandonou o território moçambicano e “as cidades foram ocupadas por população moçambicana (ou nativa) vinda dos subúrbios e do campo” circundante. Até princípios dos anos 90 o investimento no desenvolvimento urbano foi interrompido e a cidade de Nampula, como as restantes do país, manteve o mesmo número de infra-estruturas residenciais e o mesmo tamanho de serviços urbanos – tanto no núcleo central como nos bairros periféricos. Como tal foi sintomática a densificação da ocupação das unidades residenciais assim como a intensificação do uso das infra-estruturas e serviços urbanos existentes. Em 1980 a cidade tinha um total de 145.722 habitantes. Estimando que o crescimento natural da população tenha pouca influência, o aumento da população na cidade entre 1980 e 1991 deveu-se em grande

medida a migração campo-cidade exacerbada pela guerra civil terminada em 1992. Neste período, a população abandonou o meio rural, fustigado pelo conflito armado que opunha o governo e rebeldes, e refugiou-se na cidade a procura de segurança (Araújo, 2003:174); outros fatores incluem a migração rural-urbana provocada pelas diferenças de desenvolvimento entre o campo, a migração da população a partir dos distritos e de outras províncias do país assim como a inclusão de áreas rurais a partir de 1986. Atualmente, o aumento populacional está relacionado com a crescente função universitária da cidade e, também, com a migração de refugiados de conflitos que ocorrem em diversos países da África central.

Tabela 1 – População da cidade de Nampula por Posto Administrativo Urbano

Posto Administrativo	Área (km2)	%	População 1997	%	População 2007	%
Natikiri	106,4	<u>26,3</u>	32.719	10,8	51.278	10,7
Napipine	41,6	10,3	68.410	<u>22,5</u>	86.301	18,1
Namikopo	134,9	33,4	33.557	11,1	60.705	12,7
Muhala	64,1	15,9	80.006	26,4	152.879	32,0
Muatala	53,8	13,3	72.425	<u>23,9</u>	109.006	<u>22,8</u>
Central	3,2	0,8	16.229	5,3	17.603	3,7
Total	404	100	303.346	100	477.772	100

Fonte: Instituto Nacional de Estatística/Censos populacionais de 1997 e 2007

É, portanto, a partir de um entendimento da centralidade da cidade de Nampula, isto é, no plano da região que se podem compreender as transformações e permanências produzidas pelo processo de expansão urbana.

No plano da ordem próxima, da cidade enquanto lugar da reprodução da vida, a produção do espaço urbano da cidade de Nampula resulta, assim, do que Lefebvre refere como, um processo cumulativo relativamente contínuo, de conhecimentos, técnicas, objetos, pessoas, riquezas, dinheiro e capital, caracterizado por simultaneidades, interações e desigualdades de desenvolvimento; um processo que se exprime pela simultaneidade do que é pré-colonial ou tipicamente africano, colonial/europeu e pós-colonial. A cidade de Nampula, na região norte de Moçambique,

tornou-se o lugar da acumulação, cuja centralidade se exerce histórica e espacialmente pela divisão social, pelas desigualdades no acesso a urbanidade e pela hierarquia dos lugares produzida pela urbanização desigual. O centro urbano desempenha cada vez mais um papel importante na formação, realização e distribuição da riqueza – um processo atualmente intensificado nas cidades moçambicanas com o fim do conflito armado e com a transição para o modelo económico liberal.

A cidade de Nampula, tal como as cidades europeias, tem o quarteirão como unidade menor de agrupamento. Provavelmente, pela natureza da urbanização (organizada e controlada pelo Estado), o quarteirão, assim como o bairro, é apenas uma unidade estatística, pois, não é uma realidade humana que caracterize uma vida de grupo no interior da cidade. A organização administrativa da cidade introduziu, também, o Posto administrativo – outra unidade estatística que reúne um conjunto de bairros. Os bairros são designados por nomes que muitas vezes estão relacionados com um elemento natural localizado no bairro (ex. Bairro Muhala, atravessado pelo rio Muhala) ou os bairros, tal como as ruas, são designados por nomes que lembram os heróis e a luta pela Independência Nacional; pode-se afirmar que a toponímia da cidade resulta da negação da memória colonial num movimento de afirmação da identidade nacional liderado pelo partido no poder, a FRELIMO.

6. A expansão da cidade de Nampula

A história do crescimento das áreas suburbanas ao redor das cidades ocidentais é semelhante a das cidades, que mesmo sendo localizadas em outros contextos sociais, que possuem uma economia ocidentalizada. A semelhança genérica varia, contudo, para cada caso, em questões de detalhe, devido às diferenças que se podem observar nos

ritmos do crescimento suburbano e na rapidez da construção – fatores relacionados com o nível econômico e técnico alcançado em cada lugar (Johnson, 1974: 179).

Durante os anos 70, a expansão da cidade de Nampula realizava-se enquanto espacialização das relações coloniais: surgimento de áreas residenciais para mão de obra africana que prestava diversos serviços na cidade colonial ou albergavam pensionistas e ex-militares moçambicanos que tivessem participado das incursões militares portuguesas no interior da região norte de Moçambique. No primeiro caso, as moradias eram construídas pelos seus proprietários e com material não convencional, enquanto no segundo caso foram construídos com material convencional, pelo Estado colonial, blocos de pisos habitacionais ou conjuntos de casas unifamiliares em fileiras contínuas (ex. Bairro Muhaivire).

Depois da Independência em 1975, o crescimento das áreas periféricas foi interrompido por um movimento inverso: a população que residia nos bairros periféricos migrou para o núcleo central que constituía a cidade colonial. A partir da década de 80, retoma-se o crescimento de bairros periféricos como resultado, principalmente, da fixação de refugiados moçambicanos provenientes de diversas áreas atingidas pelo conflito armado que deflagrou nos primeiros anos do período pós-independência. Em 1986 (vide mapa a seguir), as áreas periféricas são acrescidas com a inclusão de uma franja predominantemente rural dentro dos limites administrativos da cidade. Nesse transcurso, as formas de urbanização alteraram-se significativamente.

A habitação e os imóveis de rendimento foram nacionalizados numa medida que pretendia eliminar a especulação no mercado imobiliário e controlar a ocupação das habitações abandonadas pelos portugueses; assim, o Estado passou a deter o monopólio da produção e distribuição da habitação cuja administração estava a cargo da Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE). A falta de investimentos na

habitação reduziu a oferta de moradia no núcleo central da cidade. Perante um crescimento populacional evidente, resultado da migração campo-cidade, e a crise habitacional, o Estado passa apenas a atribuir parcelas de terra nas áreas definidas para expansão das cidades enquanto a construção da habitação depende das capacidades financeiras de cada habitante.

Nesse contexto, o espaço urbano retoma as lógicas definidas pela hierarquia social construída em função das desigualdades econômicas. Por um lado, o centro da cidade é constituído por conteúdos tradicionalmente qualificados sob o epíteto de urbano - que o diferenciam do rural: a habitação urbana alinhada em ruas ou em conjuntos de edifícios; caracterizado pela separação dos locais de trabalho e dos locais de residência; a rede viária urbana e um conjunto de equipamentos lineares asseguram o uso de serviços (distribuição de água, de gás, de eletricidade, eliminação de águas servidas e dos detritos e uma rede de circulação de pessoas e mercadorias; disposição de serviços administrativos, pessoais, equipamento comercial, sanitário e cultural.

MAPA

O núcleo central comporta diversas áreas funcionais: áreas industriais, de comércio, de manipulação e trânsito de mercadorias, estabelecimentos sociais, de serviço militar, asilos e áreas residenciais.

Por outro lado, nos bairros recentes podem ser observadas habitações construídas segundo o modelo de habitação urbana europeia assim como espaços residenciais que contemplam tanto a moradia como os lugares para atividades produtivas (artesanato, agricultura, comércio) - não ocorre, nesses casos, a separação entre o lugar de trabalho e a residência; as ruas são tortuosas ou inexistentes; portanto, trata-se de uma reinvenção da habitação rural no meio urbano e desse modo, a paisagem urbana revela o encontro entre a importação do modelo de habitação da cidade europeia e a habitação autóctone (do tipo rural?) - e por isso a fisionomia revela diferenças arquitetônicas resultantes de diferentes modos de vida na cidade. Deriva daí, que o núcleo da cidade, tanto pela arquitetura como pela sua disposição predominantemente ortogonal, possui uma estrutura diferente daquela que se desenvolve descontinuamente nos bairros ou grupo de bairros periféricos recentes.

As áreas de expansão recente são constituídas por bairros recentes caracterizados por uma ocupação residencial horizontal muito densa onde os serviços urbanos são precários ou inexistentes. Nessas áreas que inicialmente serviram de residência da população rural nativa e de imigrantes rurais estabelecem-se atualmente algumas empresas, estabelecimentos de lazer ou bairros residenciais. O processo começa pelas áreas ao longo das vias de circulação o que transforma as antigas áreas rurais como pontos de fixação de construções urbanas de tipo europeu que permeiam construções tipicamente rurais. Com a alteração dos limites administrativos da cidade ocorre uma mescla entre as áreas onde o espaço construído assemelha-se a cidade europeia e as áreas que permanecem com construções autóctones; aí, os determinantes de urbanização

continuam ligados a propriedade da terra assim como ao papel central da cidade: a urbanização prossegue fragmentada: pois ao redor do núcleo central forma-se um anel descontínuo contendo lugares urbanizados em áreas rurais com uma economia profundamente transformada e que conservam um modo de vida autóctone. Daí a contradição entre a unidade administrativa da cidade e a fragmentação da cidade produzida pela urbanização desigual.

A expansão da cidade de Nampula torna-se assim um processo de produção de periferias na medida em que ocorre apenas o deslocamento de atividades, principalmente ao longo das principais vias de acesso à cidade, e da população da cidade (surgimento da área chamada Muhala-expansão): extensão das funções da cidade. Trata-se de uma disposição que corresponde a uma necessidade mais ou menos consciente de centralizar o desenvolvimento urbano num núcleo administrativo e cultural único cuja tendência levará a destruição do antigo modo de vida autóctone.

As áreas periféricas da cidade de Nampula caracterizam-se por uma urbanização incompleta, pois, faltam-lhes vários elementos relativos a uma cidade: um ou vários serviços urbanos; mas mantém uma complementaridade com o núcleo central ao efetuarem a troca de produtos e de serviços, o que se realiza pelos deslocamentos diários da população dos bairros recentes para o núcleo central ou entre os diversos bairros centrais.

A cidade de Nampula não difere das cidades ocidentais apenas pela funcionalidade – ligada aos processos de acumulação de capital dos países europeus – mas também da herança do modo de vida da sociedade autóctone (pré-colonial) com necessidades distintas das que têm os habitantes das cidades ocidentais, do resultado do contato com a colonização portuguesa e com o comércio árabe e indiano e, por fim, da relação imediata com o campo circundante. Daí o surgimento de características

morfológicas e de expansão específicas e originais que dificultam e questionam a aplicação do vocabulário definido para as cidades ocidentais. Pois, trata-se de uma cidade criada pela administração e economia portuguesa (povoada não só por habitantes originários de Moçambique, mas, também por europeus e seus descendentes, por asiáticos e atualmente por africanos refugiados das regiões centrais do continente) e ampliada com as contribuições rurais recentes.

A especificidade do urbano na cidade de Nampula surge, então, no bojo do contato entre economias e civilizações cujas bases sociais nada têm em comum: esse contato deixou e deixa marcas na paisagem.

Depois da independência de Moçambique, os limites administrativos da cidade de Nampula foram alterados incluindo cada vez mais áreas rurais no seu interior. O resultado é o surgimento de bairros recentes ao redor de um núcleo central – a antiga cidade colonial. O conjunto dos novos bairros tornou-se cada vez mais extenso e albergando cada vez mais população. Nele encontram-se diversas formas de urbanização, desde as habitações de material não industrializado dos camponeses com suas terras de cultivo, bairros de construção não planificada habitados por famílias com pequenos empregos na cidade ou funcionários das diversas instituições públicas e privadas e até os operários das poucas empresas que rodeiam o centro comercial. Todos os bairros conformam habitats mistos onde seus moradores conservam algumas atividades rurais, como a criação de gado caprino e a prática agrícola dentro da cidade e seus arredores, embora exerçam diversas funções na cidade – uma característica que perpassa até alguns bairros do núcleo central, apesar do predomínio de moradias de mão-de-obra com emprego permanente nas atividades derivadas da industrialização e que não conserva alguma ligação com a terra. Os bairros recentes não possuem vias de acesso planejadas, são pouco servidos pelos serviços de água canalizada, não possuem

dispositivos de evacuação ou coleta de lixo e detritos geridos pelos serviços municipais. A espontaneidade aqui deriva do fato de não existir, e se existe ele é incipiente, alguma serviço público e porque o surgimento e seu desenvolvimento se devem mais a iniciativas individuais e não como resultado do planejamento das instituições municipais.

A especificidade dos bairros da cidade deve-se ao fato de albergarem uma mescla de habitantes de diversas categorias ocupacionais, desde as das atividades derivadas da industrialização – a semelhança das cidades ocidentais: funcionários públicos e privados – até aquelas ligadas a agricultura (camponeses na cidade), passando pelas atividades artesanais e o comércio não oficial. Mas, e também, os resultados da pesquisa de campo¹⁵ revelaram que não há uma relação linear entre o status ocupacional com o tipo de habitação. Ou seja, não se pode esperar que o fato de ser funcionário público ou privado signifique necessariamente ser proprietário de uma

¹⁵ A pesquisa de campo foi realizada em dois momentos complementares. O primeiro consistiu na recolha de informações a partir de fontes secundárias (documentos, relatórios, entre outras). O segundo momento – o da aplicação de entrevistas e da observação directa – teve como objectivo a captação de alguns momentos da vida cotidiana (trabalho, habitar, lazer, festa); as relações dos sujeitos com a cidade e nos espaços de moradia e; as transformações espaciais resultantes da prática socio-espacial.

A cidade de Nampula está dividida em 18 bairros distribuídos em seis Postos Administrativos. A pesquisa deu uma grande relevância nas práticas sócio-espaciais que levam ao surgimento de desigualdades no espaço urbano. Sendo assim, as observações de terreno foram realizadas nos 12 bairros considerados suburbanos e/ou periféricos e, para efeitos de comparação, em quatro dos seis bairros do núcleo central. Desde modo, Foram entrevistados 314 membros de diferentes grupos domiciliares. Os entrevistados foram seleccionados em bola de neve, onde cada entrevistador escolhia ao acaso a moradia do grupo domiciliar a entrevistar, mas, devia garantir um equilíbrio no número de mulheres e homens. Igualmente, foram entrevistados representantes de Órgãos do Conselho Municipal, Direcções de Educação, Saúde, Acção social, Indústria e Comércio, do Turismo, das Obras Públicas e Habitação, do Trabalho, Fundo de Investimento e Patrimônio do Abastecimento de Água e representantes do Comitê de Desenvolvimento Urbano Sustentável na cidade de Nampula.

A obtenção de informação nem sempre decorreu da forma desejada. Em alguns casos surgiram impedimentos relacionados com procedimentos burocráticos que se manifestavam essencialmente na ausência dos representantes das instituições ou necessidade de autorização dos superiores hierárquicos das instituições contactadas, mesmo perante a apresentação de credencial. Há também a assinalar a inexistência de informação adequada documentada. Apesar destes constrangimentos, considerou-se que os resultados obtidos e analisados de forma qualitativa são pertinentes para a análise das tendências socio-espaciais na cidade de Nampula; no entanto, apesar da necessidade de um aprofundamento dos aspetos abordados, a informação obtida fornece elementos que permitem fazer uma exposição que explique e elucide as principais tendências da produção do espaço urbano, em Moçambique e, em Nampula em particular.

moradia de tipo convencional. Pois, nem sempre a qualidade da habitação está relacionada com a renda nem com a atividade dos moradores – o que torna pouco aplicável a teoria da diferenciação residencial com base na renda. A explicação pode ser encontrada no papel do Estado no acesso ao solo urbano e na habitação.

A expansão da cidade de Nampula reflete, portanto, a interação entre práticas e funções sociais e econômicas derivadas da industrialização europeia (mesmo que precárias ou incipientes) – transporte e circulação, produtos manufaturados – e o comércio e artesanato autóctone; reflete também a adoção de formas europeias de vida, principalmente no que se refere à habitação, por parte de algumas frações da população na medida em que aumenta sua renda. As frações mais favorecidas da população tendem a abandonar o núcleo central da cidade – devido à degradação dos serviços de saneamento, abastecimento de água e das habitações, mas também, porque os bairros periféricos imediatos encontram-se densamente ocupados - daí o surgimento de grupos de habitações, com uma arquitetura moderna e de custos elevados, cujos proprietários são funcionários públicos superiores, empresários, ou funcionários médios cuja renda não tem origem específica, no meio de áreas onde predominam habitações construídas com material não industrializado (argila, troncos de árvores, diversos tipos de palha, etc.) ou com certa mistura de material industrializado (zinco, telhas e cimento).

A combinação dos elementos acima descritos produz uma cidade cujo núcleo central assemelha-se à cidade europeia pelas características do espaço construído: os edifícios foram construídos segundo modelos urbanísticos europeus. Atualmente esses edifícios, abandonados pelos seus antigos proprietários (colonos) que não simpatizaram com o novo regime socialista instaurado depois da independência nacional, e agora ocupados na sua maioria por moçambicanos negros e cidadãos de origem indiana, encontram-se na sua maioria envelhecidos e degradados. Contudo, são edifícios cuja

arquitetura é representativa do urbanismo europeu em Moçambique, pois lembram a colonização portuguesa mesmo que as formas de construção tenham sido influenciadas por uma arquitetura moderna que não reflete necessariamente estilos portugueses.

Foto: Edifício residencial em degradação

Foto: Edifício-sede do Judiciário

Ao redor do núcleo central desenvolvem-se bairros ou grupo de bairros onde se misturam casas construídas no estilo europeu e casas com uma arquitetura autóctone. A

ocupação do solo é horizontal e muito densa, sem espaços livres e geralmente com ruas tortuosas ou inexistentes; ai, dificilmente se pode referir da existência de planta urbana. A alteração dos limites administrativos da cidade, que resultou no aumento da área da cidade, culminou com a constituição de bairros recentes onde o espaço construído possui semelhanças com o espaço rural.

Foto: vista centro-Sul

Foto: vista centro-Oeste

Na medida em que os elementos de urbanização foram se estendendo para além do núcleo central, nos diversos contextos históricos, a cidade de Nampula foi alterando sua forma – apresentando uma espécie de tentáculos ao longo das principais rodovias de acesso à cidade -, seu conteúdo; alterações influenciadas pelas modalidades de acesso ao solo, pelas características da construção de equipamentos e infra-estruturas, e pelas modalidades do acesso à habitação. Enfim, a cidade de Nampula – enquanto mediação – expõe essa relação com uma ordem distante, o Estado e a sociedade moçambicana, e uma ordem próxima – o campo circundante, o modo de vida das comunidades autóctones.

Foto: vista centro-Noroeste

Foto: Edifício do Governo provincial e vista Norte

Simultaneamente ocorre a revalorização de certas áreas, antigos terrenos vazios ou com edifícios abandonados e degradados, no núcleo da cidade como resultado de políticas de desenvolvimento que estimulam o investimento em infra-estruturas turísticas. A dinâmica desse investimento privado na cidade de Nampula influencia a produção do espaço urbano através do aparecimento de novos edifícios construídos (ex.: hotéis) seguindo uma arquitetura moderna similar à das cidades ocidentais. Ai, a centralidade urbana se reproduz e revela a tendência da produção capitalista do espaço.

Foto: Hotel Executivo

Foto: Hotel Milênio

Nesse contexto, a paisagem atual da cidade de Nampula resulta de um desenvolvimento sócio-econômico influenciado por processos múltiplos e cumulativos. Depois da sua elevação a categoria de cidade, durante as décadas 60 e 70, o crescimento de Nampula esteve vinculado a um plano parcelado de 270 hectares. A cidade estendia-se desde a linha férrea Nacala-Entre Lagos, ao norte e a Estrada Nacional No. 8 em direção ao sul. Os limites atuais da cidade, com 404 km², superam os limites da cidade colonial. Eles conformam um espaço urbano produzido pelas dinâmicas resultantes da migração rural-urbana, pela inclusão de áreas rurais dentro dos limites da cidade – designada por reclassificação urbana – num processo em que a centralidade da cidade prevalece e influencia as dinâmicas internas e externas ao espaço urbano.

MAPA

A realidade urbana (o urbano) em Moçambique é constituída pela simultaneidade de ritmos diferenciados, que evocam a justaposição de espaços e tempos diferenciados e interpenetrados, e por estruturas e relações sociais cuja historicidade explica as desigualdades, as diferenças e os desencontros que caracterizam a especificidade do urbano. A presença de elementos e práticas apoiadas em estruturas e relações sociais anteriores à colonização portuguesa – revela como a persistência do modo de vida africano na cidade aparece enquanto irracionalidade da ocidentalização e não como sua recusa; pois, com uma urbanização excludente, distintas são as estratégias adotadas pelos pobres, desempregados e semi-empregados e funcionários públicos médios, para sobreviverem na cidade. Assim, a urbanização aparece, portanto, como um processo incipiente e inacabado no movimento de produção espaço.

A lógica da urbanização – que se constitui como a adoção de um urbanismo europeu pelas instituições municipais - impõe aos moradores da cidade a adotarem modelos arquitetônicos europeus na construção de suas moradias; as exigências envolvem a elaboração de projetos de construção com custos elevados - requisitos que não são acessíveis para muitas famílias que vivem na cidade e alteram as modalidades de ocupação do solo urbano. É uma lógica apoiada no policiamento para controlar e fazer cumprir normas urbanísticas que requerem alta renda numa sociedade com elevados índices de pobreza. Por isso, a urbanização impõe formas sem alterar significativamente os conteúdos na cidade: o modo de vida pré-existente. A disseminação das formas, separadas de seus conteúdos, faz com que a urbanização crie uma duplicidade entre o parecer e o ser. O resultado é uma paisagem urbana que ao revelar uma práxis de lugares desiguais expõe as diferenças produzidas no espaço urbano. Portanto, o urbano em Moçambique pode ser compreendido, num primeiro

momento, a partir da análise da paisagem a qual revelará desigualdades produzidas pela estrutura social que está por detrás da produção do espaço urbano.

Nesse contexto, a perspectiva lefebvriana, derivada da teoria marxista e adotada neste estudo, sugere uma abordagem que permite explicar a realidade urbana a partir de processos e relações que especificam a formação social. Assim, as divisões sociais e espaciais na cidade são explicadas como consequência inevitável e necessária da ordem social (política, econômica e cultural) vigente.

7. A perspectiva lefebvriana e a cidade

A abordagem teórica sobre o espaço (urbano), proposta por Lefebvre, supera as análises teóricas da escola ecológica. Segundo Lefebvre, o espaço não é apenas o local onde ocorrem os eventos – função de receptáculo – mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos - função da ordem social. Nesta perspectiva, Gottdiener (1993) refere que

Para Lefebvre, as coerências da ordem espacial controlam as contradições inerentes ao capitalismo em benefício dos interesses predominantes na sociedade. Portanto, capitalismo como modo de produção sobreviveu, em parte, por seu uso do espaço como reforçador daquelas relações sociais necessárias a essa sobrevivência (...) (Gottdiener, 1993:127).

O espaço aparece, então, enquanto produto e (re)produtor das relações sociais de produção; essa compreensão, segundo Lefebvre (1976), requer a tomada da noção de produção num sentido mais amplo: aquele da produção das relações sociais e reprodução de determinadas relações. Deste modo, o espaço urbano, no contexto capitalista, seria um esquema em sentido dinâmico comum às atividades diversas, aos trabalhos divididos, a cotidianidade, às artes, aos espaços criados pelos arquitetos e

urbanistas; um espaço que seria a relação e sustentáculo de inerências em dissociação, de inclusão na separação (Lefebvre, 1976: 34-37).

Na perspectiva do Autor, a cidade não seria apenas a acumulação de riquezas monumentais, mas também centro de nascimento do conhecimento e lugar da reprodução de todas as relações sociais. A reflexão toma a cidade como produto, mas também como obra, da história e dos modos de produção. Assim, o desenvolvimento da cidade contém um processo cumulativo – de conhecimentos, técnicas, coisas, pessoas, riquezas, dinheiro e capital – caracterizado por simultaneidades, interações e desigualdades de desenvolvimento. Nesta perspectiva, segundo Lefebvre (1973), a cidade é vista como o lugar da acumulação, pois, o centro urbano passou a desempenhar um papel cada vez mais importante na formação, realização e distribuição da mais-valia.

A vida urbana penetra na vida camponesa num movimento de transformações e resistências que acentuam a oposição urbanidade-ruralidade. Desse modo, a relação cidade-campo, vista como uma relação dialética, constitui uma oposição conflitual que só tende a superar-se quando o antigo campo e a antiga cidade se reabsorvem no tecido urbano realizado.

A compreensão dessas dinâmicas torna-se relevante ao se considerar que ao longo do século XX, a África, e Moçambique em particular, constituiu espaço de diversas transformações de ordem demográfica, econômica, política, social e cultural que influenciaram a urbanização – um processo caracterizado por uma componente demográfica fundamental sem uma transformação importante das funções na cidade, de tal sorte que a população urbana, segundo Santos (1981), não conheceu uma passagem do setor primário para o secundário e, em seguida, para o terciário -; assim a urbanização e a produção do espaço urbano prosseguem nesse movimento de coexistência e confronto de diferentes lógicas (do Estado – através da lei e da

organização do espaço expressas pelo planejamento territorial e pelo urbanismo; a da vida cotidiana – que se revela no vivido onde as práticas centram-se na reprodução do grupo domiciliar e; a do mercado – que se expressa pela monetarização da vida social como tendência dominante).

Ora, a cidade é, também, um espaço produzido por uma história, daí a relevância da análise da história da urbanização na África, em Moçambique, e aquela específica de Nampula. Uma história que mostra a gênese da cidade vinculada às necessidades da economia mercantil; pois, o surgimento da cidade de Nampula deve-se a construção de um posto de controle administrativo não apenas do território colonizado, mas e fundamentalmente, da produção e exportação de matéria-prima para os países colonizadores. Assim, a cidade produzida em função da acumulação de capital procurou representar um espaço concebido segundo modelos da cidade europeia – tipo de arquitetura e modo de vida – que na realidade projetaram no solo as divisões e separações operadas na sociedade e a prática urbana se tornou a base de sua reprodução.

A cidade enquanto objeto espacial ocupa um lugar e uma situação distintos do espaço rural. As relações que se estabelecem entre os dois espaços dependem do sistema de produção e, por conseguinte, da divisão do trabalho na sociedade. Assim, a cidade coloca-se como uma transição entre uma ordem próxima – relações de imediatidade, relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade (famílias, corpos organizados, profissões e corporações, etc.) relações com o campo circundante – e uma ordem distante, aquela da sociedade tomada no seu conjunto - ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (as relações globais, o Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma cultura e por conjuntos significantes. Como transição, a cidade é o lugar onde se manifestam as contradições da sociedade,

dentre elas as contradições entre o poder político e os diversos grupos que procuram uma afinidade comum dentro do Estado. Nessa perspectiva, Lefebvre refere que

(...) a cidade é uma *mediação* entre as mediações. [Na] ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre o terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, *escreve-a*, texto num contexto (...) (Lefebvre, 1991:46).

A dispersão da cidade, de acordo com Lefebvre (1976), só pode ser esclarecida mediante uma análise dialética e recorrendo ao método dialético; pois, a cidade, a sua negação através da industrialização, restitui-se a uma escala maior, aquela correspondente a sociedade inteira. Nesse processo, as relações de produção existentes vão estendendo-se, ampliando-se, conquistando uma base maior, atraindo a simultaneamente a agricultura e a realidade urbana. Assim, dum lado, se constituem centros de decisão – onde se concentra a riqueza e o poder e, por outro, a dispersão suscita segregações multiformes: os elementos da sociedade ficam inexoravelmente separados no espaço; uma dissolução das relações sociais que se soma à concentração das relações vinculadas com as relações de propriedade (Lefebvre, 1991: 46).

Trata-se assim de uma reflexão crítica às apreensões sobre os espaços urbanos na África, particularmente em Moçambique onde a industrialização tem um papel pouco relevante na urbanização, que se referem da centralidade da cidade colonial que continua dominando o campo circundante, através da inclusão no seu interior e constituindo novos bairros urbanos ou expandindo, de forma desigual, funções e serviços convencionalmente considerados urbanos – uma abordagem que coloca a cidade como um organismo em si.

A segregação, a constituição de espaços periféricos e pobres, ao permitir a reprodução das relações de produção, relações de classe, constitui uma negação teórica e prática do urbano ao mesmo tempo em que o revela. Nesse contexto, a cidade é

concebida como um espaço diferencial¹⁶ cuja análise depende, de acordo com Lefebvre (2002), de níveis (nível global: do exercício do poder, do Estado - onde serão analisadas as estratégias espaciais levadas a cabo pelo poder político, aí incluindo as ações que influenciam a distribuição dos recursos, dos rendimentos, da mais-valia, e a sua projeção no domínio edificado e não edificado; nível misto: especificamente do urbano ou da cidade - domínio edificado e não edificado: das funções urbanas relacionadas ao território circundante e as funções internas, assim como estruturas urbanas (serviços) a serviço da vizinhança e a serviço da vida urbana e; nível privado: domínio edificado, o da oposição entre o habitar e habitat) e dimensões - aquelas que compreendem a projeção das relações sociais no espaço, o confronto das estratégias sócio-espaciais e a prática urbana como realidade com vitalidade específica.

Portanto, a apreensão, assim concebida, permite captar não apenas as relações de produção e de classe, mas também explicar o fato das cidades de Moçambique serem caracterizadas pela simultaneidade de dinâmicas inerentes a diferentes eras ou espaços-tempos¹⁷ – daí a (re)produção de um urbano¹⁸ que contempla a chamada ruralidade (a qual se realiza enquanto persistência de uma práxis anterior a colonização européia) – pois, essa simultaneidade projeta-se no espaço urbano.

¹⁶ Um espaço que “retém particularidades, retomadas através do filtro do espaço homogêneo. (...) As particularidades cuja homogeneização não foi levada a termo sobrevivem, restabelecem-se com outro sentido. Pois, as diferenças resultam da “inserção [das particularidades] numa ordem espaço-temporal dupla: próxima e distante”. (Lefebvre, 2002:124)

¹⁷ Lefebvre distingue *eras* ou espaço-tempos (concebidos não na perspectiva histórica, econômica ou sociológica, mas global) de fenômenos sociais, sensações e percepções, de espaços e de tempos, de imagens e de conceitos, de linguagem e de racionalidade, de teorias e práticas sociais. (Lefebvre, 2002:37-45).

¹⁸ O *urbano*, segundo Lefebvre, supera a noção de cidade e de vida na cidade; pois, “nasce com a explosão da cidade, com seus problemas e a deterioração da vida urbana. Assim., o *urbano* é “uma forma[, mas também processo] geral: aquela da reunião [de isso-, hetero- e u- topias], aquela da simultaneidade, aquela do espaço-tempo nas sociedades, forma que se afirma de todos os lados no curso da história e em quaisquer que sejam as peripécias dessa história”. É, portanto, uma noção que “parte duma teoria sobre o espaço (social) enquanto produto-produtor, quer dizer, engendrado pelo modo de produção”, mas que intervém nas forças produtivas, na organização do trabalho, nas relações de propriedade, nas instituições e ideologias (Lefebvre, 1986: 160).

A análise das diversas práxis características de diferentes recortes do tempo histórico (pré-colonial, colonial, pós-independência) permite compreender a cidade em Moçambique: suas condições, seus antecedentes, suas relações com o campo e as diferentes lógicas de reprodução social passadas e atuais, desaparecidas, transformadas e persistentes – um procedimento que permite captar continuidades e discontinuidades na prática urbana. Trata-se de recortes que permitem caracterizar, segundo Lefebvre (1970: 37), fenômenos sociais, sensações e percepções de espaços e de tempos, de imagens e de conceitos, de linguagem e de racionalidade, de teorias e de práticas sociais.

CAPÍTULO II: A URBANIZAÇÃO E AS ÉPOCAS HISTÓRICAS

1. África pré-colonial

As características chamadas tradicionais ou vinculadas à vida rural, que persistem e se reproduzem em diferentes lugares que compõem as cidades africanas atuais, têm seus conteúdos derivados no modo de vida das sociedades africanas pré-coloniais. Nesse contexto, a especificidade dos fenômenos da modernidade na África meridional – como o surgimento dos Estados-nação, a urbanização – tem seu fundamento na persistência de lógicas centradas na reprodução de estruturas familiares antigas. Pois, mesmo que os sinais da modernidade não sejam mais do que aparentes, circunscrevendo-se em transformações visíveis ou observáveis, as lógicas antigas podem sempre lhes acompanhar; os códigos familiares podem encontrar aí novos campos de extensão, uma vez que os sistemas familiares continuam a ser os quadros privilegiados de enunciação e de transmissão das tradições (Dozon, 1986: 304).

As estruturas familiares africanas podem ser caracterizadas, segundo os modos de afiliação dos indivíduos, como patrilineares – quando a afiliação do indivíduo é feita em relação ao grupo consanguíneo do pai -; matrilineares – pertença ao grupo da mãe e; mesmo bilineares. Desde modo, cada indivíduo encontra-se incluso numa trama que o vincula aos outros por conexões genealógicas. Os modos de afiliação, por sua vez, engendram grupos coletivos designados linhagens¹⁹ (matrilineares ou patrilineares). A noção de tribo, que é igualmente usada e equivale à noção de clã²⁰, introduz uma dimensão territorial na linhagem. Pois, a tribo ocupa de fato um espaço onde são repartidas unidades residenciais elas próprias compostas de linhagens. Portanto, a maior

¹⁹ Grupos de parentes que se consideram descendentes, ou da linha paterna ou materna ou de afiliação indiferenciada, dum ancestral comum conhecido e nomeado.

²⁰ Grupo de parentes que se considera descendente dum ancestral comum.

parte das sociedades africanas tradicionais está organizada sobre uma base quase exclusivamente de parentesco (Dozon, 1986: 310).

Os modos de afiliação na linhagem testemunham que a diferença de sexos constitui o suporte privilegiado da organização de parentesco, e não só, pois, ela instaura igualmente uma divisão de tarefas e atividades entre homens e mulheres. É nessa base que as sociedades africanas concebem uma divisão sexual do trabalho em função dos constrangimentos do meio e da sua situação econômica: lá onde predomina a agricultura, os produtos e os atos culturais exigidos pela atividade são repartidos entre os sexos. Deriva daí, que as práticas valorizadas socialmente são apropriadas pelos homens enquanto o trabalho doméstico ou as atividades e tarefas mais absorventes e mais constrangedoras constituem o trabalho feminino. É sobre esta base da divisão sexual do trabalho que as sociedades constituídas com base na linhagem organizavam as mais diversas atividades de produção e elaboravam outras repartições, outras relações, entre indivíduos ou grupos de indivíduos (Dozon, 1986: 314).

A prestação de serviços dentro dos grupos constituídos com base na linhagem nem sempre obedece às regras de parentesco. Assim se explicam as alianças matrimoniais duplas ou múltiplas que visam acumular dependentes que passam a servir de mão-de-obra e assim aumentar a produção do grupo. Tais alianças podem envolver práticas poligâmicas; a poliginia²¹ - apesar da maior parte das alianças matrimoniais africanas consagrarem a monogamia - é, em alguns casos, uma estratégia usada para garantir a multiplicação de descendentes e assim garantir elevados níveis produtivos o que contribuirá para a concorrência por alto status econômico e consequentemente por posições elevadas na hierarquia social (maior prestígio social). Por isso, segundo Dozon (1986), as linhagens, para além de serem grupos de parentesco, são, sobretudo,

²¹ Poliginia é o estado de um homem que dispõe simultaneamente de mais que uma esposa.

estruturas econômicas onde se desenvolvem todas as facetas da atividade social num sentido amplo. Desse modo, a constituição das estruturas familiares, as linhagens em particular, é manipulada em função da acumulação de riqueza ou de bens de prestígio, para a reprodução das relações sociais.

O território que atualmente constitui Moçambique era ocupado anteriormente por comunidades que se dedicavam a caça e coleta. Cerca de três mil anos (c. 1800) ocorreu uma migração de comunidades da região central de África e que teve como resultado a constituição das primeiras sociedades sedentárias em Moçambique. Esse povoamento, que ficou conhecido como a expansão Bantu na África Oriental, resultou do domínio da agricultura e do processo de fabrico do ferro; por isso, as aldeias dessas sociedades sedentárias localizavam-se próximo das fontes permanentes de água. As comunidades cultivavam diversos cereais (mapira, mexoeira, etc.) e criavam pequenas quantidades de gado bovino, ovino e caprino. As casas eram construídas de madeira e as paredes cobertas de argila. Surgiram, assim, as primeiras sociedades moçambicanas com uma economia familiar baseada na agricultura de cereais e acompanhada pela criação de gado. A olaria, a tecelagem e a metalurgia, embora bastante desenvolvidas, não constituíram grupos sociais especializados e independentes da agricultura. Os excedentes agrícolas e as produções artesanais, ou o marfim, as peles e o minério eram trocados entre as diferentes unidades de produção, que a nível local, quer em mercados distantes. A divisão técnica e social do trabalho estava baseada no sexo e na idade. Os agricultores eram constituídos por pessoas livres, na sua maioria mulheres, que produziam para a família alargada; daí que as mulheres detinham certa autoridade e controlo sobre os celeiros, contudo, elas estavam excluídas da posse de bens mais valiosos e duradouros, como o gado (Serra, 2000: 8-14).

As estruturas de produção eram constituídas em torno de grupos de parentes consangüíneos – linhagens²² - e completavam-se com os parentes que entravam por casamento e que constituíam elementos indispensáveis para a produção, pela sua inserção nas atividades econômicas, e reprodução biológica. A terra era patrimônio, e não propriedade, das linhagens e podia ser usada, mas, não alienada de livre vontade. Cabia ao chefe da linhagem assegurar a distribuição, periódica, de lotes de terra para o cultivo pelas famílias componentes da linhagem (Serra, 2000: 16-17).

A linhagem ou família alargada tinha um chefe com poderes políticos, jurídicos e religiosos, para além de um conselho de anciãos. Era o conjunto desses chefes e anciões que constituía a classe dominante da sociedade, a aristocracia, abaixo da qual estava a camada dos homens livres e suas linhagens. Espacialmente, as linhagens – conhecidas como entidades autônomas na sociedade e agrupadas em clãs - cruzavam-se com uma organização espacial que começava com as casas e conjuntos de casas e tinha como unidades superiores as chefaturas (op. cit., 2000: 16).

A fixação de populações oriundas das regiões do Golfo Pérsico, entre os séculos IX e XIII, marcou a entrada de Moçambique (em particular, das sociedades do norte do país) no comércio internacional. Os árabes e persas fixaram-se e constituíram entrepostos comerciais ao longo da costa de Moçambique, nos quais se trocavam tecidos indianos e louça diversa por ouro e outras matérias do interior do país. O comércio, os casamentos, a introdução do Islão e diversos tipos de contatos entre as comunidades locais e os árabes deram origem a diversos núcleos lingüísticos – o naharra e koti (derivados da língua macua) nas regiões litorais da província de Nampula – assim como apareceram núcleos islamizados que se estruturaram em comunidades políticas: os xeicados e sultanatos (op. cit., 24-27).

²² Grupos de parentes consangüíneos definidos por via paterna ou materna. Em Nampula, a linhagem designa-se *nlocko* na língua local (macua) e são definidos por via materna.

Da cidade pré-colonial

Durante os séculos VII e XVI, geógrafos e viajantes árabes e europeus descreveram os assentamentos humanos africanos a imagem da sua cultura urbana: falavam de impérios e cidades majestosas escondidas nas florestas ou nas margens de desertos. Na época das explorações e mesmo na época colonial todas as manifestações da cultura africana, incluindo os assentamentos humanos, foram etiquetadas como produção de selvagens para justificar a presumível inferioridade racial dos africanos; daí que as cidades anteriormente relatadas com entusiasmo transformaram-se em miseráveis conjuntos de palhotas ou negava-se a sua existência e os restos arqueológicos eram atribuídos a antigos colonizadores vindos de outros continentes. (Bruschi, 2001:2)

Apenas na segunda metade do século XX, alguns antropólogos começam a estudar os símbolos arquétipos aos quais se refere a forma das habitações identificando as alegorias e as metáforas das diferentes produções culturais e, a partir daí, recolheram conhecimentos acerca dos assentamentos africanos – embora constituíssem uma interpretação simbólica do espaço construído e uma maneira de reproduzir e transmitir as regras para a composição e construção da cidade. As dificuldades em compreender o fenómeno urbano africano implicaram na exaltação das suas formas, do valor estético e emocional do produto arquitetónico subestimando o seu processo de formação e as suas afinidades culturais. O resultado foi a catalogação e classificação da arquitetura africana - em tradicional, primitiva, espontânea, sem arquitetos – fora de qualquer referência histórica ou tipológica. Mais tarde, ao se juntarem os aspectos formais “as características distributivas, tecnológicas e funcionais dos edifícios e dos assentamentos começou-se a falar de uma arquitetura africana. (Bruschi, 2001:2)

Problemas de terminologia sempre dificultaram a compreensão do fenómeno urbano em África nas diferentes épocas. Pois, as definições de cidade utilizadas na

historiografia européia – baseadas nos requisitos de permanência, densidade de ocupação do solo, concentração da população, presença de uma percentagem elevada de população não agrícola – não só são restritas como não se podem aplicar ao caso africano. Onde, nem todos os aglomerados populacionais, mesmo os maiores, são cidades, mas, constituíam sistemas sociais fechados sem classes de produtores especializados (caso de algumas aldeias da bacia do rio Zaire no século XIX), ou ainda os assentamentos com um artesanato florescente e um mercado presente que não justificavam o surgimento de cidades porque faltava um poder centralizador. Contudo, o não reconhecimento do fenômeno urbano na África pré-colonial deve-se a falta do requisito da permanência. Muitos assentamentos africanos, capitais e estados poderosos foram definidos pelos europeus como temporários, itinerantes ou móveis e condicionados pela presença determinante do poder político e religioso. Essas características sugeriam outra possível definição de cidade: onde as funções de centro de produção especializado ou de mercado eram subordinadas às exigências do poder político e religioso; esse modelo de cidade perdurou na África até finais do século XIX. Ao contrário da história da Europa, a cidade na África não foi única expressão do desenvolvimento social; pois, uma ligação profunda entre o meio rural e o meio urbano teve uma grande influência sobre as características das cidades africanas anteriores a colonização européia. (Bruschi, 2001:3)

A partir de 700 d.C. começa a influência política, religiosa e, sobretudo comercial islâmica. Surgiu, assim, uma rede de cidades comerciais na bacia do Níger que constituíam pontos terminais das caravanas provenientes do Saara e da costa do Oceano Índico e do interior do território. Outras cidades e outros estados surgiram com a expansão da metalurgia e tornaram-se sede de diversas civilizações (ex.: os Yoruba). Tal é o caso da civilização urbana na bacia do Zambeze que permitiu a consolidação de

pequenos assentamentos de criadores de gado, mineiros e comerciantes e culminou com o surgimento do Estado do Grande Zimbábue, na África austral. A influência árabe ou islâmica no desenho urbano africano evidenciou-se na diferenciação dos tipos de edifícios urbanos e dos rurais, assim como, na diferenciação dos tipos de edifícios para diferentes funções (palácio, mesquita), mas as soluções arquitetônicas eram de origem autóctone. (Bruschi, 2001: 5)

Portanto, durante o séc. XVI, os europeus encontraram uma civilização urbana relativamente desenvolvida na África Ocidental. Porém, as cidades eram constituídas por uma maioria de produtores agrícolas “e as construções, similarmente às habitações rurais, eram realizadas em materiais vegetais ou argila, bem como as muralhas (...) e os edifícios principais, incluindo o palácio”. No séc. XVII, os conflitos entre os comerciantes árabes e os europeus empobreceram o comércio nas cidades e levaram a decadência do sistema comercial anterior. Em seu lugar promoveu-se o comércio de escravos a partir do campo. A população urbana aumentou com o refúgio de população do campo inseguro para as cidades. Então, as cidades foram transformadas em fortificações e perderam o cunho de conjuntos de assentamentos familiares que caracterizavam a sua mais antiga estrutura social. (op. cit., 5 - 6)

As cidades africanas anteriores a colonização européia eram caracterizadas principalmente pela sua precariedade: precariedade da habitação individual como de todo o espaço construído; pelo valor simbólico e hierárquico do espaço urbano e pela homogeneidade dos tipos de edifícios. A precariedade era derivada, em alguns casos, das limitações econômicas e tecnológicas – resultante da escassa acumulação de excedentes agrícolas, do rápido perecimento e fácil substituição dos edifícios “devido ao prevalecente uso de argila e materiais vegetais na sua construção. A precariedade da capital tinha um valor simbólico uma vez que através da mudança da sede do poder

representava-se a mudança das relações com o restante território. Num contexto em que a relação entre a cidade e o campo era de domínio e exploração:

Era possível encontrar nas diferentes regiões da África, cidades permanentes, ou pelo menos não programaticamente precárias, capitais itinerantes conforme as estações ou aos ciclos dos anos, capitais abandonadas e reconstruídas num outro sítio quando da sucessão do rei. O caso extremo era constituído pela coincidência da capital com o campo militar que mudava de lugar conforme as exigências do controlo do território e a disponibilidade de recursos para explorar (Bruschi, 2001: 8)

A fundação das cidades nem sempre foi resultado do desenvolvimento das condições locais: colonizadores de origem africana difundiram a civilização urbana no continente através das migrações. Nesses casos a residência na cidade, que mudava de lugar quando da sucessão de cada rei, era reservada à etnia dominante e a cidade constituía um centro de controlo económico como militar do território. Nos casos em que a dominação era exercida sobre classes sociais da mesma etnia, a própria precariedade da capital evitava uma contraposição demasiado rígida entre ela e o território dominado, diferentemente do que acontecia com a cidade estável que representava a sede imutável do poder. A coincidência entre as estruturas políticas e urbanísticas que identificava as cidades africanas com a sede do poder manteve-se evidente até finais do séc. XIX. O valor simbólico na organização do espaço urbano reconhecia-se na colocação recíproca das habitações familiares, que correspondia à posição do chefe da família na hierarquia do reino e mudava em consequência das lutas pela sua formação; ou pela funcionalidade das muralhas de terra – mais importante que a função económica e militar - “que isolavam e evidenciavam o palácio, os lugares mais importantes e, a cidade inteira.” (Bruschi, 2001: 8)

O espaço das cidades africanas era organizado hierarquicamente em grupos rigidamente fechados de casta ou família. A organização dos bairros e dos quarteirões reproduzia o esquema hierárquico da família alargada e só no âmbito desse esquema

podiam existir lugares onde se concentravam os diferentes tipos de artesãos ou mercantes (caso da cidade de Timbouctou Djéné). A organização hierárquica do espaço urbano com base na hierarquia das estruturas familiares entra em ruptura a partir do séc. XVI com a integração dos habitantes e tem o seu fim a partir do séc. XIX com a imigração maciça para as cidades. Em relação à homogeneidade dos tipos de edifícios, as cidades africanas eram caracterizadas pelo uso do mesmo tipo de edifício para residência particular e para funções públicas – edifícios similares aos construídos nos assentamentos rurais. A homogeneidade tinha como consequência a sofisticação da execução dos edifícios com funções públicas. A sofisticação, junto com a obsolescência programada, respondia ao requisito de “gastar na construção de edifícios excepcionais, mas, que não podiam ser distintos dos outros através das dimensões ou das características tipológicas, o produto excedentário e a força de trabalho dos quais se apropriavam as classes dominantes.” (Bruschi, 2001: 9)

Argumenta-se neste estudo que certos elementos característicos do espaço urbano africano anteriores à colonização europeia podem ser observados no espaço urbano em Moçambique. A sua persistência pode ser observada tanto pela reprodução da homogeneidade do tipo de casa da população que migra do campo para cidade, pelo uso de materiais vegetais e de argila crua na construção das casas, entre outros, assim, como pela manutenção do significado simbólico do núcleo da cidade como centro do poder e, o vínculo entre o meio rural e urbano – características que especificaram o modo de vida nas antigas cidades africanas.

2. O período colonial

A expansão portuguesa em Moçambique foi fundamentalmente motivada pela procura do ouro – que permitia a compra de especiarias asiáticas com as quais a burguesia mercantil portuguesa penetrava no mercado europeu de produtos exóticos. Desse modo, os portugueses estabelecem-se em Moçambique antes como mercadores e depois como colonizadores:

A fixação fez-se, inicialmente, no litoral, particularmente em Sofala 1505 e na Ilha de Moçambique em 1507. Com a fixação em Sofala esperavam os portugueses controlar as vias de escoamento de ouro do interior e, em menor escala, de marfim, as quais tinham Sofala o seu término. (...) A penetração mercantil fez-se acompanhar do influxo de tecidos adquiridos na Índia e de missanga comprada em Veneza, destinados [aos estratos dominantes dos estados locais]. [Os tecidos e as missangas] perdiam a sua qualidade de mercadorias ao entrarem [nos estados] e transformavam-se em bens de prestígio, suportes de lealdade política e de submissão. Por outras palavras, os canais por que passavam a circular não eram mais os mercantis, mas os de poder e parentesco (Serra, 2000: 55).

Nos princípios do século XVI, todo o aparato administrativo e militar da coroa portuguesa em Moçambique destinava-se a apoiar as duas principais fontes de rendimento: direitos aduaneiros da ilha de Moçambique e de Quelimane e o comércio. A maior parte da riqueza acumulada em Moçambique era enviada para Goa – território a partir do qual a Coroa portuguesa administrava Moçambique. No século XVII, começaram a chegar os primeiros mercadores indianos a Ilha de Moçambique. Em 1686, a nobreza portuguesa estabelecida em Goa atribui um monopólio comercial a uma associação composta por ricos armadores e mercadores indianos – Companhia dos Mazanes. O monopólio visava o abastecimento regular de Moçambique com tecidos e concedia extensos privilégios comerciais em termos de fretes, apoio logístico e ajuda oficial portuguesa. Desse modo penetrava o capital mercantil indiano²³ em Moçambique

²³ Na sequência da formação da Companhia dos Mazanes, os mercadores indianos foram chegando ao país – em 1687 vieram os primeiros sete – e começaram por se fixar na Ilha de Moçambique. Ano após ano, passaram ao “hinterland da Ilha, depois ao vale do Zambeze, a Inhambane e, finalmente a Lourenço Marques (atual Maputo). Quase todo comércio a grosso e a retalho ficou sob seu controlo. Os Indianos de

sem o acordo tácito da Coroa portuguesa em Lisboa, fato que estaria na origem da separação de Moçambique de Goa em 1752 quando o país passa para uma subordinação direta de Lisboa (Serra, 2000: 65-66).

A partir da segunda metade do século XVIII, o comércio de escravos, a partir de Moçambique, supera o comércio do ouro e do marfim. A atividade mercantil dos traficantes de escravos estava aliada ao desenvolvimento industrial europeu que cada vez mais requeria produtos (café, cacau e açúcar) do trabalho escravo nas plantações das Américas. Durante todo o século XIX o panorama político e econômico do norte de Moçambique foi completamente dominado pela captura, transporte, comercialização e exportação de escravos. Algumas sociedades foram econômica e politicamente reestruturadas para a empresa da caça ao escravo. A repercussão do tráfico de escravos para o país foi a retirada da principal força de trabalho da sociedade (Serra, 2000: 78-86).

Nesse contexto, o primeiro momento da expansão portuguesa em Moçambique foi caracterizado por uma economia de tráfico – que consistia num sistema de trocas que deixava às comunidades camponesas a produção e a colheita dos recursos naturais (e humanos, como no caso dos escravos), normalmente controladas pelos chefes nativos, e que trazia, em troca, bens de prestígio, louças, armas e vestuário. As riquezas subtraídas do país enriqueciam os comerciantes e armadores indianos, eram gastas em jogos e bailadeiras pela nobreza portuguesa estabelecida em Goa e na constituição de bens de raiz como palácios, coches e igrejas imponentes e ricamente decorados em Portugal. Assim, a expansão mercantil portuguesa em Moçambique aparece enquanto empresa de uma nobreza improdutiva e proprietária de terras que não investiu na sua própria indústria manufatureira e nem capitalizou sua colônia. (Serra, 2000: 132-136).

menos posses estabeleceram-se como oficiais mecânicos: barbeiros, relojoeiros, ourives, etc. (Serra, 2000: 67)

A transição de uma economia centrada no comércio entre as áreas costeiras com pequenas áreas do hinterland para a economia colonial efetiva foi marcada pelo aparecimento de companhias e sociedades por ações que conjugavam capitais oriundos dos principais países capitalistas. As companhias, se bem que investissem no setor produtivo – com o sistema das plantações de monoculturas -, não só exploravam as riquezas do país como detinham poderes político-administrativos e jurídicos sobre os habitantes das áreas sob sua jurisdição. Assim, Portugal aparecia como um país intermediário das potências imperialistas que investiam diretamente, em Moçambique, seus capitais (Inglaterra, França e Alemanha). Nesta fase as principais características da exploração capitalista foram: exportação de mão-de-obra (sobretudo no sul do país); produção de matérias-primas agrícolas em plantações com um processamento industrial elementar; imposição de impostos em trabalho, em dinheiro e em espécie; utilização de mão-de-obra sazonal²⁴ e; preservação da pequena produção familiar.

A introdução de impostos em trabalho, dinheiro e em espécie, a utilização de mão-de-obra sazonal e a manutenção da pequena produção familiar são estratégias capitalistas reveladoras da resistência do campesinato local às políticas do capital para obtenção do sobrelucro em Moçambique: capital destinado a promoção do comércio e aquisição de matéria prima. Resistência que ocorreu não apenas contra a usurpação colonial estrangeira, mas, também em defesa dos padrões de produção e de reprodução social. Por isso, havia uma oposição entre a manutenção dos circuitos produtivos camponeses e as necessidades laborais das companhias; assim que como resistência:

²⁴ Um modelo particular de exploração de mão-de-obra que consistiu na proletarianização parcial: os trabalhadores sazonais regressam periodicamente às comunidades rurais de origem onde são educados e alimentados os filhos e futuros trabalhadores, onde se sustentam nos períodos de não-emprego e onde compensam a deficiente ração distribuída nas plantações (e minas). Assim, o capital reduz substancialmente seus custos de produção limitando seus gastos em capital variável. Semelhante estratégia implicava a conservação parcial do modo de produção pré-capitalista, no tocante, sobretudo, ao setor da pequena produção familiar, de onde provinha parte dos produtos alimentares consumidos e muitos dos produtos agrícolas exportados para a Europa pelas redes comerciais (Serra, 2000: 145-146).

(...) nenhum pequeno produtor, com a sua terra, a sua casa, os seus campos de caça e de pesca, 'proprietário' e senhor do seu espaço (...), reproduzido pelo ideário das suas danças, dos seus mitos, das suas regras de aliança, casamento e residência, da sua história, dos seus esquemas de representação colectiva, dos seus tabus, dos seus ritos de iniciação, e do seu universo religioso cosmogónico, nenhum pequeno produtor (...) iria oferecer-se, generosa e voluntariamente, ao capital. Nenhuma lei de mercado, nenhuma lei de oferta e de procura traria às plantações esse pequeno produtor, esse senhor de si, porque esse senhor de si dispensava integralmente a concepção e o ritmo de 'trabalho capitalista', porque ele podia subsistir sem um salário. (Serra, 2000: 146)

Por isso, foram elaboradas normas laborais que, por considerarem os nativos como indolentes e faltosos ao trabalho, impunham como obrigação moral e legal seis meses intercalados de trabalho nas companhias e entregar uma compensação periódica em dinheiro e/ou produtos de exportação. Desse modo realizava-se a especificidade da penetração capitalista em Moçambique, através da subsunção de rendas pré-capitalistas que permitia a segregação periódica da força de trabalho e a coleta de um rendimento fiscal constante. Assim, o capital procurava contornar o conflito entre a pretensão de transformar pequenos produtores em assalariados rurais e evitar que esses pequenos produtores se transformassem em assalariados rurais: pois, o trabalho sazonal criava uma charneira entre a prestação de trabalho nas plantações e o calendário produtivo e reprodutivo das aldeias. Portanto, a figura do camponês-operário resulta de uma estratégia do capital em transferir para as comunidades camponesas os custos parciais da produção e da reprodução da força de trabalho presente e futura quanto fruto da violenta oposição movida pelo campesinato às requisições de trabalho forçado (Serra, 2000: 146-147). Essa contradição dialética preservação/destruição dos modos de produção pré-capitalistas; o compromisso entre a essência do modo de produção capitalista clássico e a realidade pré-capitalista de Moçambique constitui a especificidade da penetração imperialista e perpassa e configura a vida econômica, política e social da sociedade moçambicana.

A ocupação colonial portuguesa na região da Makuana – antiga designação do território onde se localiza a província de Nampula – sempre teve uma grande oposição protagonizada pelos chefes locais que dominavam os portos do litoral e o comércio com o interior. Eram pequenos reinos²⁵ islamizados que se tornaram poderosos com o comércio de escravos e, que apoiados na coesão derivada da estrutura social e ideológica de linhagem ligada a uma hierarquia clânica, o seu poder político se expandia para as regiões interiores.

Em 1905, a ocupação militar portuguesa na província de Nampula efetivou-se a partir da costa para o interior com a colaboração de alguns chefes locais do interior que estavam em conflito com os reinos escravagistas da costa. A ocupação colonial-militar teve como consequência a destruição das unidades territoriais existentes (reinos afro-islâmicos e chefaturas) e o surgimento de pequenas unidades territoriais dirigidas por chefes de linhagem: uma fragmentação política territorial sob a qual se desenvolveu a organização administrativa colonial portuguesa. Pois,

Depois da ocupação militar (...) nas regiões consideradas pacificadas, os portugueses mantiveram e, nalguns casos, dividiram ainda mais as novas unidades políticas saídas da derrota dos antigos xeiques e grandes chefes makua. Criaram, assim, a nova hierarquia colonial dos régulos (ou regedores), cabos de terra e sipaios. (Serra, 2000:229)

No entanto, nessa hierarquia em que pesava a estrutura política administrativa colonial portuguesa, as funções ideológicas e políticas da sociedade nativa (magia e religião, organização familiar e das linhagens) permaneceram nos atributos (...) dos chefes das linhagens. Com a nomeação de régulos e cabos-de-terra a administração colonial constituiu uma liderança intermediária pretensamente assente nos princípios da sociedade nativa, mas, com a função principal de servir o estado colonial. Ai, os

²⁵ Os grandes amuene makua – os chefes dos chefes de linhagem makua: Mocutu-munu, Komala e Kuphula – e os xeiques Molid-Volay, Faralay, Suali Bin Ali Ibrahim (Marave), souberam habilmente, como classe dominante, dirigir uma guerra popular. (Serra, 2000:228).

camponeses eram obrigados a pagar salários aos novos chefes, em substituição ao antigo tributo pago nas chefaturas. Em alguns, casos os camponeses eram obrigados, cumulativamente, a prestar jornadas de trabalho nas suas machambas²⁶, para além de pagamentos em dinheiro ou em espécie para realização de diversas cerimônias e deslocações. Lá onde o poder do régulo e do cabo de terra não coincidia com o poder dos [chefes de linhagem], os camponeses estavam sujeitos a um duplo tributo, pois os Amuene²⁷ nunca prescindiam dos seus privilégios. (Serra, 2000:230)

Do século XIX ao século XX é introduzido o imposto de palhota²⁸, o trabalho forçado e impostas as primeiras plantações de algodão no sul da província de Nampula. A cobrança do imposto de palhota foi iniciada nas povoações costeiras e foi se estendendo para as povoações camponesas do interior. A partir de 1903, a exceção das povoações costeiras onde o imposto devia ser pago em numerário, o imposto de palhota podia ser pago em gêneros (amendoim, gergelim, cera, borracha, milho, arroz) nas aldeias onde a população não possuísse dinheiro suficiente para pagar. Tratava-se, portanto, de produtos de exportação provenientes da produção familiar, o que mostra bem a nova orientação dada à produção agrícola camponesa, imposta pelo capitalismo. (Serra, 2000:231)

A expansão do capitalismo mercantil em Moçambique teve seus impactos: o comércio promoveu a produção familiar para o mercado; criou uma rede de comércio europeu e asiático que garantia contatos permanentes com produtores e compradores africanos; não alterou substancialmente a produção para o consumo da família alargada, mas, reduziu a unidade produtiva dentro da linhagem, assim como, modificou a divisão sexual do trabalho, com a participação importante dos homens na agricultura. As

²⁶ Designação das parcelas de cultivo agrícola em Moçambique.

²⁷ Designação dos chefes de linhagem na língua local makua.

²⁸ Imposto pago por cada unidade habitacional e que constituía uma forma de pressão para que as comunidades aderissem ao trabalho assalariado nas plantações.

comunidades aldeãs foram transformadas em provedoras de mão-de-obra o que, simultaneamente, com a expropriação de terras para as plantações, alterou significativamente as relações técnicas e sociais de produção. Assim, no norte de Moçambique, a economia das plantações transformou, por meio da força, o produtor de mercadorias em trabalhador rural assalariado; criou uma maior dependência das famílias em relação ao salário dos homens; a mulher foi integrada em atividades fora do setor familiar e; forçou emigrações para áreas fora da jurisdição colonial portuguesa. A construção de portos e caminhos de ferro, que garantiam o escoamento e exportação de matéria prima, deu origem ao desenvolvimento urbano. A exigência de trabalho e o comércio destruíram as estruturas sociais existentes, a coesão do poder político das aristocracias dominantes e; com a nova divisão administrativa colonial efetivou-se, também, a divisão do campesinato. (Serra, 2000: 456-474).

Portanto, durante o período colonial, a prioridade dos colonizadores na África meridional foi a introdução de culturas de exportação como forma de valorizar as colônias; nessa nova conjuntura, o poder colonial utilizou as estruturas familiares, - principalmente, comunidades formadas por linhagens e aldeias – e, através do uso da força ou de outros meios de pressão ou sedução, dentro de poucos anos populações inteiras passaram a dedicar-se a exploração de culturas de exportação. As sociedades locais souberam apropriar-se da agricultura comercial graças às estruturas de linhagem, aos sistemas familiares que ao se transformarem geraram novas diferenciações sociais, souberam reproduzir-se, ajustar regras e procedimentos às novas exigências econômicas (Dozon, 1986: 322). A introdução da economia das plantações foi, e é, ilustrada pela produção de oleaginosas, de algodão e sisal e de cana sacarina para exportação, que a caracterizaram (e continua a caracterizar de certa forma) a agricultura em Moçambique. Mas, segundo Dozon (1986),

Com a [eliminação] das atividades sócio-econômicas pré-colônias e com a expansão das culturas arbustivas, as matrilineagens e patrilineagens deixam de ser grupos coesos; as formas de cooperação que outrora animavam os grupos de filiação dão lugar a um processo de individualização. Cada membro duma linhagem torna-se plantador separado e cultiva com a sua esposa, (...) seus filhos e eventualmente um parente próximo, suas próprias parcelas [de terra]; nesse esse processo, a terra [aparece enquanto] propriedade privada, ao contrário do sistema fundiário antigo onde [a terra] era apropriada coletivamente e era objeto de um direito de uso individual (Dozon, 1986: 323).

Neste processo o sistema de linhagem tornou-se o cenário de numerosos conflitos, de estratégias e contra-estratégias. A sua força passou a residir no fato de tolerar a emancipação progressiva de uns e as prerrogativas de outros dentro de um quadro simbolicamente coerente – aqui onde as sociedades de linhagem evoluíram num quadro de relações mercantis de apropriação privada em torno de famílias restritas - em que gerem o antigo e o novo sem ruptura radical. É assim que, depois dos primeiros contatos com a expansão colonial, essas sociedades converteram-se para uma economia de plantações, aí adaptando as suas diversas regras. Por exemplo, a herança que nas sociedades matrilineares seguia uma lógica horizontal – a transmissão da herança seguia uma linha colateral, ou seja, do mais idoso para o segundo - nas famílias restritas a lógica passa a ser vertical (isto é, de pais para filhos ou filhas) e bilateral: a plantação passa a ser herdada pelos filhos enquanto os bens de prestígio são herdados pela linhagem dos pais.

A introdução da agricultura comercial baseada na plantação de monoculturas (algodão, sisal, cana-de-açúcar, entre outras) marca, portanto, a passagem de um sistema familiar, cujas estruturas constituem grupos coletivos – as linhagens (que são na essência comunidades produtivas baseadas no direito costumeiro da terra e cujos membros se encontram vinculados socialmente através de laços de parentesco) - para uma forma familiar mais restrita onde os antigos laços sociais são transformados ou reinventados; o cultivador tradicional é transformado em camponês – com a sua

integração na economia de mercado e sujeição ao Estado – e a estrutura familiar central é a família camponesa²⁹.

Na esfera produtiva, as transformações introduzidas pela agricultura comercial alteraram profundamente o sistema econômico ou aquilo que a análise de Chayanov designou de modo de produção camponês - para designar a produção não capitalista, em que a unidade elementar é o grupo domiciliar que vive do cultivo e da propriedade da terra. Segundo essa análise, na economia camponesa, a produção é principalmente destinada a auto-subsistência do grupo domiciliar e a fração comercializada serve para fazer face aos impostos e porque existe uma procura urbana e oferta de produtos manufaturados que competem com o artesanato rural. Aqui, o grupo domiciliar – unidade elementar – é simultaneamente unidade de produção e unidade de consumo. Pois; a vida camponesa não é apenas organizada em torno da produção é tanto um modo de existência, de vida, como um modo de produzir. A organização da produção – quantidades, métodos – é determinada pelas necessidades do grupo domiciliar e pela penosidade do trabalho e é influenciada pela dimensão do grupo domiciliar e da parcela explorada – fatores que variam com o ciclo de vida do grupo domiciliar. É assim que segundo Amin (1978), a produção camponesa – “pertence [ao grupo domiciliar] da pequena produção mercantil simples: o produtor troca seus produtos com outros produtores mercantis analogamente na sua situação – nunca se encontra historicamente a sós ou dominante”. Porque o grupo domiciliar não é um empresário capitalista, ele não procura maximizar o lucro do seu capital e acumular, mas em primeiro lugar viver

²⁹ Para efeitos analíticos, define-se como grupo domiciliar o conjunto de dois ou mais indivíduos que compartilham diariamente a mesma habitação e os mesmos recursos de subsistência com base no parentesco ou em vínculos que reproduzem as relações familiares. Trata-se de uma categoria que, como refere Zelizer (2004), pelo fato de compartilhar a mesma moradia os indivíduos adquirem compreensões, direitos, obrigações, rotinas e propriedades que configuram as relações no interior do grupo domiciliar.

na terra que é sua, em virtude de uma organização social camponesa (Amin, 1978:36-37).

A economia camponesa pode coexistir com a economia mercantilista comercial e manufatureira. A integração da produção camponesa na formação capitalista implica o esvaziamento do seu conteúdo e sua dominação pelo modo capitalista. A produção camponesa é submetida às leis da concorrência capitalista – o grupo domiciliar é obrigado a vender os seus produtos com uma base de preços similar (porque retirada a renda da terra) àquela usada pelos mais eficazes concorrentes capitalistas agrários, quer sejam nacionais ou estrangeiros introduzidos pelas importações de produtores concorrentes. A remuneração monetária para o grupo domiciliar fica assim reduzida e com a mesma base de cálculo do valor da força de trabalho proletária, ou seja, do salário do trabalhador.

Por este meio, o capital dominante anula, portanto, a renda, quer dizer, desembaraça-se da propriedade fundiária. [O capital] proletariza o [grupo domiciliar]. Este conserva, contudo, a propriedade formal do solo, mas já não tem a sua propriedade real. Conserva também a aparência de um produtor mercantil que oferece produtos no mercado, mas é na realidade um vendedor de força de trabalho, sendo esta venda ocultada pela aparência da produção da produção mercantil. Assim, o [grupo domiciliar] é reduzido, de facto, ao estatuto do trabalhador ao domicílio (Amin, 1978: 40).

Neste processo o grupo domiciliar é despojado da propriedade real do solo³⁰ ao mesmo tempo em que fica com a propriedade formal. Assim a renda fundiária é retirada dos preços dos produtos do grupo domiciliar camponês. Daí a hipótese de que a intensificação da produção procura responder não apenas a uma procura urbana crescente, mas também, a deterioração dos termos de troca. Pois, segundo Amin (1978),

A distorção dos preços relativos em detrimento dos preços agrícolas acompanhando a intensificação da industrialização da agricultura [como tendência atual em Moçambique], constitui o meio por excelência pelo qual a propriedade camponesa, formalmente

³⁰ Processo semelhante ocorreu depois da independência de Moçambique. A terra foi nacionalizada e proclamada como propriedade do Estado. Os cidadãos apenas têm, ou podem adquirir, o direito de uso.

mantida, é esvaziada do seu conteúdo, pois, que já não ocasiona a realização de uma renda e que reduz a remuneração camponesa à da sua força de trabalho (Amin, 1978: 43).

Em geral, as estruturas de dependência moldadas pela penetração da economia mercantil e industrial na África meridional incluem a economia de tráfico³¹, a economia das companhias concessionárias e a economia das reservas; essas estruturas configuraram o desenvolvimento regional desigual e transformaram e deformaram as sociedades rurais sob dominação mercantil capitalista.

A administração colonial [na África meridional] desempenhou, portanto, funções econômicas e sociais, que são desempenhadas de maneira diferente, noutros lados, pelas classes dominantes locais (...) assumiu igualmente, pela imposição do dinheiro, do trabalho ou das culturas forçadas, a instalação da economia de tráfico. (...) A intervenção constante da administração no processo produtivo condiciona e completa a do capital (...). Assim dominado, o produtor na economia de tráfico é despojado do controle real dos seus meios de produção. (...) Um camponês reduzido a este estatuto é um semi-proletário porque conserva a aparência de um produtor mercantil livre. (Amin, 1978: 43)

Da cidade colonial na África

Com a expansão colonial européia, as cidades africanas desenvolveram-se ou desapareceram segundo as funções impostas no quadro da divisão internacional do trabalho e a partir da relação países dominantes/países dominados. As cidades coloniais traduzem, portanto, os efeitos da penetração da estrutura social pré-existente pela estrutura social da sociedade colonial dominante. Daí que a urbanização decorrente tornou-se a expressão espacial da penetração do modo de produção capitalista, historicamente formado nos países ocidentais, nas formações sociais africanas existentes situadas em níveis técnicos, econômicos e sociais diferentes. Nesse contexto,

³¹ Segundo Amin (1978), a economia de tráfico é baseada na exportação de matérias primas; a economia das companhias concessionárias consistia na concessão de territórios a algumas companhias que podiam exercer o controle econômico e administrativo de forma autônoma; a economia das reservas era caracterizada pela concentração forçada de mão de obra indígena para sua posterior utilização em plantações ou na exploração mineira.

certas cidades pré-coloniais transformaram-se em ruínas, outras foram justapostas por novos bairros que constituíam áreas construídas segundo normas urbanísticas europeias; enquanto a maior parte das cidades africanas atuais tem sua origem ligada ao estabelecimento dos colonizadores europeus.

A urbanização colonial em Moçambique inicia com a instalação de feiras comerciais, ao longo do litoral, que mais tarde se transformaram em vilas e cidades. A urbanização interior estava relacionada com o estabelecimento de pequenos centros comerciais cujo desenvolvimento ficou limitado devido à fraca rede de transportes. A atual capital do país, a cidade de Maputo (antiga Lourenço Marques) desenvolveu-se em função do porto, terminal da ferrovia de Transvaal (África do Sul), a cidade da Beira (segunda maior cidade do país) está inserida no espaço concedido à Companhia Trans-Zambézia que servia de terminal da Ferroviária Trans-Zambézia e estabelecia a ligação entre o Zimbabwe e o Malawi com o mar. As restantes cidades desenvolveram-se a partir das necessidades das companhias concessionárias estrangeiras (Tete e Quelimane) ou como centros administrativos nas áreas onde havia necessidade de impor a soberania portuguesa (Nampula e Lichinga – ex. Vila Cabral) (Mendes, 1989: 283).

Mapa de Moçambique: Principais cidades – Google Earth

Depois da II Guerra Mundial, as companhias estrangeiras perdem a sua jurisdição política, mas, mantêm suas atividades econômicas com a participação de capitais portugueses. Nesse contexto, surgem pequenos centros ligados a agricultura que constituem os pontos onde os colonos portugueses se estabeleceram no âmbito da migração para as colônias. As atividades nesses centros estavam orientadas para o setor primário uma vez que, por decreto, as colônias deviam produzir matéria prima para a indústria da metrópole. Apenas depois do conflito mundial, como resultado da pressão dos capitalistas portugueses sobre o Estado colonial e as necessidades crescentes dos colonos emigrados, foram construídas pequenas unidades industriais cuja produção estava reservada ao mercado interno. As indústrias localizavam-se de preferência nas

grandes cidades, tal como nos outros países colonizados era nas cidades onde se concentrava a população com grande poder aquisitivo e constituía o principal mercado dos bens importados ou produzidos localmente (Mendes, 1989:285).

O espaço urbano colonial era caracterizado pela oposição entre a área de construções permanentes, chamada de cidade de cimento, e a de construções precárias, chamada de cidade negra – que em Moçambique passou a chamar-se cidade de caniço³². A primeira área era ocupada pelos portugueses (brancos europeus) gozando de uma qualidade de vida elevada; aí desenvolviam-se atividades econômicas (comércio, serviços) que justificavam a vitalidade urbana e integravam o território nos circuitos do comércio internacional. Dentro da chamada cidade de cimento era possível distinguir ainda, setores diferenciados segundo a composição sócio-econômica dos habitantes mais do que pela cor da pele ou origem étnica: bairros com melhores condições de salubridade e melhores vistas panorâmicas, habitados pela população que dispunha alta renda e por isso apresentavam melhores condições de habitabilidade. Em direção à periferia localizavam-se áreas habitadas por portugueses trabalhando no setor terciário médio e inferior, ao lado de chineses e por último os indianos que tinham contato direto com a cidade de caniço. A chamada cidade negra ou de caniço ocupava uma vasta área dentro do espaço urbano: de ocupação espontânea, formada de precariedades e por construções tradicionais que refletiam a origem rural e a pobreza dos seus habitantes negros. Ainda nessa área distinguiam-se os lugares próximos da chamada cidade de cimento onde residiam os habitantes negros que faziam serviços domésticos para os portugueses, em habitações construídas com material relativamente durável (madeira e laminados de zinco); nos bairros mais periféricos, com densidades de ocupação do solo relativamente menores, predominava a habitação do tipo rural construída com

³² Designação, da área suburbana, derivada do material vegetal (o caniço) predominante na construção da habitação precária.

materiais mais frágeis (caniço, laminado de zinco, etc.) onde viviam migrantes recentemente instalados (Mendes, 1989: 289).

3. O período pós-independência em Moçambique

Depois da Independência nos anos 60, os novos Estados africanos, particularmente na África meridional, mantêm a sua base econômica apoiada nas mesmas estruturas moldadas pela dominação colonial. Assim, as elites no poder desempenham o papel de garantir uma economia de exportação, promovem a exportação de mão de obra nacional e porque a economia assenta-se na agricultura, fundamentalmente familiar, a acumulação de capital em geral apóia-se na produção do grupo familiar camponês. Estes processos cumulativos implicam profundas alterações nos sistemas de parentesco muito embora algumas formas de sociabilidade sejam mantidas, coexistindo com formas de sociabilidade imantes a economia monetarizada (Amin, 1978: 51-54).

Em Moçambique, o período pós-independência é marcado por uma transição de uma economia colonial sustentada pelas companhias de plantação de monoculturas para uma economia planificada pelo Estado socialista e depois um retorno ao liberalismo econômico: cada um desses tempos e espaços tem suas marcas profundas no nível político, econômico e social. Desde o massacre de Mueda em 1960³³, evento que marcou o início da luta liderada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) contra a colonização portuguesa, o país conheceu momentos de tensões e conflitos que

³³ Mueda é uma localidade situada na província de Cabo Delgado ao norte de Moçambique onde estava estabelecido um posto da administração colonial portuguesa. Segundo a historiografia da resistência moçambicana ao regime colonial português, no dia 16 de Junho de 1960, um grupo de moçambicanos desarmados teria se dirigido ao posto administrativo de Mueda para reivindicar seus direitos e contestar a dominação colonial e sujeição ao trabalho forçado. A resposta da administração foi através das armas matando inúmeros membros do grupo. O massacre de Mueda marca, assim, o início da confrontação direta entre moçambicanos e representantes da administração colonial portuguesa em Moçambique.

resultaram em milhares de mortos e destruições de infra-estruturas diversas – a luta de libertação nacional, tensões e conflitos com a Rodésia (atual Zimbabwe) e um conflito que opunha o governo estabelecido pela FRELIMO e a rebelião armada movida pela RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) sustentada pelo sistema racista da África do Sul e Rodésia (Marchand, 1995: 105).

A ruptura com a ordem econômica e social colonial realiza-se com o estabelecimento de uma economia planificada e centralizada no Estado sob a direção de um partido único, a FRELIMO; uma socialização da habitação (constituição de aldeias comunais) e da produção (criação de empresas estatais e promoção de um setor agrícola estatal – que repousava no capital fixo deixado pelos portugueses - e de um setor cooperativo que coexistia com o setor privado e familiar) e; estatização de conjuntos de atividades secundárias e terciárias (comércio atacadista e a retalho, transportes e comunicações, bancos, seguros, entre outros). O sistema político estabelecido pretendia que a FRELIMO, partido no poder, estruturasse e controlasse a sociedade a partir do Estado, enquadrando política e socialmente a população nos seus lugares de trabalho e de residência (até o nível do quarteirão nas cidades e nas aldeias mais recôntidas) de modo a desencorajar atitudes e comportamentos contrários ao sistema vigente. Nesse contexto, são recrutados para suas fileiras ministros e funcionários superiores do Estado, governadores e funcionários de governos provinciais, administradores de distrito, presidentes de municípios, dirigentes de movimentos sociais - organizações de jovens (OJM), mulheres (OMM) e trabalhadores (OTM)³⁴ e grupos dinamizadores no nível dos lugares de residência. O resultado foi a instauração de um Estado centralizador³⁵ que procurava assegurar o emprego, acesso à educação, aos alimentos básicos e aos serviços

³⁴ OJM- Organização da Juventude Moçambicana; OMM – Organização da Mulher Moçambicana e; OTM – Organização dos Trabalhadores Moçambicanos

³⁵ Pois a ideologia veiculada defendia uma igualdade social que na realidade produzia uma hierarquia social que dividiu a sociedade em dirigentes e dirigidos e um sistema de relações sociais organizado pelo (e para reprodução do) Estado.

básicos de saúde para todos, regular e coordenar a produção e organizar as trocas comerciais. (Marchand, 1995: 106)

O período socialista, 1975-1983 foi caracterizado, de um lado, por fortes alianças políticas e econômicas com o bloco dos países socialistas do Este (ex: União Soviética, Alemanha Oriental, Cuba e Bulgária), mas, por outro lado, pelas hostilidades dos países ocidentais; no interior do país, a fraca capacidade na gestão dos grandes domínios econômicos estatizados e as dificuldades no aprovisionamento de equipamentos culminou com a queda dos níveis de produção: a escassez de mercadorias nos circuitos oficiais generaliza-se dando origem à constituição de mercados não oficiais; reforça-se, assim, um ambiente de frustrações e tensões internas que estiveram por detrás do longo conflito interno que opôs o sistema socialista e os rebeldes da RENAMO, durante 16 anos. A propagação da guerra com os rebeldes pelo conjunto do território, a amplitude da destruição de infra-estruturas económicas precipitam o insucesso do modelo de desenvolvimento socialista e aceleram a adoção de reformas económicas. (Marchand, 1995: 107-109)

A partir 1983, Moçambique adota um sistema político e constitucional pluralista e uma reconversão completa do socialismo para o liberalismo. Em 1987, o governo lança o Programa de Reabilitação Económica (PRE), um plano de medidas de ajustamento estrutural e de reformas económicas profundas inspiradas pelo Banco Mundial e pela comunidade financeira ocidental; mudanças que são acompanhadas por transformações – diferenciações e recomposições – sociais.

As principais reformas económicas do programa de reabilitação económica foram orientadas para o meio rural: programas de aprovisionamento do campesinato, abertura do comércio a retalho, formação de técnicos de extensão rural para prestar apoio técnico ao setor agrícola familiar, legalização do setor privado na agricultura e no

comércio. Assim, estabelece-se uma abertura para novas alianças econômicas e financeiras com o Ocidente que garantem a importação de bens manufaturados (de consumo). Paralelamente à retirada massiva do Estado dos diversos setores econômicos anteriormente estatizados, adotam-se medidas de incentivo ao investimento estrangeiro. No setor imobiliário, o parque de moradias nacionalizado em todo país foi enquadrado num programa de venda para os ocupantes. As grandes empresas estatais são privatizadas ou estimuladas a constituir capitais mistos com o setor privado. (Marchand, 1995: 109-111)

Apesar da aplicação obediente das medidas impostas pelas instituições financeiras ocidentais, o quadro sócio-econômico de Moçambique foi pouco transformado; daí que o país continua classificado como um dos mais pobres do mundo (possui um Produto Interno Bruto per capita abaixo de 100 dólares americanos e ocupa uma posição desfavorável (157 dentre 173 países) na escala do Índice de Desenvolvimento Humano. O papel do Estado, através da Comissão Nacional do Plano, na economia foi reduzido; a crise econômica induzida pela guerra interna reduziu os recursos financeiros do Estado – as receitas fiscais asseguram apenas 44% do orçamento do Estado – que dependem largamente de créditos e doações externas. O fraco investimento nacional e estrangeiro no setor produtivo, tanto na agricultura como na indústria, resultou na reposição do setor agrícola familiar como base fundamental da acumulação de capital. A distribuição da mão de obra permanece inalterada: 85% na agricultura, 7% na indústria e 6% no setor terciário (Marchand, 1995: 113).

As medidas de austeridade exigidas, ao Estado, pelas instituições financeiras internacionais têm como consequência a baixa qualidade dos serviços públicos; os setores sociais (saúde e educação) entraram em crise e não garantem mais seus serviços para todos. A inflação monetária, situada acima de 50%, provocou uma erosão

generalizada do poder de compra culminando com uma deterioração profunda do nível de vida na cidade e no campo, mas, principalmente nas camadas sociais de baixa renda (operários da indústria, construção, empregados domésticos, do comércio, funcionários da administração, pessoal médico, entre outros). O empobrecimento no meio urbano é mais visível, pois, para milhares de cidadãos a procura de alimentação constitui prioridade fundamental. O desenvolvimento do pequeno comércio - venda de frutas, cigarros, diversos tipos de peças de roupa, doces nas calçadas das ruas; vendedores ambulantes, vendedores de diversas bebidas nas esquinas das ruas – ou de formas mais elaboradas de comércio como as inúmeras barracas (pequenos stands cobertos e fechados) sobre as calçadas ou reagrupadas em terrenos não ocupados no meio urbano, aparece como resposta massiva dos cidadãos à sua situação precária: para uns, trata-se de compensar através de renda adicional à erosão do poder de compra de seu salário; para outros, constitui a única fonte de renda. (Marchand, 1995: 117-118).

a) Da formação da elite nacional

No início do século XX Portugal era um país capitalista e imperialista com uma incipiente fusão entre o capital bancário e industrial; por isso, para além de algumas operações mercantis, possuía pouco capital financeiro para investir no setor produtivo em Moçambique, assim como nas restantes colónias portuguesas em África. Daí que a colonização portuguesa ocorreu através da criação de assentamentos por militares, missionários, pequenos funcionários públicos e trabalhadores do setor de serviços, mas, também por camponeses portugueses. A maior parte dos colonos portugueses era constituída por burocratas e pequenos comerciantes que se estabeleciam nas cidades. A fraca capacidade financeira exclui Portugal de uma grande parte da esfera colonial de criação de riqueza a favor das companhias concessionárias estrangeiras que operavam

em Moçambique. O resultado foi que os pequenos colonos brancos procuravam a todo custo ocupar todas as restantes possibilidades de criação de riqueza, não permitindo condições sociais para a emergência de uma elite africana e negra. Os Estatutos de Indígenas criados em 1926-1929 e 1954 aplicados nas colônias continentais (Angola, Guiné Bissau e Moçambique) impediam os africanos de serem proprietários e comerciantes com lojas convencionais. A pequena elite desse período era constituída por assimilados que por consequência apenas poderia obter empregos subalternos nas profissões burocráticas (empregados de escritório e do comércio, enfermeiros auxiliares, motoristas auxiliares, interpretes, pastores de missões protestantes, cipaiois, etc.), mas raramente em funções diretamente produtivas. (Cahen, 1995: 86)

A partir de 1961 a situação se modifica como resultado da pressão da luta de libertação nacional: supprime-se a prática do cultivo forçado de produtos específicos, permite-se o surgimento de pequenos agricultores e comerciantes africanos e amplia-se a escolarização de africanos. As antigas elites de assimilados em Moçambique situavam-se nos centros urbanos da região norte³⁶. As antigas elites foram marginalizadas com a transferência da capital do território da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques (atual Maputo) em 1903 e pelo fato de as cidades modernas da época localizar-se nas regiões centro-sul (Beira) e extremo sul (Lourenço Marques): a nova elite formada na capital não tinha tradição nem ligação com a produção. (Cahen, 1995: 87)

Portanto, estruturalmente constitui-se uma elite africana fraca, pouco ligada ao setor da produção agrícola, artesanal ou comercial, socialmente burocrática e deslocada das realidades e sensibilidades étnicas – mas, que se viu num contexto conjuntural de combater a colonização portuguesa através das armas organizada à volta da Frente de

³⁶ Ilha de Moçambique, Angoche, Quelimane, Chinde eTete

Libertação de Moçambique (FRELIMO). O território independente é projetado à imagem da nova elite: com um Estado moderno, universalista, com um papel econômico e social central, sem etnias e com o português como língua do Estado e da nação; nesse processo os habitantes são coagidos pelo poder político a se identificar com o novo Estado-nação e a rejeitar as formas de organização social anteriores a colonização portuguesa (Cahen, 1995: 87).

Ora, a luta de libertação que teve início em 1964 foi dirigida pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e culminou coma independência em 1975. O poder foi transferido para a FRELIMO que constituiu um governo sem eleições – estabelecia-se, então, a gênese de um sistema de governo monopartidário que durou até 1994. No III Congresso, em 1977, a FRELIMO transformada em partido político adota oficialmente o marxismo-leninismo como ideologia orientadora. Uma ideologia que serviu de instrumento para criação de um Estado centralizador como condição para a reprodução social da elite que o concebeu, como meio para a constituição rápida de uma nação moderna do tipo europeu e negador da etnicidade: daí o discurso ideológico sobre a unidade nacional. No entanto, a questão de unidade nacional constituiu antes um discurso da elite política e não um projeto social de construção de uma nação: pelas desigualdades de desenvolvimento regional e pela desigualdade de representação nos órgãos do poder – o Estado privilegia as regiões do sul do país. Contudo, a ideologia adotada pressupunha um projeto desenvolvimentista que buscava transformar a sociedade segundo princípios nacionalistas: daí as atitudes hostis em relação às estruturas familiares africanas pré-coloniais (linhagens, tribos) e às crenças religiosas africanas (consideradas obscuras ou bruxarias); mas, também o projeto social incluía uma política tecnocrática que pretendia um desenvolvimento econômico baseado na importação de equipamentos industriais para constituição do capital fixo. A estratégia

planejada para constituição do capital fixo beneficiava as companhias estrangeiras exportadoras de equipamentos – não rompendo, assim, com o modelo da economia colonial. O resultado dessa política econômica foi a implantação de um Estado-nação onde o Estado tornou-se propriedade da elite burocrática que dirigia o partido; e mais, ainda, segundo Cahen (1995) o paradoxo dessa política está no fato de ser hostil à pequena elite de comerciantes locais e favorável aos capitalistas estrangeiros.

O abandono da ideologia marxista nos anos 80 modifica a natureza social da elite no poder: antes socialmente burocrática ela se tornou socialmente empresarial, com a presença de simples comerciantes, especuladores e compradores. (Cahen, 1995: 90-92)

A redistribuição da riqueza engendrada no âmbito da transição para um sistema liberal provocou rupturas no tecido social. A profunda desigualdade social produziu uma hierarquia social cujo topo constitui-se a partir: a) do restabelecimento de uma camada de comerciantes indo-paquistaneses que detém um papel importante no comércio rural e a retalho nas grandes cidades, aí, onde fixam as taxas do mercado paralelo de câmbio. O peso econômico e financeiro dos comerciantes indianos na gestão de atividades comerciais tornou-lhes um grupo atualmente poderoso que controla e se beneficia de influências políticas e econômicas; b) do estabelecimento de uma classe política dirigente sob qual se apóia o liberalismo: uma camada social constituída por quadros políticos e militares aparece privilegiada como retribuição pela sua fidelidade em relação ao Estado e ao partido no poder. A coesão e a probidade dos altos funcionários que acumulam importantes funções políticas e administrativas são garantidas através de importantes ofertas em espécie feitas pelo poder político: residências nobres e veículos para os cargos ocupados por quadros nacionais e

provinciais, viagens e estadas de estudo; terras e meios de produção que asseguram uma base econômica privada. (Marchand, 1995: 122-123).

Apareceu o núcleo de uma elite moçambicana de negócios, em formação e por isso quantitativamente menor, constituída por duas componentes: (i) nacionalista – composta por homens de negócios moçambicanos, antigos funcionários, antigos diretores de empresas do Estado, antigos ministros e dirigentes políticos, militares na reserva e até dirigentes públicos em exercício, mas, que paralelamente levam uma carreira de homens de negócios - que graças ao seu conhecimento sobre a economia moçambicana tornam-se aliados preciosos para a implantação de grupos estrangeiros no país. A componente nacionalista da elite atua em projetos controlados por moçambicanos (comércio, indústria e agricultura, transporte). O seu capital tem origem diversa: fortunas familiares antigas, acumulação, atribuições dos dividendos dos ativos industriais desvalorizados. Os diretores de empresas públicas ocupam uma posição privilegiada que lhes dá acesso a um status e gozo de regalias inerentes (mansões, viaturas luxuosas e salários acima da média) e possuem um potencial para se constituírem empresários privados. (ii) A outra componente da elite moçambicana, comercial ou compradora, é numericamente maior que a primeira, inclui membros de antigas sociedades comerciais privadas coloniais que constituem atualmente a camada social com grande poder aquisitivo. Ressurgida com a extinção do monopólio estatal do comércio exterior, a nova elite beneficia-se de novas linhas de crédito de importação de equipamentos e bens de consumo, meios de transporte, entre outros. A liberalização das trocas e a abertura aos investimentos estrangeiros são utilizadas como estratégia para a constituição de sociedades mistas com grupos estrangeiros portugueses, sul-africanos e britânicos. (Marchand, 1995: 123)

A base da hierarquia social inclui agricultores (e ou camponeses), funcionários médios, empregados, operários que pagam um preço elevado pela conversão da economia ao liberalismo. A liberalização da fixação do salário mínimo e dos alimentos básicos criou um ambiente para distorção dos indicadores econômicos. Assim que, para um ritmo de inflação real situado entre 50 e 60% a taxa de revalorização anual do salário mínimo para empresas públicas situa-se entre 20 e 40%. (Marchand, 1995: 123)

Proprietários e empregados, dirigentes e dirigidos, conformam camadas sociais com interesses em conflito, por vezes justapostos ou superpostos, mas, interdependentes e que se esforçam sempre em criar alianças com o poder político. Esta estrutura social projeta-se em todo território moçambicano e reproduz-se de modo específico nas cidades moçambicanas.

b) Do espaço urbano

A proclamação da independência nacional em 25 de junho de 1975 marca o início do período pós-colonial em Moçambique. Esse período é iniciado com cidades pouco industrializadas que produziam bens de consumo destinados essencialmente para a população europeia. A maior parte da população estava subempregada ou incorporada no sector terciário que, ao invés de satisfazer as necessidades das camadas sociais populares, respondia às necessidades produzidas para os gostos e hábitos das classes privilegiadas. A segregação das classes, polarização das rendas e do consumo reservado a um número restrito de indivíduos, caracterizavam os espaços urbanos (Mendes, 1989: 289).

Depois da independência, a cidade tornou-se o principal cenário de eventos decisivos que iriam definir um novo quadro de vida, entre elas: a organização do poder

popular e da economia, a nacionalização da terra, dos setores de educação e de saúde, a criação das primeiras unidades estatais de produção industrial e de comércio.

A organização do espaço urbano não se alterou e, na área central da cidade manteve-se a hierarquia de centros de comércio e de serviços tal como se constituía no sistema colonial. A propriedade das unidades comerciais alterou-se, uma vez que depois do abandono dos europeus e indianos (antigos proprietários), a continuidade da atividade ficou a cargo dos (antigos) empregados. Contudo, a redução radical das importações e a crise dos circuitos de comercialização levaram ao encerramento da maior parte das unidades comerciais por falta de mercadorias. Do mesmo modo, as empresas industriais que eram mantidas em atividade pela intervenção do Estado socialista, nos primeiros momentos depois da independência, ressentiram-se do abandono de seus proprietários: a falta de matéria prima e o desvio de fundos e de equipamentos originam uma degradação progressiva das unidades de produção (Mendes, 1989: 290).

A nacionalização de toda a propriedade imobiliária, como medida contra o mercado capitalista fundiário e imobiliário, foi a intervenção mais determinante sobre o espaço urbano, tomada pelo novo governo constituído pelo partido FRELIMO; na seqüência, foi constituída uma instituição para administração da propriedade imobiliária do Estado (APIE). A instituição tinha por missão distribuir a habitação em função das necessidades das famílias e dos níveis salariais; fixar os preços de aluguel e; controlar o número de habitações consideradas devolvidas ou abandonadas. Entretanto, depois da proclamação da independência, a população negra que vivia nos subúrbios de construção precária migrou para o centro das cidades ocupando as habitações abandonadas pelos portugueses (europeus), chineses e indianos. Essa ocupação não durou muito tempo porque a maior parte dos novos ocupantes não possuía condições

nem capacidades financeiras para manutenção das habitações o que provocou uma rápida degradação dos imóveis. Consequentemente o governo obrigou os novos ocupantes a abandonar as habitações e através da APIE iniciou um processo de seleção de novos locatários. Apesar da distribuição equilibrada da população e do caráter socialista da revolução, as cidades moçambicanas ainda constituem cenários da manutenção de grupos privilegiados e da discriminação das frações de baixa renda. Tal como no modelo colonial, o Estado definiu determinadas áreas para residência de altos dirigentes do Estado e do governo (bairros onde residia a burguesia colonial) incluindo a população com alta renda; áreas para residência de membros do corpo diplomático, de especialistas estrangeiros. Mesmo sem uma orientação efetiva do governo, começaram a se distinguir áreas onde moravam empregados bancários e outros funcionários médios de serviços; áreas para empregados inferiores do setor terciário. Além disso, a constituição da APIE visa também por em ação um esquema de auto-construção que permitiria resolver o problema da habitação nas cidades (Mendes, 1989: 290-291).

Os efeitos dos programas econômicos e sociais, adotados mais tarde pelo governo, deterioraram as condições de vida da população em geral e aumentaram os fluxos migratórios do campo para a cidade. A ausência de infra-estruturas e de emprego levou a um declínio generalizado da qualidade de vida nas cidades condicionando o surgimento de diversas estratégias. Os apartamentos nos centros das cidades (antigas residências de colonos portugueses) passam a ser ocupadas por funcionários superiores públicos e privados, assistentes técnicos e funcionários estrangeiros; paralelamente ao sistema de locação estabelecido pelo Estado, constitui-se um mercado de locações que consiste na concessão de chaves; um processo em que o locatário titular vende seu apartamento alugado, a preços módicos estabelecidos pelo Estado, em troca de somas avultadas de dinheiro. A partir de 1993, a Administração do Parque Imobiliário do

Estado (APIE) inicia a venda dos apartamentos aos seus ocupantes titulares. Assim, o Estado remete às camadas sociais com maior renda a utilização e manutenção de habitações e imóveis que nem a APIE nem os locatários com renda baixa poderiam assegurar. A partir daí, a renovação do setor imobiliário, antes limitada às moradias residenciais privadas, começa a se expandir. Nos bairros periféricos, onde habita a maior parte da população urbana de renda baixa, florescem novas construções. As moradias construídas com material precário (vegetal e argila) são substituídas por construções permanentes (cimento, zinco) segundo as possibilidades dos seus proprietários. A falta de infra-estruturas e serviços básicos (fontes de água, escolas, eletricidade) cria situações sociais e sanitárias difíceis nos bairros periféricos das cidades. Igualmente, surgiu uma especulação fundiária que controla os terrenos melhor localizados nas periferias das cidades, abrangendo, por vezes, terrenos agrícolas de onde os ocupantes são expulsos para áreas mais afastadas das cidades. (Marchand, 1995: 116-117)

Diversas são as estratégias adotadas pelos cidadãos, incluindo o uso de pequenos campos das relações sociais, para tornar a vida urbana possível. Ai, a cidade aparece enquanto lugar de inúmeras transformações sociais, econômicas e culturais. No período pós-independência as cidades africanas constituíram o cenário de uma diferenciação acelerada de práticas e organização sociais de modo a compensar a longa ausência de investimento, desenvolvimento de infra-estruturas, emprego. Nesse contexto, urge refletir sobre os processos a partir dos quais os cidadãos constroem várias estratégias que garantem sua sobrevivência e criam uma identidade social própria necessária para a vida urbana e que mantém as suas origens culturais que tradicionalmente avaliam o sentido da estabilidade pessoal e o equilíbrio mútuo e social. Alguns estudos sobre a vida urbana na África mostram como os cidadãos mantêm

modos pré-coloniais de sociabilidade para reduzir os impactos negativos das crises da economia urbana: num contexto de elevadas taxas de urbanização (7%), 64% da renda dos grupos domiciliares é gasta na alimentação; as infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento não se expandem há mais de 20 anos – o que coloca a maior parte da população urbana sem os serviços básicos urbanos (Simone, 2005: 2).

As cidades africanas são lugares onde os africanos expressam os conflitos derivados das suas convicções e suas políticas e práticas econômicas e das representações que fazem sobre o mundo; lugares onde as condições de vida são rigidamente estruturadas pelas instáveis exigências do capitalismo e dos países dominantes. Contudo, persiste uma suposição comum segundo a qual a África é um continente rural. Perante o aumento do tamanho da população nas cidades afirma-se que muitos africanos são residentes urbanos, mas, não são verdadeiramente urbanizados. Qual seria então o significado da chamada ausência de urbanização? Que persiste ainda a vida rural em grande escala? Que as cidades africanas são exemplo de uma modernização truncada? Nota-se aí, a ausência de uma perspectiva histórica que resulta numa invisibilidade estrutural sobre as múltiplas práticas que estão por detrás da produção da realidade urbana na África num movimento em que os diferentes sujeitos encontram-se polarizados em linhas de estratificação social que no passado eram semi-abertas e interconectadas. Tal é o conteúdo da urbanização desigual, que se revela economicamente, também, nas dificuldades no acesso ao emprego e na conseqüente sobrecarga dos antigos sistemas de reprodução do grupo domiciliar: 75% das necessidades básicas nas cidades africanas são satisfeitas usando mecanismos e redes de relações não oficiais e não necessariamente monetarizados – um processo que perpassa discretamente todos os setores e domínios da vida urbana (Simone, 2005: 3). Perante o desemprego urbano persistente, correntes de importações de produtos de baixo custo

originados pela liberalização do comércio fragilizam as estruturas de produção local. Ao mesmo tempo, vários componentes da racionalização econômica abrem possibilidades para a apropriação dos bens que eram públicos – a terra, empresas, serviços – por interesses privados bem posicionados no aparato de gestão do ajustamento estrutural, a elite nacional emergente em particular. Tais são as irracionalidades da urbanização e o caráter dependente assinalado que a reflexão ora proposta coloca em questão: as chamadas informalidades não podem ser vistas como uma compensação pela urbanização desigual e incipiente, em termos de condicionar uma integração espacial, econômica e social no interior da cidade; nem como instrumentos para a sustentação de uma urbanização consolidada; pelo contrário, essas práticas não oficiais agem como uma plataforma para a produção de um espaço urbano diferente daquele geralmente concebido.

CAPÍTULO III: A ESPECIFICIDADE DO URBANO

O urbano, entendido doravante enquanto processo derivado da expansão da cidade colonial, não é apenas a junção de objetos e signos de urbanidade que permeiam a vida na cidade; também, é a realidade espacial, social e cultural conseqüente das transformações induzidas pela urbanização ocidental e da persistência do modo de vida africano anterior a colonização européia. Portanto, não se trata do resultado de uma racionalidade que visava a expansão e a assimilação de valores e modelos urbanísticos ocidentais homogeneizantes sugerida pelo discurso da dominação colonial européia; mas, sim, de um processo excludente caracterizado por desigualdades nos ritmos da vida econômica e social na cidade: ritmos acelerados na mobilização de grande capital social, da distribuição desigual da renda e ritmos lentos dos que possuem poucos recursos para a reprodução humana e clamam pelo direito à urbanização num contexto em que a cidade inclui a todos mas, poucos são os que desfrutam da urbanidade. Trata-se então de um fenômeno novo que não pode ser explicado pelo organicismo (que considera a cidade como um todo orgânico em si mesmo), nem pelo continuísmo (que apela para a continuidade histórica ou permanência da cidade colonial – nos chamados espaços duais que caracterizariam as cidades africanas!) e nem pelo evolucionismo (que destaca os períodos, as transformações das relações sociais). O urbano aqui designa essa nova realidade que nasce da expansão da cidade em Moçambique e que é produzida por um processo que domina e absorve o campo circundante. As manifestações dessa dominação e absorção do campo pela cidade são dadas pelo alargamento dos limites administrativos da cidade (ação do Estado) que passam a incorporar antigas áreas rurais, assim como pelas novas residências, infra-estruturas de comércio e lazer construídas no campo. Aparece, então, a idéia da agrovila ou de um espaço onde, segundo Lefebvre

(1970:17), persistem ilhotas de pobreza camponesa ao lado de ilhotas de pobreza urbana: contexto que sustenta a crítica teórica e prática da urbanização vigente.

As reflexões expostas permitem argumentar como e porque se produz um espaço urbano diferencial – produto da interação entre a urbanização e a persistência do modo de vida africano – que se reflete numa paisagem que expressa hierarquias produzidas a partir das relações de associação e ou exclusão entre os diferentes grupos sociais no interior da cidade: aí, a cidade enquanto materialidade do urbano aparece como lugar da reprodução das relações sociais vigentes e como totalidade incubadora de duas contradições: entre as necessidades econômicas e os modelos culturais impostos e as possibilidades materiais dos diferentes grupos sociais; entre o modelo dominante de produção e representação da paisagem e a realidade vivida pelos grupos sociais de baixa renda. Tais contradições levam a refletir sobre a tese de uma urbanização desigual. Argumentar-se-á que as práticas de produção do espaço na cidade de Nampula, através de suas mediações, caracterizam uma urbanização crítica e desigual, no sentido de que a urbanização não atinge a maior parte da população da cidade. A cidade afirma-se como mediação, transição, entre o meio rural circundante, como ordem próxima e o sistema de representação e produção das formas urbanas. A periferia, ao contrário do centro, aparece como conjunto de lugares onde se manifestam exacerbadamente os contrastes entre as diferentes formas, particularmente no concernente a habitação, que especificam a paisagem urbana.

Portanto, a contradição entre dois modos de vida, europeu e africano, constitui e especifica o urbano em Moçambique - urbano que é revelador das desigualdades e dos desencontros, dos conflitos e das contradições próprias de seus conteúdos. A especificidade do urbano em Moçambique expõe criticamente as irracionalidades e

contradições de processos de dominação colonial européia ou ocidental e não de disseminação de um modo de vida europeu ou ocidental em sociedades africanas.

A reflexão aponta para a compreensão das diferenças espaciais como produtos da urbanização desigual organizada e controlada pelo Estado, num processo em que diferentes sistemas de relações sociais fragmentam a cidade e produzem estruturas espaciais hierarquizadas segundo a lógica do Estado e da acumulação do capital.

A cidade como mediação entre uma ordem distante – o sistema de relações sociais e o Estado – e uma ordem próxima (o campo circundante) aparece então como lugar da coexistência de diferentes sistemas de relações sociais: aquele centrado na reprodução do grupo domiciliar e derivado do modo de vida pré-colonial; o das relações de dominação colonial e da ocidentalização que privilegia o mercado capitalista e; aquele organizado para a reprodução do Estado socialista. Essa mescla de relações sociais deriva da autonomia que as diferentes formas, que caracterizam diferentes modos de vida, foram adquirindo excluindo ou redefinindo seus conteúdos. Desse modo, a cidade se produz num movimento de transformações e persistências induzidas temporalmente. Nos países da África meridional - onde a urbanização produz um espaço urbano que revela relações específicas entre o universal e o local, porque se constitui como momento da expansão do sistema de relações capitalistas e da ocidentalização - carece um entendimento sobre a economia e a urbanização que exponha e explique a diversidade e a coexistência de diferentes lógicas na constituição do econômico e produção do urbano. Pois, a diversidade e coexistência constituem pano de fundo da especificidade das formações sociais dos países colonizados e dependentes. Trata-se de uma reflexão sobre o fenômeno urbano que coloca a cidade, enquanto mediação, inserida num contexto social, econômico e político em que se produz e reproduz.

O estudo da lógica e das propriedades formais do espaço urbano - como contradição concreta - leva à análise dialética das suas contradições. Pois, a forma do espaço urbano evoca e provoca em si processos de concentração e de dispersão. A reflexão sobre o fenômeno urbano visa recuperar os conceitos centrais da realidade industrial e perceber um espaço-tempo renovado - urbano - que ‘aparece como diferencial - onde cada momento passa a ter existência num conjunto, pelos contrastes e oposições que o vinculam aos outros lugares e momentos, distinguindo-o. Trata-se de um espaço-tempo definido por propriedades unitárias e duais’; propriedades definidas por isotopias - lugares com a mesma função - e heterotopias - lugares muito diferentes uns em relação à outros e que evocam o outro (e mesmo pela utopia). Desse modo, a topologia urbana, a classificação (isoheterotopias), como procedimento analítico permite conhecer um aspecto da realidade urbana, realidade que se revela profunda (Lefebvre 1990:163).

A complexidade do fenômeno urbano requer uma passagem da fenomenologia à análise e da lógica à dialética. Os métodos descritivos - descrição fenomenológica e empírica - evidenciam alguns aspectos e traços do fenômeno urbano, mas, não alcançam determinadas relações sociais aparentemente abstratas em relação ao imediato. No entanto, esses métodos são usados neste estudo porque permitem, segundo Lefebvre (1990), abordar o fenômeno urbano a partir das propriedades formais do espaço para posteriormente estudar as contradições do espaço e os seus conteúdos.

Nesse contexto, é a partir da análise da paisagem da cidade de Nampula que o estudo identifica e recupera os ritmos temporais coexistentes com o pressuposto de que a vida social e a diversidade das relações sociais podem ser reconhecidas a partir do visível ou dos elementos da cultura material. Cada relação social e cada elemento da cultura material são analisados em função dos contextos históricos que caracterizaram a

formação social moçambicana e por fim estabelece-se o reencontro entre com a cidade de Nampula. Ai, percebe-se que os diferentes lugares que constituem a cidade e as contradições sociais inerentes ao espaço urbano são produtos da história. A análise das características da habitação e do mundo do trabalho revela como a coexistência de modos de vida e de relações que não são contemporâneos agita-se no interior da sociedade e de cada cidadão num contexto em que a reprodução das relações sociais é acompanhada por certa produção de relações.

O cerne metodológico do estudo consistiu fundamentalmente: (a) na análise regressiva - baseada na busca do passado da realidade presente, através de fontes escritas, para esclarecer o passado a partir do presente e clarificar o presente em si e; (b) na análise progressiva cujo procedimento envolveu a volta ao presente a partir das suas múltiplas e complexas condições com vista a obter uma análise explicativa da realidade presente. Deste modo pretende-se compreender, elucidar e explicar as transformações resultantes do desenvolvimento interno e externo da realidade urbana e da sua subordinação a estruturas conjunturais. A análise diacrônica permitiu captar o percurso da formação económica e social e da urbanização moçambicana. Num quadro sincrónico, o fenómeno urbano em Moçambique permite distinguir as relações entre o Estado, o espaço (urbano) e a cidade – compreendendo as estratégias políticas, as lógicas que agem e se projetam no espaço construído. Nesse plano refere-se a constituição de um espaço institucional e estratégico produzido a partir da inclusão de áreas rurais nos limites administrativos da cidade. Nesse contexto, o Estado organiza e controla a urbanização desigual através da propriedade da terra. Diferentes lógicas, unificadas ao nível do Estado, caracterizam o acesso à habitação e ao solo urbano e, a construção de edifícios - explicando como a expansão da cidade prossegue num movimento de produção de áreas algumas delas que parecem estagnadas pela sua

precariedade enquanto outras conhecem uma franca valorização – resultando numa urbanização desigual. A urbanização desigual se realiza a partir da diferenciação no acesso à habitação e ao solo urbano, processos mediados pelo Estado, que através das desigualdades da renda determinam as diferenciações no tipo de habitação.

1. Acesso à habitação

Como foi referido, depois da independência de Moçambique, o Estado socialista nacionalizou as habitações e os imóveis de rendimento eliminando desse modo a propriedade privada e a especulação imobiliária nas cidades e em todo território nacional. O Estado, através da APIE, passou a administrar o acesso à habitação nas cidades. A APIE era a instituição responsável pela seleção das famílias que poderiam ocupar os imóveis e pelo estabelecimento dos preços de aluguel das habitações. Em geral, os critérios de seleção incluíam, para além das necessidades da família (ex. número de membros), a capacidade financeira dos novos locatários para a manutenção dos imóveis.

Nesse contexto, a maior parte dos moradores dos bairros centrais das cidades, como é o caso de Nampula, teve acesso à habitação a partir da nacionalização das habitações abandonadas pelos portugueses. Com o crescimento da população urbana e a falta de investimentos nas infra-estruturas nas cidades, o setor imobiliário entrou numa crise agravada pela degradação dos imóveis. Perante a falta de habitação para responder o número cada vez mais crescente da população urbana e um contexto em que o Estado não dispõe de capacidade financeira para o seu suprimento, as alternativas dos habitantes da cidade dependem das condições financeiras individuais e disponibilidades no acesso ao solo para construção da habitação.

A disponibilidade de habitação na cidade de Nampula é não é capaz de satisfazer a demanda dos cidadãos. Por isso, no núcleo central prolifera um mercado não oficial de venda e compra de habitações da propriedade do Estado (um mercado popularmente chamado de venda de chaves); com a mesma lógica, nos bairros periféricos, moradores constroem habitações ditas convencionais ou melhoradas para aluguel, sob a alegação de segunda moradia. Para além do mercado não oficial da habitação, o acesso à habitação também ocorre por via da herança consangüínea ou oferta de um parente - o que indica a persistência de práticas típicas de uma economia baseada na reciprocidade e característica de relações não mediadas pelo dinheiro.

Na cidade de Nampula apenas um pequeno número de pessoas é capaz de comprar lotes para construção, assim como construir uma casa com material durável ou um apartamento convencional devido aos custos muito elevados. Um lote de 450m² pode custar cerca de 80 mil Meticais³⁷ numa cidade onde o salário médio é de cerca de quatro mil Meticais³⁸. O mais freqüente, nos bairros ao redor do núcleo central, são casos de famílias que não dispõem de dinheiro para as despesas de construção com material mais durável, mas, detêm um lote de solo urbano por herança ou ocupação voluntária. Essas famílias constroem suas moradias utilizando material não convencional (truncos de árvores, restos de madeira, caniço, argila, cobertura de palha) como alternativa disponível num contexto de uma economia dependente e de desigualdades sociais e econômicas. Assim persiste nos bairros periféricos a precariedade da habitação que caracterizou as cidades africanas pré-coloniais.

³⁷ Moeda nacional (1 dólar equivale cerca de 27 Meticais)

³⁸ O salário mínimo é de cerca de 1800 Meticais

Foto: Homogeneidade da habitação precária

A pesquisa de campo revelou três tipos principais de habitações segundo o material de construção: habitações construídas a partir de materiais de origem vegetal (pau-a-pique), habitações construídas com paredes de cimento e cobertura de folhas de zinco e apartamentos convencionais.

Tabela 2 - Tipo de habitação segundo o material de construção por Posto Administrativo Urbano (%)

	Central	Muhala	Napipine	Namicopo	Muatala	Natikiri	Total
Pau-a-pique	0,0	5,1	4,8	8,9	3,2	12,1	34,1
Cimento e zinco	4,1	6,7	10,5	7,0	9,5	8,0	45,8
Apartamentos	20,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,1
Total de entrevistados	80	37	51	40	40	66	314

Fonte: Pesquisa de campo 2008

Essas situações influenciam a produção da paisagem urbana. Os elevados custos de construção e fraca capacidade financeira da população, perante uma grande procura de habitação, levaram ao crescimento de formas artesanais de construção; com pequenas empresas, empregando pequeno número de trabalhadores e utilizando material

rudimentar, dispersas em múltiplos canteiros de obras. A realização das obras exige apenas materiais semi-elaborados (cimento, materiais de construção, ferros para concretagem e vigamento, madeiras de vigamento) assim como material de instalação interna (de canalização geral, de instalações sanitárias, de cerâmica, de vidros, de marcenaria e pintura) que em geral são adquiridos pelo proprietário da obra. A demanda por esses materiais levou ao crescimento de estalagens que comercializam matérias de construção que cada vez mais se dispersam pelos bairros onde ocorrem novas construções.

Foto: Estalagem de uma empresa de construção

Foto: Um armazém em construção

a) Acesso ao solo

A Constituição da República de Moçambique e a Lei de Terras asseveram que a terra pertence ao Estado – tal como no período colonial - e não pode ser vendida. A Lei de Terras de 1997 assegura o acesso a terra para todos os moçambicanos e investidores estrangeiros. Aparentemente a Lei de Terras não estabelece normas específicas sobre o acesso a terra ou solo urbano; e de fato, ainda não se tem referências sobre normas que regulem os mecanismos que garantem o direito ao solo urbano. Perante a falta da Lei, o Estado através dos Conselhos Municipais criou uma ementa de lei sobre o direito de uso de terra que de certo modo regula o acesso ao solo urbano sob jurisdição dos municípios. A ementa estabelece normas que regulam a recepção, análise e decisão sobre os pedidos e reivindicações sobre a terra aprovados pela Assembléia Municipal. Para além da definição de prazos para resposta dos pedidos feitos, a ementa pretende prevenir a alocação de lotes pertencentes a outras pessoas através da exigência de uma coordenação com membros da comunidade afetada pela atribuição do lote. Mas,

também, a ementa confere o poder às instituições municipais locais de expropriar os direitos da população nas áreas de expansão da cidade, com ou sem consenso; os expropriados serão compensados nos termos fixados pela lei.

A Lei de Terras define três principais vias pelas quais se pode adquirir o Direito de Uso de Terra: a) ocupação por indivíduos ou pelas comunidades locais, segundo o direito costumeiro e práticas que não violem a constituição; b) ocupação por indivíduos moçambicanos que têm usado a terra por um mínimo de 10 anos e; autorização de pedidos de indivíduos ou coletividades segundo as normas estabelecidas por lei. Além disso, o Estado através da Política Nacional de Terras estabelece duas modalidades em que pode efetuar a transferência dos direitos de uso de terra em função do tipo de uso definido: transferência por herança e; c) transferência através da venda das infra-estruturas e melhorias efetuadas no solo – por via de escritura pública autorizada pelo Estado.

Na cidade de Nampula o acesso a terra é caracterizado pela coexistência de práticas reguladas pelo Estado, práticas reguladas segundo o direito costumeiro (herança, oferta) e um terceiro tipo que ao misturar as duas práticas anteriores constitui um mercado fundiário (compra e aluguel) não oficial na cidade. A alocação de lotes pelo Estado ocorre frequentemente nas áreas de expansão da cidade definidas pelo Município, como é o caso do bairro de Muhala. Contudo, a análise das entrevistas revelou que o acesso a terra, na cidade de Nampula, ocorre mediante cinco modos: a compra de lotes no mercado fundiário não oficial; a herança é um dos modos de transmissão de terra entre membros ligados por laços consangüíneos e legitimado pelo direito costumeiro; a oferta ocorre quando a transmissão de terra é feita entre amigos vizinhos ou parentes na base de confiança mútua e reciprocidade; o aluguel é um modo precário de acesso à terra baseado na troca por serviços ou na reciprocidade. Alguns

entrevistados tiveram acesso ao solo para construção da habitação mediante a atribuição pelas instituições municipais (como se referiu na Lei de Terras).

**Tabela 3 - Modalidades de acesso ao solo urbano
por Posto Administrativo Urbano (%)**

	Compra	Herança	Oferta	Aluguel	Município
Central	11,8	2,2	0,3	10,2	0,0
Muhala	7,6	0,6	1,3	0,9	1,3
Napipine	9,5	0,9	0,9	3,2	1,3
Namicopo	7,3	3,2	0,0	1,3	0,9
Muatala	9,2	0,6	1,6	1,3	0,0
Natikiri	9,5	4,4	4,4	2,5	0,0
Total	54,9	11,9	8,5	19,4	3,5

Fonte: Pesquisa de campo 2008

A coexistência das três práticas de acesso ao solo urbano é resultado de um planeamento urbano incipiente e inacabado e característico de uma urbanização dependente; pois, as autoridades municipais ao definirem áreas de expansão urbana elaboram um plano de urbanização que delimita as parcelas; define os tipos de ocupação do solo e as infra-estruturas sob a responsabilidade do Estado assim como os custos para o cadastro das parcelas - uma vez que o solo é propriedade do Estado e seu acesso é indiscriminado e gratuito. O plano de urbanização estabelece o layout, o desenho, os limites das parcelas incluindo os parâmetros de construção, as áreas destinadas à instalação de equipamentos, espaços abertos assim como o diagrama esquemático das vias de acesso e das principais infra-estruturas - segundo o modelo de cidade ocidental. Contrariamente, a urbanização planejada não ocorre porque o Município não possui recursos técnicos e financeiros para projetar o plano no solo; enquanto isso a população ocupa os lotes sem a devida fiscalização das instituições municipais. Por outro lado, o processo de registro para obtenção do direito de uso de terra envolve uma sequência de procedimentos burocráticos e uma complexa rede de departamentos do Conselho

Municipal. O funcionamento das instituições municipais é inadequado e deficiente devido à insuficiência de recursos humanos, técnicos e financeiros que garantam a aplicação dos planos de urbanização almejados; o resultado é que o processo se torna dispendioso (pelos custos e pelo tempo necessário) e difícil para a maior parte da população – constituindo então um cenário onde se mesclam os diversos modos de acesso ao solo urbano. Portanto, a coexistência dos diferentes modos então referidos é uma especificidade do acesso ao solo urbano nas cidades moçambicanas; uma especificidade que revela a persistência de modos de acesso ao solo que não reproduzem uma hierarquia social e espacial semelhante àquela resultante das desigualdades da renda e mediada pelo mercado fundiário. Em geral, os grupos sociais com maior poder de aquisição (porque podem pagar) e os funcionários públicos superiores (pelo prestígio político) são privilegiados no acesso ao solo urbano pelas autoridades municipais, principalmente nas áreas definidas para expansão urbana. Os grupos com renda média incluindo funcionários públicos médios obtêm a terra com a mediação de alianças sociais (amizade ou parentesco) com empresários ou dirigentes políticos que podem exercer influência nas decisões dos funcionários da Direção de Construção e Urbanização³⁹. Os grupos de baixa renda, em geral, têm acesso ao solo urbano por via do direito costumeiro ou pelos dispositivos previstos na Lei de Terras (o que raramente acontece).

A persistência do acesso ao solo segundo normas do direito costumeiro (herança, oferta) revela a dificuldade do Estado em impor normas hegemônicas e como a terra na cidade de Nampula ainda não se transformou em objeto de troca especificamente capitalista – o que requiere um outro entendimento sobre o mercado fundiário urbano, aí constituído. Contudo, o surgimento do mercado fundiário não oficial aponta para as

³⁹ Primeira instância institucional municipal para o registro de terra na cidade de Nampula

transformações e tendências que a penetração de uma economia supostamente regulada por um mercado capitalista introduziu num contexto de uma economia controlada pelo Estado, de um lado, e de outro lado uma economia centrada no grupo domiciliar: expõe-se, assim, a contradição entre a propriedade pública (do Estado) da terra e a privatização que resulta do parcelamento e venda da terra. Contudo, o acesso ao solo urbano permanece, direta ou indiretamente, sob controlo do Estado. É através desse controle que o Estado organiza a urbanização desigual e garante sua hegemonia: o núcleo central da cidade permanece como centro de decisão e de poder, enquanto a urbanização e o planeamento municipal separam a cidade em áreas das quais algumas nada têm de urbanidade: revelando, desse modo, uma das contradições da expansão da cidade de Nampula. É, portanto, no plano do edificado (habitação), que o estudo mostra como o espaço urbano reúne diferentes lógicas que determinam o acesso ao solo e as características do processo de construção dos diversos tipos de edifícios.

b) A Construção da habitação

Um dos processos que caracterizam a expansão da cidade de Nampula é a autoconstrução⁴⁰. A autoconstrução revela a incapacidade do Estado em providenciar habitação para uma população cada vez mais crescente no espaço urbano. Nesse contexto, os cidadãos adquirem lotes de 450 ou 1600m², através dos diversos modos de acesso ao solo referidos na seção anterior quer em áreas de expansão definidas pelas instituições municipais quer nos bairros do antigo subúrbio ou das áreas rurais

⁴⁰ Produção de habitação em que o usuário participa ativamente em grande parte ou na totalidade do processo de produção da sua habitação. A participação pode ser apenas no nível de tomada de decisões sobre as distintas etapas da produção, das tarefas de gestão, controlo e sub-contratação do trabalho manual, até incluir distintas intensidades de trabalho manual do chefe ou dos membros do grupo domiciliar. Mesmo quando inclui a participação de pequenas empresas construtoras que empregam trabalho assalariado, a lógica da autoconstrução permanece rigorosamente não capitalista (Di Cione, 2002:6).

recentemente incorporadas na jurisdição da cidade. A pesquisa de campo revelou que a construção das habitações envolve familiares, amigos ou vizinhos. Essa prática resulta da persistência de formas de sociabilidade não-capitalistas e baseadas na reciprocidade (troca de serviços semelhantes ou até refeições confeccionadas pela família do proprietário da habitação em construção); dependendo das condições financeiras, os moradores contratam pequenas empresas de construção que, de qualquer modo, se inserem no contexto da autoconstrução. As habitações do posto administrativo central foram construídas pelo Estado colonial e atualmente estão sujeitas a uma administração centralizada pelo Estado, através da Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE).

**Tabela 4 - “Quem construiu a habitação onde mora?”
por Posto Administrativo Urbano (%)**

	Central	Muhala	Napipine	Namicopo	Muatala	Natikiri	Total
Familiares /amigos/vizinhos	0,6	3,2	4,8	2,2	3,8	1,9	16,5
Empresas artesanais	1,9	8,6	4,8	10,5	7,6	19,1	52,5
APIE	11,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,0

Fonte: Pesquisa de campo 2008

Com financiamento bancário, (embora reduzidos) ou não os cidadãos constroem suas habitações. Em geral, cada cidadão age conforme suas capacidades econômicas, suas necessidades e sua inspiração de momento; muitas vezes recorrendo à construção artesanal e com o modelo arquitetônico e material de construção acessível cada um vai inscrevendo sua marca na paisagem urbana, resultando, assim, em bairros heterogêneos que apresentam, para além da precariedade de serviços e infra-estruturas urbanas, uma diversidade de estilos de construção contíguos. O esforço financeiro e as garantias

exigidas para obter os empréstimos bancários limitam a urbanização às pessoas que já residem nesses bairros; elas dispõem de seus lotes, mas, não possuem dinheiro para as despesas relativas à execução das plantas e ao início da construção de moradias segundo os modelos planejados pela municipalidade. Assim, a proporção de pessoas que constroem habitações próprias seguindo as normas estipuladas nos loteamentos desses bairros de expansão é relativamente pequena: pequenos funcionários, comerciantes e funcionários públicos.

Fotos: Habitação precária num bairro periférico

Foto: Habitação permanente convencional num bairro periférico

Outro processo refere-se à construção de infra-estruturas de comércio e de lazer. No primeiro caso, é a construção de armazéns ao longo dos eixos de comunicação por comerciantes especializados na importação de produtos manufaturados e no comércio agrícola que oferecem vantagens aos comerciantes atacadistas e, por conseguinte, aos retalhistas. Trata-se, então, do deslocamento de certos ramos da atividade comercial para as áreas periféricas, mas, que continuam subordinados ao núcleo central da cidade. Esses comerciantes adquirem grandes lotes, comprando-os dos camponeses aí residentes, expulsando os antigos moradores para áreas cada vez mais distantes. No segundo caso, particulares constroem infra-estruturas de lazer, popularmente designadas por quintas, que fornecem serviços de restaurante aos habitantes das áreas centrais da cidade. A tendência é que os novos bairros, devido à heterogeneidade dos tipos de ocupação dos lotes e da construção, se caracterizem por uma combinação de pequenas casas individuais, as quintas de lazer e os armazéns do comércio atacadista. Os novos elementos da urbanização prolongam-se ao longo dos eixos de comunicação ou

dispersam-se segundo a oportunidade de aquisição de terrenos; isso influencia a produção de uma paisagem da cidade cada vez mais diferenciada. As características da construção de edifícios e o acesso à habitação expressam a contradição entre as políticas urbanísticas impostas pelas instituições municipais e as reais condições materiais e econômicas dos moradores da cidade.

2. A economia da cidade de Nampula

A urbanização do mundo é uma tendência irreversível. No entanto, se aspetos puramente formais e exteriores a realidade humana podem ter semelhanças entre as cidades européias e as africanas, inúmeras são as diferenças concernentes a natureza do processo; diferenças definidas pelos fatores motores da urbanização e pelas atividades e formas específicas de existência. Desse modo a cidade, a realidade urbana, se torna concreta e específica: quando se passa do estágio de desenvolvimento econômico e social da Europa ocidental e da América do Norte ao de países não industrializados o nome de cidade deixa, na verdade, de recobrir realidades comparáveis (George, 1983:5). Em Moçambique, a colonização portuguesa construiu cidades, onde atualmente coabitam as populações autóctones, as que vieram da Europa e as que foram atraídas pelo comércio (asiáticos, principalmente da Índia). A história dessas cidades desde a sua criação até o seu estágio atual impede que se apliquem os mesmos critérios descritivos das cidades européias ou norte-americanas. As cidades moçambicanas foram construídas para desempenharem funções puramente comerciais ou administrativas imaginadas pela metrópole portuguesa. Depois da independência, a administração privada dos diversos setores econômicos e sociais foi substituída pela gestão centralizada no Estado cujas políticas davam prioridade ao desenvolvimento rural, modernização da agricultura e estabelecimento de aldeias comunais, em detrimento do

urbano. É nesse quadro que a análise das cidades moçambicanas requer a aplicação de procedimentos que exponham os diversos aspetos que caracterizam a especificidade do desenvolvimento urbano em Moçambique.

A cidade de Nampula pertence a uma geração de cidades cujo desenvolvimento resultou da expansão de atividades econômicas derivadas e dependentes da industrialização europeia no quadro das políticas coloniais e da organização dos mercados mundiais; daí que a análise do seu desenvolvimento, da urbanização, deve proceder a partir das particularidades de uma economia dependente. Trata-se de uma cidade caracterizada pela coexistência de modo de vida autóctone e de modernismos importados produtos da ocidentalização. Inserida num território onde a maior parte da população vive de uma economia de subsistência, a cidade de Nampula possui um setor económico capitalista muito incipiente - onde o comércio parece alimentar o circuito de riqueza. Os modernismos importados manifestam-se pelas técnicas e objetos industriais, sistemas de circulação e de transporte e diversos materiais ou equipamentos de uso. A incipiente industrialização local transformou os cidadãos em clientes da produção importada onde os comerciantes nacionais tornaram-se varejistas ou revendedores de produtos importados. As atividades mais comparáveis às do Ocidente estão relacionadas com a introdução de técnicas estrangeiras (pequenas indústrias pouco mecanizadas, incapazes de empregar grande número de pessoas e, que pouco contribuem para economia local; automóveis – principalmente carros usados) e de capitais que buscam matéria-prima (ex.: areias pesadas).

Surgem, no entanto, ocupações, que sendo semelhantes às atividades derivadas da industrialização, obedecem à lógica de uma economia baseada na reciprocidade e distribuição de bens segundo normas costumeiras e por isso fora da lógica do capitalismo; assim como atividades (ex.: agrícolas) que reproduzem o antigo modo de

vida dentro do espaço urbano e constituem respostas à incipiência e exclusão que caracteriza a ocidentalização. Assim, por exemplo, ao lado de um comércio de produtos agrícolas de camponeses vivendo na cidade desenvolve-se um comércio de revenda de produtos manufaturados (nos bairros periféricos) articulado ao comércio não legalizado do centro da cidade. Mas, a cidade de Nampula permanece como um centro administrativo que engloba mercados com lógicas justapostas, mas, complementares.

A incorporação das sociedades africanas na economia monetarizada e na cidade não destruiu a produção agrícola de subsistência. Os grupos domiciliares, na sua maioria, não possuem capital financeiro nem técnicas que permitam mudar os métodos tradicionais de cultivo. No entanto, a produção agrícola e seus métodos asseguram, em muitos casos, que cada grupo domiciliar possa sustentar-se através de uma produção virada não apenas para o consumo doméstico, mas também, para a venda nos mercados locais (legalizados ou não). A prática da agricultura – que também constitui o suporte para o trabalho assalariado – leva a que os grupos domiciliares permaneçam nas cidades não apenas como cultivadores, mas e até, como grupos semi-proletarizados. Pois, geralmente, é um membro, homem adulto, que consegue obter um emprego nos setores modernos de atividade e que, portanto, contribui com uma renda em dinheiro proveniente do trabalho fora da esfera familiar ou domiciliar, ou seja, do trabalho assalariado – e isso apesar dos baixos salários para uma mão-de-obra geralmente não qualificada.

Certas características dos grupos domiciliares na cidade são reforçadas ou minimizadas por relações mais globais e pelas diferenciações engendradas pela estrutura social em que se inserem. A solidariedade familiar, nesse quadro, tende a se difundir no conjunto do corpo social atravessando os diferentes estratos da sociedade: ela obriga a distribuição e cria situações em que, não apenas em áreas contíguas, mas,

sob o mesmo teto coabitem pessoas de estatutos sócio-econômicos muito diferentes – o que apenas é limitado pelas classes mais privilegiadas pela economia que se esforçam em manter o seu universo familiar restrito. Mas, em geral, ocorre como se a solidariedade familiar se concentrasse no laço nodal da estratificação social urbana atravessando-a até o limite onde atuam outras práticas e estratégias familiares. Desde modo, pode-se afirmar que, como refere Dozon (1986:332), em alguns casos, os determinantes dos grupos domiciliares na cidade, da sua morfologia, estão menos em função de obrigações ligadas às tradições que em função das condições sócio-econômicas: um cidadão pobre e visivelmente sem futuro não é nunca solicitado pela sua rede de parentesco.

A história da formação social em Moçambique mostra como a interpenetração de diferentes sociedades, asiática, europeia e africana, com diferentes práticas sócio-econômicas induziu a formação de uma economia caracterizada pela coexistência de lógicas baseadas na reciprocidade, redistribuição e troca. Por outro lado, a formação do grupo domiciliar ilustra como a produção do espaço urbano pode ser analisada a partir dos diferentes tipos de recursos (sociais, econômicos e políticos) mobilizados pelo grupo domiciliar. Daí que, a economia das cidades em Moçambique não pode ser explicada a partir de abordagens desenhadas para uma forma especial de economia que enfatiza a presença apenas de certos elementos específicos de mercado.

A pesquisa de campo revelou a coexistência de relações sociais que derivam de lógicas sociais, econômicas e culturais diferenciadas, dominantes e/ou subordinadas, interdependentes ou complementares que apesar de seus conflitos e suas contradições configuram a economia urbana em Nampula: relações baseadas na solidariedade/reciprocidade e confiança comunitária (oferta ou doação), na distribuição e integração social (herança) revelam a persistência de relações econômicas não-

capitalistas. Essas relações ocorrem paralelamente e simultaneamente com aquelas relações monetarizadas que especificam a economia capitalista. Diferentes sujeitos, segundo sua capacidade de obter recursos (capitais⁴¹), engendram diferentes lógicas e produzem diferentes estruturas que são organizadas/hierarquizadas e controladas pelo Estado: aquelas que visam a reprodução da elite política no poder; do grupo domiciliar e da reprodução de relações capitalistas. A coexistência das diferentes lógicas sociais e econômicas derivadas de diferentes espaços-tempos produz contradições específicas, na sociedade moçambicana, que se (re)produzem nas cidades: aquelas da simultaneidade de sistemas de relações sociais não simultâneas; da sincronicidade de lógicas econômicas não-sincrônicas e; não simultaneidade de uma urbanização simultânea.

É importante assinalar que, apesar da tendência para a mundialização do mercado capitalista, o mercado especificamente capitalista, na maior parte dos países da África meridional, é ainda um setor incipiente: a produção comercial agrícola é débil, há pouca ou quase nula produção industrial, como resultado de políticas de reajustamento econômico que beneficiam pequeno número de empresários locais. Desse modo, podem observar-se nas formações sociais desses países pequenos setores econômicos cuja produção está orientada para o mercado com uma racionalidade econômica especificamente capitalista e grandes setores que constituem pequenos mercados locais cuja racionalidade centra-se na mitigação da pobreza urbana e na sobrevivência dos grupos domiciliares, mas, que revelam as limitações do mercado capitalista. Produz-se, portanto, um contexto misto entre a troca, a doação e o mercado: a realidade que se chama de setor informal resulta da desvinculação da realidade econômica do contexto de relações sociais em que se insere – como reação criativa e inovadora perante o colapso dos modelos de desenvolvimento impostos e da ocidentalização. Aí, a

⁴¹ Noção bourdieusiana que refere os trunfos que podem ser mobilizados pelos diferentes agentes no interior de um campo ou microcosmos social (Bourdieu, 2000).

sociedade assumiu as funções atribuídas às estruturas técnicas e econômicas (a produção de riqueza). Desse modo, a economia e a técnica ressurgem no seu contexto social.

Neste sentido a abordagem teórica proposta por Polanyi fornece alguns elementos que permite compreender a inserção da economia, e a técnica, no seu contexto social. O aspecto teórico e prático crucial dessa superação analítica consiste na tese que sustenta que a prática econômica é uma das dimensões da prática social, como tal, a economia é um objeto de análise sociológica ou das ciências sociais. Polanyi parte do ponto segundo o qual o termo economia ao designar atividades humanas engloba dois significados: o substantivo e o formal. O primeiro - derivado dos fatos - refere o intercâmbio entre o homem e o seu meio natural e social para satisfação de suas necessidades materiais; o sentido formal de economia tem sua origem na lógica da ação racional e designa uma situação definida de escolhas entre diferentes usos de meios considerados escassos. O significado substantivo de economia permite produzir conceitos adequados para investigação das diferentes práticas econômicas – ao contrário dos significados baseados na escassez de meios ou na centralidade do sistema de mercado - uma vez que a análise do lugar da economia na sociedade humana fornece elementos empíricos sobre uma grande variedade de instituições, para além dos mercados determinados pela lógica racional, nas quais está imersa a sobrevivência humana (Polanyi in Granovetter e Swedberg, 2002:31).

a) O trabalho na cidade

A teoria marxiana distingue trabalho produtivo e trabalho improdutivo do ponto de vista do capital; segundo Marx, o trabalho produtivo, no modo de produção capitalista, é aquele que produz valor de mercadoria e, por conseguinte, valor excedente,

para o capital⁴². Trata-se de uma definição que exclui aquele trabalho que não é trocado por salário. Assim, os termos trabalho produtivo e trabalho improdutivo são determinações sociais uma vez que a sua definição depende da forma social e não da utilidade ou forma concreta do trabalho. O trabalho pode ser considerado improdutivo quando ocorre fora do modo de produção capitalista, mas também enquanto ocorrendo no seio dele, é utilizado para funções improdutivas mais que produtivas (Braverman, 1987: 347-358). Portanto, falta-lhe aqui a condição inerente à circulação em que o trabalho não só em parte conserva e em parte reproduz os valores de capital adiantados, mas que simultaneamente os aumenta e, por conseguinte, ao criar a mais-valia, os transforma em valores que a si mesmos se valorizam, em capital (Marx, K. Capítulo Inédito de O Capital, p. 111).

Assim, o trabalho adquire uma nova forma, pois, passa a “ser uma atividade exercida na esfera pública, onde o trabalho é definido e reconhecido por outros como uma atividade útil que é remunerada. O trabalho pago torna-se, portanto, o meio através do qual o indivíduo adquire existência e identidade social por ter uma profissão” (Silva, 2002:161). E, portanto, como refere Gorz (1988), o trabalho, no sentido contemporâneo, permite inserir-se numa rede de relações e intercâmbios que estão na base da coesão e cidadania social; ao distinguir-se da perspectiva antropológica, da atividade necessária à subsistência, o trabalho aparece enquanto categoria reveladora da exclusão social (ou econômica) e, portanto, um fator de socialização.

O trabalho na cidade de Nampula apresenta-se sob diversas formas: as da atividade individual, familiar ou de pequenos grupos e as da atividade coletiva nas

⁴² “Do ponto de vista do *processo de trabalho* em geral, apresentava-se-nos como *produtivo* aquele trabalho que se realizava num *produto*, mais concretamente numa mercadoria. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, junta-se uma determinação mais precisa: é produtivo aquele trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se *realiza* (...) numa *mais-valia* representada por um sobreproduto (...), num incremento *excedentário de mercadoria* (...)” (Marx, K., Capítulo Inédito de *O Capital*, p. 109).

empresas ou serviços públicos e privados que empregam poucas centenas de assalariados. A cidade de Nampula possui cerca de 100 unidades industriais de transformação, cerca de 80 moageiras, cerca de 20 mercearias, uma metalurgia, cerca de seis carpintarias, uma indústria têxtil (atualmente paralisada), cerca de 10 hotéis e mais de 30 restaurantes, algumas filiais de bancos, de companhias de seguro e empresas públicas de comunicações e telecomunicações. A atividade coletiva é exercida nessas poucas empresas agrícolas e industriais (como é o exemplo da empresa Joaquim Ferreira dos Santos dedicada principalmente a produção e processamento de milho, tabaco e outras empresas que dedicam a produção de e processamento de algodão), empresas que na sua maioria dependem da importação de matéria prima ou produtos manufaturados -, serviços públicos, lojas de comércio varejista que revendem produtos manufaturados – sendo as que ocupam maior número da população assalariada na cidade - empresas privadas de transporte coletivo: de um lado aquelas compostas por microônibus localmente designados “chapa-cem”⁴³ e constituem a principal forma de transporte urbano; e de outro lado as que estabelecem ligações entre a cidade e outros lugares dentro e fora da província de Nampula. Apesar de o pessoal empregado exercer sua principal atividade econômica na empresa não deixa de exercer outras atividades de caráter familiar. Por isso, a cidade possui um mercado de trabalho que pela sua incipiência mantém vínculos conscientes ou não com outras esferas de atividade não necessariamente assalariada. À semelhança das cidades ocidentais é no setor terciário onde se verificam os maiores efetivos de população assalariada. Contudo, a cidade possui atividades e empresas do domínio industrial e comercial à semelhança das cidades ocidentais, mas, que não oferece um grande número de possibilidades de trabalho. O Estado é o maior empregador na cidade de Nampula; daí a sua influência na

⁴³ Designação dos microônibus privados de transporte de passageiros nas cidades. Inicialmente os microônibus operavam ilegalmente e cobravam cem meticais por cada itinerário, daí a designação “chapa cem”.

vida econômica e social da cidade. O Estado emprega cerca de 100 profissionais de saúde nos três hospitais e três centros de saúde e sete postos de saúde existentes no município; cerca de 1500 professores nas 88 instituições de ensino (70 escolas primárias, quatro escolas secundárias e quatro universidades) (MAE, 2002:207).

Tabela 4 - Ocupação dos entrevistados por Posto Administrativo Urbano (%)

	Central	Muhala	Napipine	Namicopo	Muatata	Natikiri	Total
Técnicos	13,7	4,8	4,8	1,3	2,9	0,6	28,1
Professores	3,5	2,5	4,1	1,3	3,2	1,9	16,5
Negócios	0,9	3,8	6,7	2,2	4,1	2,5	20,2
Artesãos	0,0	0,0	0,0	0,9	0,9	1,6	3,4
Camponeses	0,0	0,9	0,9	2,5	0,0	5,4	9,7
Enfermeiros, advogados, médicos	0,9	0,0	0,9	0,3	0,0	0,6	2,7
Militares, policiais, seguranças					0,6	0,9	1,5
Comerciantes Empresários	4,8	0,3	0,0	0,0	0,0	0,3	5,4
Domésticos	1,9	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	2,5
Outros (Pastores, Estudantes)	2,5	0,0	1,9	0,0	0,9	1,3	6,6

Fonte: Pesquisa de campo 2008

A atividade individual, familiar ou de pequenos grupos corresponde ao comércio a retalho – os entrevistados referiram como negócios - (venda de roupa usada e de produtos manufaturados), ao artesanato e à agricultura. Ela destina a suprir as necessidades da população da cidade e é sustentada pela maior parte da população que não pode adquirir serviços do comércio varejista, dos supermercados e das empresas poderosas. Esta atividade resulta das dificuldades do mercado de trabalho em satisfazer a demanda da força de trabalho; por isso, divide o mercado com os grandes estabelecimentos (supermercados e lojas que dominam o comércio da cidade). Esta

forma de trabalho é exercida nas calçadas das ruas do núcleo central e ocorre fundamentalmente nos bairros mais recentes, nas fachadas e quintais das casas. E tal como a agricultura o essa forma de comércio complementa o rendimento de grande parte da população da cidade. A agricultura é uma atividade que complementa todas as formas de atividade na cidade. Essa atividade constitui a ocupação das principais empresas localizadas na cidade de Nampula; complementa o rendimento dos grupos domiciliares com membros assalariados e, é a base de reprodução dos grupos familiares mais pobres. A sua persistência na cidade é indicada pelo fato dos cidadãos (27,7% dos entrevistados) ainda possuírem machambas⁴⁴ (parcelas de terra para o cultivo agrícola) o que revela primeiro, o encontro entre uma economia que se apóia na empresa e na concentração do emprego em função de um mercado capitalista e uma economia centrada no grupo domiciliar em que a reprodução social se insinua fora das relações monetarizadas e, segundo, o fato da vida econômica e social da cidade não estar vinculada apenas às atividades derivadas da industrialização e à relação capital/trabalho.

b) O comércio

A expansão da cidade de Nampula modificou a centralização do comércio que garante o abastecimento da população. Como resultado descentralizou-se o sistema de comercialização dos produtos de consumo para os diversos bairros periféricos: cada bairro periférico possui seu mercado (oficial ou não). Enquanto nos mercados oficiais o Estado, através das instituições municipais, cobra taxas e presta alguma assistência em infra-estruturas, apesar de incipientes; nos mercados não oficiais são cobradas taxas (supostamente para investir na melhoria da qualidade do meio onde se localizam), mas, a realidade mostra como as infra-estruturas continuam precárias e, na sua maioria,

⁴⁴ Central (3,5%), Muhala (2,9%), Napipine (3,2%), Namicopo (8,6%), Muatala (2,2%), Natikiri (7,3%)

construídas pelos vendedores a partir de material de origem vegetal (ex.: troncos de árvores, palha, argila). Trata-se de mercados constituídos por desempregados ou parcialmente empregados que adquirem produtos manufaturados nas lojas situadas no núcleo central ou revendem produtos agrícolas dos camponeses que moram na cidade ou fora dela. Esses mercados opõem-se a rede de lojas e centros comerciais alimentada por cadeias de centralização, embalagem e distribuição dos produtos de consumo, na sua maioria, importados.

Foto: Centro comercial no núcleo da cidade

Foto: Uma rua comercial no núcleo da cidade

Assim, a população dos diversos bairros, tanto centrais como periféricos, adquire produtos de consumo tanto num sistema de mercados como no outro independentemente do lugar de residência ou de localização do mercado (como lugar de trocas). No entanto, a rede de lojas no núcleo central constitui um mercado de consumo que continua a ser o ponto de convergência da população da cidade.

Nos mercados locais o tabaco curtido e enrolado ao gosto dos fumadores tem uma tradição onde a cavaqueira animada abre o sorriso para o sucesso do negócio. Pois, não basta cultivar e curtir o tabaco. É preciso saber vendê-lo ao ritmo da tradição, o que imprime uma interessante disputa do preço. Compradores e vendedores chegam a sentar-se lado a lado para acordarem o preço ideal. A lógica de que uma boa conversa implica um bom negócio.

Foto: Venda de tabaco num mercado local

O típico paladar dos bolos de farinha de trigo e coco, vendidos em bancas, principalmente por mulheres ou crianças garantem o sustento de várias famílias pobres na cidade.

Foto: Uma mulher vendendo bolinhos caseiros

Aos domingos realiza-se uma feira de artesanato. Com predomínio de peças em pau-preto, a feira de artesanato de Nampula é um local turístico-cultural. O ébano, o pau-rosa, o marfim, a cestaria requintada e suas peças de mobiliário em madeira bordada a recordar heranças decorativas de vários quadrantes do mundo que persistem na cidade. A feira tinha lugar em frente do edifício-sede do governo provincial. Nos últimos anos a feira foi sucessivamente expulsa para áreas mais afastadas do núcleo central por ter sido considerada, pelos serviços municipais, um comércio popular e impróprio das áreas urbanas.

Foto: Feira de artesanato (pau-preto)

c) O lazer e os rituais culturais

A cidade de Nampula, localizada no interior da província de Nampula, oferece poucas alternativas para o lazer se comparada às cidades ocidentais. Possui poucos jardins, apenas um parque e dois estádios de competições – situados no núcleo central.

Estas infra-estruturas constituem pontos de convergência para o entretenimento de toda a população da cidade. Apenas os habitantes com renda alta, independentemente da localização do bairro onde residem, têm posses para deixar a cidade, nos finais de semana, feriados ou nas férias, para outros locais turísticos: praias de Nacala, Chocas-Mar ou para as quintas turísticas localizadas nas áreas periféricas. Outro modo de ocupação dos tempos de lazer são as visitas a familiares que ocorrem entre os bairros centrais e os periféricos. A maior parte da população que mora nos bairros periféricos ocupa seu tempo de lazer sem se deslocar das suas áreas de residência: consideram o consumo de diversos tipos de bebida alcoólica vendida nas barracas locais ou bebidas artesanais vendidas dentro dos quintais das casas ou nos pequenos mercados locais, uma forma de entretenimento – à semelhança das práticas no meio rural.

A coexistência de práticas sociais inerentes aos diferentes modos de vida na cidade de Nampula reflete-se, também, na festa. As festas relacionadas com cerimônias religiosas próprias do cristianismo europeu (o batismo e o crisma) coexistem com as do islão (satakha), e das religiões da sociedade autóctone (culto aos antepassados e os ritos de iniciação que marcam a passagem para a vida adulta dos meninos e das meninas). Essas festas perpassam a sociedade inteira sem distinção segundo o bairro de residência, nem categoria sócio-profissional e muito menos a renda. Revela-se, portanto, a persistência de modalidades festivas que reproduzem relações anteriores a colonização – que pretendia uma sociedade homogênea cristianizada na cidade. Simultaneamente, a comemoração dessas cerimônias coexiste com as festas e comemorações que exaltam as datas históricas da luta de libertação nacional (ex.: início da luta armada, dia dos heróis nacionais, dia da independência nacional, entre outros) – cerimônias mediadas pelo Estado.

3. Os deslocamentos diários

A separação entre os lugares de trabalho e os lugares de residência é uma das causas que explicam a mobilidade populacional na cidade de Nampula. Diariamente, pessoas que trabalham, principalmente, nos escritórios e lojas se deslocam quer dentro do núcleo central quer nos bairros periféricos. Trata-se de pequenos empregados do comércio, funcionários dos diversos serviços públicos e privados, e principalmente, comerciantes e professores. Apesar da maior parte dos comerciantes residirem nos bairros centrais da cidade, não se pode afirmar, segundo os resultados da pesquisa de campo, que há uma diferenciação de áreas residenciais com base nas características sócio-profissionais da população da cidade de Nampula, ou seja, os bairros da cidade comportam moradores das mais diversas categorias sócio-profissionais; a explicação pode estar fundamentada pelo fato do acesso à moradia, nos bairros centrais, ter sido gratuito e mediado pelo Estado socialista, num processo que não observou desigualdades sociais senão aquelas produzidas pela divisão entre dirigentes e dirigidos e que privilegiou a constituição de áreas residenciais para os funcionários superiores do Estado. Outro tipo de mobilidade populacional é caracterizado pelo deslocamento de camponeses que moram nos bairros periféricos, assim como de funcionários médios residindo nos bairros centrais, para suas machambas localizadas em terrenos na periferia da cidade. Inclui-se, na mobilidade populacional, o deslocamento diário de estudantes dos estabelecimentos de ensino do primeiro e segundo grau, médio e superior procedentes dos diversos bairros. A tendência dos lugares de trabalho e dos estabelecimentos de ensino médio e superior estar localizados no núcleo central da cidade, ou próximo dele, faz com que os deslocamentos diários sejam centrípetos durante o dia e centrífugos no final da tarde. Uma fração de trabalhadores e estudantes mora dentro de um perímetro em que os deslocamentos se podem fazer a pé enquanto

outra se desloca a uma distância maior para chegar aos lugares de trabalho e de ensino; daí a questão do transporte urbano numa cidade sem um serviço de transporte público. Os deslocamentos diários são ritmados pelos horários das lojas, cuja jornada é interrompida pela pausa de almoço, e pelos diversos serviços, principalmente os públicos, que adotaram uma jornada única apenas interrompida por tina minutos para o almoço (localmente designado por horário único), mas que no final da jornada alguns trabalhadores assalariados ocupam-se de atividades não oficiais (principalmente o comércio nos seus lugares de residência, localmente designado por barracas). A maior parte da população que mora nos bairros periféricos não se desloca dos seus lugares de residência por motivações de trabalho porque se ocupa do comércio não oficial dentro ou próximo de suas residências. Deslocamentos populacionais ocorrem, também, entre bairros periféricos quando particulares realizam diversas atividades artesanais sem jornadas de trabalho pré-definidas. Assim, os movimentos locais ocorrem tanto no interior do núcleo central como no interior dos bairros periféricos.

CAPÍTULO IV: REFLEXÕES FINAIS

1. O grupo domiciliar como produto da história

Os processos de transformação social na África meridional, através dos quais as tradições são comprometidas e reinventadas, podem ser, também, ilustrados pela cidade e pela urbanização resultante da expansão e dominação colonial européia. Uma urbanização que somente após a independência dos países africanos do domínio colonial europeu se tornou um fenômeno acumulado.

[A urbanização] está ligada a instauração dos Estados, a criação de serviços públicos, a implementação de políticas de desenvolvimento que ao serem direcionadas principalmente aos meios rurais, provocam paralelamente as migrações para as cidades. Múltiplas razões para isso: a escolarização, as contradições próprias às sociedades locais, (...) as possibilidades de emprego assalariado e, sobretudo, a atração própria do meio urbano que representa uma alternativa ao modo de vida aldeã [ou rural] (...) Sob diferentes aspectos, o fenômeno urbano apresenta-se como um pólo antitético ao mundo rural e tradicional. Ele organiza novas relações sociais dispersando e distribuindo os indivíduos e os grupos em espaços diferenciados (lugar de trabalho, lugar de habitat) segundo critérios de ordem sócio-econômica ou sócio-profissional. Ele ordena novos modos de distinção social (...) (Dozon, 1986:328).

Os processos engendrados pelo fenômeno urbano tendem para uma ruptura efetiva com o mundo tradicional (e/ou rural?), assim esperava-se, teoricamente, que os sistemas de parentesco, já transformados pela economia das plantações, se rompam definitivamente e que deixem um campo vasto e livre para o estabelecimento de famílias nucleares – universos estritamente privados modelados sobre maneiras ditas ocidentais ou modernas. No entanto, a complexidade do processo mostra que se por um lado se produz um meio urbano de transformações reais, elas não conduzem necessariamente a esse modelo familiar.

Como foi referido, o meio rural e o sistema de linhagem, em particular, foram modificados durante a época colonial – sendo votadas às práticas e às estratégias de famílias restritas, - nesta perspectiva o mundo urbano e salarial tende a agravar essas

transformações entre elas a tendência para a redução do tamanho da família num processo que, apesar das mudanças, continua influenciado pelo sistema de linhagem vigente na ordem social africana anterior a colonização européia.

Ora, em Moçambique como na África meridional em geral, apesar da migração e do gigantismo das cidades-capitais nacionais, o meio rural ainda é preponderante; perante uma fraca industrialização, o êxodo rural é limitado e a agricultura permanece como atividade econômica principal da população – por isso a análise do meio urbano tem que ser feita no quadro das suas relações com as sociedades rurais ou tradicionais; pois, não se pode falar numa oposição estrita entre uma realidade moderna e um universo tradicional, senão de uma complementaridade entre os dois pólos. É por isso que os citadinos, por mais distantes que se encontrem fora do lugar de origem, não escapam ou pouco se desfazem das obrigações de linhagem. Eles participam notadamente nos funerais, dão um subsídio suplementar àqueles eventos privilegiados onde se atualizam ainda [as relações de linhagem], (...) [assim] as relações entre citadinos e os sistemas de linhagem são antes de respeito do que de desprezo. (Dozon, 1986: 330)

Apesar das relações que ocorrem entre o meio urbano e o meio rural, o meio urbano secreta práticas familiares que rompem efetivamente com o sistema de linhagem – isso ocorre com a separação espacial de famílias parentas que se desenvolvem diferencialmente em função do seu nível econômico e do seu pertencimento a um ou outro grupo social. Contudo, essas famílias, na sua maioria, não correspondem à família nuclear: elas tendem a restringir o número dos seus membros, mas não atingem o nível elementar de um casal e seus filhos; neste contexto aparece o agregado familiar. Pois, trata-se de uma morfologia familiar composta e alargada que se torna mais adequado referir como grupo domiciliar para qualificar as ditas famílias urbanas africanas – que

são verdadeiras unidades domiciliares por vezes constituídas por duas ou mais famílias nucleares vivendo sob o mesmo teto ou uma família nuclear rodeada por várias pessoas tendo um laço de parentesco com um dos membros da família nuclear; mas também, famílias em que nem todos os membros estão ligados por laços de parentesco tradicionais; pois, a morfologia [dos grupos domiciliares urbanos] varia em função de obrigações particulares, mas também, em função de escolhas, afinidades e interesses diversos. A partir desta análise Dozon (1986) refere que, o meio urbano gera assim grupos domiciliares originais, inéditos, que, todavia, se sustentam sobre redes de parentesco. Essas redes são geridas em função dos contextos produzidos pela vida cotidiana e desse modo não reproduzem estritamente a ordem de linhagem que lhes deu origem. As redes são produto do compromisso entre a tendência para a restrição e a exigência de solidariedades efetivas que a economia urbana impõe aos grupos domiciliares.

Os membros que constituem os grupos domiciliares na cidade de Nampula nem sempre possuem vínculos consangüíneos – o que sustenta as descrições acima expostas. O fato pode ser derivado da extensão das normas e atitudes costumeiras peculiares às sociedades africanas e às famílias matrilineares que conformam a base da estrutura social na província de Nampula, em particular. Segundo as práticas costumeiras, a hospitalidade de uma família pode ser avaliada pela sua atitude na distribuição e recepção de alimentos. Nessa ordem de idéias é comum a família nuclear – composta pelos pais e seus filhos – permitir a convivência com outros indivíduos parentes ou não, mas com base em princípios de mútua confiança, e partilharem os recursos da família. De acordo com De Schlippe (1956), a oferta e recepção de alimentos têm uma importância social e simbólica na distribuição da riqueza entre membros duma linhagem. As normas que regem a hospitalidade sustentam que a distribuição ou partilha

de alimentos, principalmente confeccionados, é um atributo de autoridade, prestígio e que a recepção coloca o receptor numa posição que o obriga a retribuir com respeito, serviço ou uma hospitalidade recíproca (De Schlippe 1956: 135).

A urbanização, na África meridional, prossegue limitada pelas atividades agrícolas, com a ampliação do êxodo rural que esgota as possibilidades de emprego oferecidas pelo Estado e pelas empresas. Nestas condições os grupos domiciliares na cidade preenchem as funções das estruturas de reprodução social; aí, elas constituem por vezes uma força econômica real: seja porque presidem o exercício duma profissão artesanal, ao funcionamento de um comércio ou de uma pequena empresa, seja porque elas praticam o cultivo agrícola em áreas peri-urbanas ou adotam estratégias que garantem a propriedade fundiária.

A incorporação das sociedades africanas na economia monetarizada e na cidade não destruiu a produção agrícola de subsistência. Os grupos domiciliares, na sua maioria, não possuem capitais nem técnicas que permitam mudar os métodos costumeiros de cultivo. No entanto, a produção agrícola e os seus métodos asseguram, em muitos casos, que cada grupo domiciliar possa sustentar a si próprio através duma produção voltada não apenas para o consumo doméstico, mas também, para venda nos mercados locais (De Schlippe, 1956: xiv) legalizados ou não legalizados. A prática da agricultura – que constitui o suporte para o trabalho assalariado – leva a que os grupos domiciliares permaneçam nas cidades, como é o caso da cidade de Nampula, não apenas como cultivadores, mas e até, como grupos semi-proletarizados; pois, geralmente, é um membro, homem adulto, que consegue obter um emprego nos setores modernos de atividade e que, portanto, contribui com uma renda em dinheiro proveniente do trabalho fora da esfera familiar ou domiciliar, isto é, do trabalho assalariado – apesar dos baixos salários para uma mão-de-obra geralmente não qualificada.

Certas características dos grupos domiciliares na cidade são reforçadas ou relativizadas por relações mais globais e pelas tramas de estratificação social nas quais os grupos domiciliares se inserem. A solidariedade familiar, nesse quadro, tende a se difundir no conjunto do corpo social atravessando os diferentes estratos da sociedade: ela obriga a distribuição e cria situações em que sob o mesmo teto coabitem pessoas de estatutos sócio-econômicos muito diferentes - o que apenas é limitado pelas classes mais privilegiadas pela economia que se esforçam em manter o seu universo familiar restrito. Mas em geral, ocorre como se a solidariedade familiar se concentrasse no laço nodal da estratificação social urbana atravessando-a até o limite onde atuam outras práticas e estratégias familiares. Desde modo, pode-se afirmar que os determinantes dos grupos domiciliares na cidade, da sua morfologia, são menos uma função de obrigações ligadas a tradição que função de condições sócio-econômicas: um cidadão pobre e visivelmente sem futuro não é nunca solicitado pela sua rede de parentesco (Dozon, 1986:332).

Os espaços urbanos em África, e em Moçambique em particular, resultaram, fundamentalmente, do crescimento de antigos centros de negócios situados ao longo de rotas comerciais ou nos portos para exportação de matérias primas – portanto a sua gênese está intrinsecamente ligada à expansão e dominação colonial europeia. As cidades coloniais foram concebidas à semelhança das cidades da metrópole (sua arquitetura) e para albergarem uma população europeia (com modo de vida ocidental). A incorporação da população nativa nessas cidades estava regulada por estatutos classificatórios que distinguiam duas categorias de cidadãos: cidadãos de primeira – designação classificatória da população de raça branca (europeia) localizada no centro da cidade ou no espaço urbano vulgarmente chamado de cidade de cimento⁴⁵ e cidadãos

⁴⁵ Espaço urbano construído com modelo arquitetônico europeu.

de segunda – designação dada a população nativa ou de raça negra residente nos subúrbios ou na periferia da cidade. A ordem social estabelecida configurava desde então um espaço que a análise convencional passou a designar de espaço dual – uma configuração que se encontra presente até os dias atuais. A população nativa apenas tinha acesso a cidade de cimento se de acordo com os critérios de avaliação vigentes fosse considerada assimilada⁴⁶. Como resultado do encontro entre os dois modos de vida, a população assimilada ou a população nativa vivendo nas cidades era considerada destribalizada. Os estudos antropológicos (ex. Wilson, 1941, 1942 e outros citados por Hannez, 1980) sustentam que no conceito de destribalização está implícito um processo caracterizado pela escolha pelos africanos do sistema de valores e relações sociais baseado na produção industrial que a ocidentalização impunha - o que ocorria em detrimento do sistema baseado na produção de subsistência tradicional - significando que: a absorção dos africanos na cidade e no emprego industrial ou em outros setores de atividade ditos modernos dissolvia as relações sociais tribais e os valores morais nelas implícitos (Watson, 1958:5). Na realidade, a destribalização foi um processo exageradamente e ideologicamente concebido. Pois, o impacto da ocidentalização na população africana exprimiou-se na adoção da vestimenta européia, da cultura material e de formas exteriores de comportamento; portanto, assimilação não implica necessariamente destribalização. Porque, segundo Watson (1958), a população africana nas cidades mantém as solidariedades e hostilidades tribais, formam grupos de ajuda mútua ou associação preferencialmente com membros da mesma tribo. Segundo Watson (1958)

(...) uma pessoa pode participar em duas diferentes esferas de relações sociais e mantê-las distintas e separadas. Ela não precisa transferir os padrões de comportamento de uma esfera para outra. Um

⁴⁶ População que supostamente teria assimilado o modo de vida europeu. Classificação que entrou em desuso depois da independência nacional.

africano pode mover-se da sua área tribal para uma cidade, obter um trabalho assalariado e fazer parte da organização econômica e social. Mas tais organizações são relevantes apenas para o seu estatuto como trabalhador e não têm lugar no sistema de produção de subsistência o qual é controlado por relações sociais tribais tradicionais (Watson, 1958:6)

Desde modo, pode-se inferir que a integração dos camponeses na cidade de Nampula não implicou necessariamente a dissolução do seu modo de vida; pelo contrário, os camponeses deparam-se com imposições do dia a dia derivadas de duas esferas sócio-econômicas socialmente distintas e espacialmente coexistentes. Pois, depois da sua sujeição às especificidades da vida urbana – marcadas principalmente pelas relações no lugar de trabalho assalariado - cada membro do grupo domiciliar retorna ao sistema de relações e de valores sociais, dito tradicional, ao qual ele pertence, na esfera domiciliar; de tal modo que apesar das pessoas freqüentarem esferas que se reproduzem com diferentes sistemas de valores nenhum membro procura introduzir um novo sistema de relações e valores sociais na esfera domiciliar: fato decorrente dos conflitos e das contradições potenciais. Por isso, argumenta-se a centralidade do grupo domiciliar como uma unidade social e econômica no espaço urbano reproduzindo um modo de vida marcadamente influenciado pelos sistemas linhagem, embora redefinidos. As influências mútuas das duas esferas estão condicionadas pelas diferenças na renda – estas produzidas pelas diferenças no acesso aos recursos da economia urbana – principalmente do trabalho assalariado fora da esfera doméstica; porque o salário é investido, primeiro, em vestuário e bens domésticos e à medida que os rendimentos aumentam ocorrem melhorias na habitação e depois na agricultura.

Desta forma os sistemas familiares estabelecem um compromisso entre a opção de respeitar a tradição e a submissão às novas realidades. Nota-se, assim, que as estruturas de linhagem e familiares, conjugando mudanças e permanências, tomaram

conta da produção e dos produtores e asseguram, no sentido mais amplo, a reprodução social (Dozon, 1986:324).

Portanto, o grupo domiciliar na África meridional encontra-se num cruzamento de três vertentes, a primeira aquela que procura conservar os sistemas de linhagem, apesar das transformações impostas pela cotidianidade, nos moldes do mundo rural ou das sociedades pré-coloniais; a segunda, concernente às cidades, que ainda em conexão com a primeira, revela conjuntos de grupos domiciliares inéditos, menos estruturados desenvolvendo-se numa espécie de compromisso entre o respeito às tradições e as necessidades sócio-econômicas do tempo [e espaço] presentes. A terceira vertente em que frações de população privilegiadas economicamente e os Estados tendem instaurar um modelo de práticas familiares mais ou menos [similares] às maneiras ditas ocidentais ou modernas.

O meio urbano alberga as três vertentes propiciando um contexto em que os grupos domiciliares, envoltos em contradições, dão respostas mais ou menos eficazes às dificuldades mais diversas (como a fome, a falta de habitação). Essas dinâmicas permitem afirmar que o desenvolvimento dos grupos domiciliares africanos na cidade está intrinsecamente ligado ao da sociedade no seu conjunto. Pois, a pobreza crescente e a dependência econômica ou reforçam as solidariedades familiares ou, inversamente, acentuam as rupturas entre camadas sociais, assim, cristalizando as desigualdades.

É assim que, dentro dos limites administrativos das cidades, surgem espaços diferentes onde a estrutura dos grupos domiciliares é alterada acompanhada por mudanças nos papéis assumidos pelos seus membros, as mulheres em particular – portanto, o papel dos grupos domiciliares torna-se assim pertinente na análise da produção do espaço urbano.

O grupo domiciliar é a arena social básica para a tomada de decisões sobre o status, o poder, a propriedade e o trabalho entre homens e mulheres, gerações e parentes. Para além do conceito de grupo domiciliar estar ligado fato de morar e alimentar-se em conjunto ou às relações de parentesco, o grupo domiciliar deve ser visto como um ponto de cruzamento de redes de relações sociais sem subordinação clara alguma nem entrelaçamentos perfeitos com outras redes. Nas comunidades pobres – freqüentes nas cidades africanas -, os grupos domiciliares continuam a ser estruturas fundamentais que asseguram os rendimentos e a sobrevivência, num contexto em que o acesso aos meios de reprodução, espaço urbano e habitação constitui um aspecto fundamental da economia familiar (Douglass, 1992:22); por isso, o grupo domiciliar não é apenas uma unidade de consumo mais do que isso ele é uma unidade econômica com um papel fundamental na reprodução social.

Como unidade econômica – e de trabalho coletivo – o grupo domiciliar é complexo. A sua economia inclui uma gama de atividades situadas entre o trabalho assalariado (oferecido pelo Estado ou pelas empresas) e a produção familiar que nem sempre é, e exclusivamente, destinada ao mercado - o que leva a oposição dos modelos setoriais dualísticos (formal e informal) convencionalmente usados e que separam, na realidade, as atividades legalizadas das não legalizadas -; trata-se duma complexidade de emprego e de formas arriscadas de obtenção de rendimentos, as quais obrigam a que cada membro do grupo domiciliar tenha que, por concorrência, se engajar numa multiplicidade de atividades de geração de rendimentos fora do espaço residencial, dentro ou fora da economia de mercado, assim que as oportunidades ou necessidades surjam (Douglass, 1992:22).

A procura constante de fontes de rendimento, que a vida econômica na cidade exige, dificulta, freqüentemente, que os grupos domiciliares com baixa capacidade

aquisitiva no mercado mantenham as suas fontes de rendimento inalteradas e mesmo o grupo domiciliar como uma unidade social. É assim que, o número e as relações de afinidade dos membros do grupo domiciliar vivendo sob o mesmo teto alteram-se rapidamente com a presença ou ausência de oportunidades de rendimento. As tentativas para aumentar o rendimento do grupo domiciliar envolvem, para além da produção agrícola, esforços para criar uma gama de relacionamentos externos, tais como, a participação em redes comunitárias de troca, proteção das relações de clientelismo com agentes económicos de pequena escala e trabalho com pequenas quantidades de mercadoria em pequenos setores coletivos da economia urbana.

Na cidade de Nampula, os grupos domiciliares que praticam a agricultura itinerante estão num nível em que produzem principalmente para o consumo doméstico. Em alguns casos, o grupo domiciliar é induzido a produzir mais – devido ao aumento do número de membros ou ao crescimento da demanda urbana ou ainda devido à depreciação dos produtos agrícolas. Esse excedente de produção é comercializado no mercado urbano. O dinheiro proveniente da venda dos excedentes apenas permite comprar bens de consumo manufaturados. Segundo De Schlippe (1956), aqui o circuito económico é rompido. O rendimento monetário (...) não é convertido em meios de produção. Assim, a capacidade produtiva mantém-se virtualmente a mesma (De Schlippe 1956: xiv-xv), produzindo um contexto em que o grupo domiciliar aparece fundamentalmente como unidade de consumo.

Como os rendimentos do trabalho assalariado não garantem a satisfação do consumo doméstico, o grupo domiciliar, coletivamente, adota estratégias implícitas orientadas para a construção de uma divisão do trabalho interna que visa reduzir os riscos associados com a pobreza urbana. A divisão do trabalho por sexo e idade permite que cada membro se especialize ou se responsabilize, pelo menos parcialmente, numa

atividade. Tal estratégia, provavelmente, contribui também para a manutenção do grupo domiciliar como uma unidade social - uma vez que enquanto não houver oportunidades de trabalho fora da esfera domiciliar cada membro tem a sua obrigação na sua relação de pertença ao grupo domiciliar reproduzindo as relações sociais baseadas na produção de para o consumo doméstico.

O resultado das dinâmicas descritas é que o grupo domiciliar transforma-se num sujeito relativamente autônomo que pode sobreviver sem o trabalho assalariado, mas que ao contrário serve de apoio para o trabalho assalariado ao contribuir para a reprodução da força de trabalho assalariada – aspecto subsumido pela acumulação do capital. Daí se compreende não apenas a permanência de grupos domiciliares camponeses, mas também o fato de existirem dentro dos limites da cidade, machambas de diversos tamanhos que testemunham a coexistência de espaços residenciais e espaços de produção agrícola – uma característica que, aliada ao tipo de habitação (arquitetura espontânea e material precário) predomina nos bairros periféricos da cidade – conferindo uma configuração específica à paisagem urbana.

Ora, cada grupo domiciliar na cidade, incluindo os pobres, está engajado em atividades para a reprodução de meios materiais e sociais para a sua própria existência e, com esperança de melhorar as suas condições de vida (Douglass, 1992: 23). O grupo domiciliar torna-se uma categoria próxima ao que Wallerstein (1995) refere como unidade domiciliar – uma estrutura relativamente estável que partilha um fundo comum de renda corrente e de capital acumulado onde os indivíduos tendem a viver suas vidas. As fronteiras desse espaço, a unidade domiciliar, mudam constantemente por entradas e saídas de pessoas, mas elas não [deixam] de ser a unidade de cálculo racional para efeito de remuneração e de gasto. (Wallerstein 1995: 22).

Para viver, as pessoas consideram toda a sua renda potencial, não importa de que fontes, e avaliam comparando-a com os gastos reais que têm pela frente. Buscam pelo menos, sobreviver; aqueles com renda maior buscam desfrutar um estilo de vida que julgam satisfatório; por último, os que têm ainda mais entram no jogo capitalista, tendo em vista acumular capital. Para todos os fins reais, [o grupo domiciliar é] a célula econômica engajada nessas atividades, geralmente – mas nem sempre, ou não exclusivamente – a partir de um grupo formado por laços de parentesco (Wallerstein 1995:22-23).

A imposição da distinção social do trabalho às classes trabalhadoras começou no contexto da unidade domiciliar: o trabalho produtivo – definido como aquele que recebe remuneração em dinheiro (principalmente, trabalho assalariado) e o não produtivo como aquele que, embora necessário, constitui uma atividade de mera subsistência, sem produzir um excedente que possa ser apropriado por alguém (Wallerstein 1995:30).

A diferenciação dos tipos de trabalho assenta-se na criação de papéis específicos e por isso interfere com a divisão do trabalho no seio da unidade domiciliar. O trabalho produtivo ou assalariado é realizado – fora da unidade domiciliar, no local de trabalho – principalmente pelo homem/pai e secundariamente por outros homens adultos mais jovens da estrutura familiar, enquanto, o trabalho não produtivo – feito dentro da unidade domiciliar – é relegado, em primeiro lugar, para a mulher/mãe e depois para outras mulheres, crianças e idosos. Deriva daí, que sob o modo de produção capitalista há uma correlação entre divisão de trabalho e valorização do trabalho que culmina com a desvalorização social do trabalho das mulheres dando ênfase no trabalho masculino adulto (op.cit).

As distinções ideológicas sobre o trabalho influenciaram na mercantilização do trabalho, pois, por um lado, contribuem para o aumento da proletarização, mas por outro lado, e contrariamente ela permanece limitada. As evidências indicam que um número reduzido de grupos domiciliares obtém do trabalho assalariado, realizado fora de casa, mais da metade dos seus rendimentos reais. Nos grupos domiciliares semiproletários,

aqueles que produzem outras formas de renda real (basicamente na produção doméstica para o consumo, para venda no mercado local ou para ambos) quer seja o próprio assalariado (em horas livres) ou outros membros do grupo domiciliar (de qualquer sexo ou idade), criam excedentes que contribuem para complementar a renda necessária para a reprodução do grupo domiciliar no seu conjunto e, por conseguinte, da força de trabalho assalariada. Assim, se compreende o fato de os países mais industrializados pressionarem os países dependentes para que os últimos aceitem e promovam tarefas inferiores da cadeia mercantil, utilizando força de trabalho com menor remuneração e criando ou reforçando as estruturas familiares que permitam a sobrevivência dessa força de trabalho.

A centralidade do grupo domiciliar na economia urbana em Moçambique deriva do fato de constituir-se como categoria fundamental no processo de reprodução da força de trabalho assalariada e de mitigação dos efeitos da pobreza urbana, conformando uma ponte entre o trabalho chamado produtivo e o trabalho improdutivo ou entre a economia dita formal e a informal: por isso, unidade de produção e de consumo.

Urge, portanto, a necessidade de superar a visão reducionista que concebe os grupos domiciliares como esferas da intimidade e das pequenas economias ou ainda como unidades, fundamentalmente, de consumo e, como tal, sem relevância para a análise econômica. Erroneamente, os grupos domiciliares são reduzidos a domínios do sentimento e da solidariedade, desprezam-se suas atividades econômicas (principalmente as ditas informais). Tal visão, derivada da idéia que considera a intimidade e as atividades econômicas como mundos hostis e esferas separadas mistificando, assim, as duas esferas (Zelizer, 2004: 214).

Os grupos domiciliares estão imersos em atividades econômicas que incluem a produção, distribuição, consumo e transferência de bens. Segundo Zelizer (2004),

nenhum grupo domiciliar sobrevive por muito tempo sem renovar seus recursos e sustentar seus membros. O grupo domiciliar difere de outras unidades econômicas por que: a coabitação contínua cria um conhecimento mútuo, uma influência, direitos e obrigações mais extensivos; as negociações têm em vista uma perspectiva temporal longa e com reciprocidades a longo termo do que se desenvolvem em outros estabelecimentos econômicos; contudo, as transferências de bens entre grupos domiciliares continuam a emergir de pontos de vista práticos, sentimentais, econômicos e, até certo ponto, legais. Desse modo, torna-se importante examinar como as dinâmicas dos grupos domiciliares estão imbuídas de fenômenos não apenas reveladores de intimidade, mas também, típicos de estruturas econômicas, por um lado, e por outro, fenômenos que caracterizam os grupos domiciliares como instituições sociais que participam da formação dos mercados locais.

2. O Estado: entre a cidade e o urbano

A produção do espaço urbano na cidade de Nampula é um processo que envolve contradições; pois, o Estado promove estratégias que tendem para produção de um espaço homogêneo, de propriedade pública, mas que se revela fragmentado - porque parcelado para venda - e por isso privado. A produção espacial é caracterizada por desigualdades no acesso à terra urbana resultante, fundamentalmente, das diferenças na capacidade aquisitiva no mercado. É desse modo que o produto espacial expressa as contradições que estão na base de uma sociedade de classes e manifesta a segregação decorrente das formas de apropriação da terra que têm sua lógica no desenvolvimento desigual das relações sociais dentro da sociedade. Assim, a paisagem urbana, enquanto forma de manifestação do espaço urbano revela o processo de produção desse espaço. Segundo Carlos (1992)

Enquanto forma de manifestação do urbano, a paisagem urbana tende a revelar uma dimensão necessária da produção espacial, o que implica ir além da aparência; essa perspectiva da análise já introduziria os elementos da discussão do urbano entendido enquanto processo e não apenas enquanto forma. A paisagem de hoje guarda momentos diversos do processo de produção espacial, os quais fornecem elementos para uma discussão de sua evolução da produção espacial, e do modo pelo qual foi produzida (Carlos, 1992, p. 36).

As reflexões expostas permitem reconhecer que o espaço urbano revela diferenças que surgem nas margens dum domínio homogeneizado em forma de resistências ou de externalidades. No processo homogeneizante, o diferente é excluído - mas pode mais tarde ser absorvido pelo centro ou pela homogeneização.

Uma das características derivada da constituição de bairros periféricos da cidade de Nampula é a ausência de uma delimitação clara entre onde termina a cidade e começa o campo – uma vez que se forma uma franja rururbana onde se misturam características rurais e urbanas. O deslocamento de pessoas e a troca de mercadorias tendem a eliminar a distinção clássica entre as atitudes sociais rurais e urbanas, dentro de mesmo grupo domiciliar exerce-se atividades rurais (ex. agricultura) e urbanas e as características sócio-profissionais da população, semelhantes entre os bairros centrais e os periféricos, não permitem distinguir áreas tipicamente urbanas ou rurais. A influência da urbanização sobre a vida social estende-se para além dos bairros imediatos do núcleo central da cidade, assim como, atitudes sociais derivadas do modo de vida autóctone perpassam por todos os bairros da cidade. O uso do solo, nas áreas periféricas, combina formas rurais e urbanas, conformando uma área mista que alberga utilizações do solo necessárias para o funcionamento do núcleo central, mas, estranhas no interior das áreas onde estão edificadas (depósitos de mercadorias, quintas de lazer, estação de fornecimento de água e eletricidade, unidade de abate de gado bovino) – daí os tipos diferenciados de uso do solo nas áreas periféricas da cidade de Nampula. Outra influência no uso do solo é a tendência de se abandonar o cultivo de terra agrícola

devido à presença de residentes não rurais que tendem a abandonar as normas de conduta exigidas nas comunidades agrícolas e, também, pressionam a venda de terra em parcelas para a construção de moradias ou outros equipamentos urbanos; para além do fato de haver terras que são mantidas à disposição dos especuladores para venda posterior no momento mais apropriado.

Na cidade de Nampula, a inclusão de áreas rurais nos limites da cidade responde estrategicamente às novas necessidades da acumulação do capital. No que concerne a reprodução do capital, o consumo dos produtos da indústria é ampliado para áreas com uma economia camponesa, de subsistência, que passam a estar integradas no mercado urbano. Por outro lado, a integração de áreas agrícolas na cidade permite transferir continuamente a reprodução da força de trabalho para os quadros do grupo domiciliar – cuja atividade econômica principal é a agricultura – com vista a manter baixos salários no setor produtivo; Portanto, a cidade aparece, aqui, como lugar da reprodução da vida – num movimento que tende a reproduzir um espaço apropriado para a acumulação de capital.

Produz-se então um espaço (urbano), a cidade de Nampula enquanto realidade única, caracterizado pela coexistência de diferenças produzidas pela urbanização dependente e desigual. O espaço urbano, aí, revela as características de uma sociedade cuja reprodução assenta-se na complementaridade contraditória de três lógicas fundamentais: de um setor capitalista incipiente e dependente, mas dominante; de um Estado centralizador e hegemônico e; de um setor familiar subordinado e predominante. As três lógicas interagem na produção de um espaço urbano, de conteúdos diferenciados que se refletem na paisagem da cidade. Trata-se, então, de um espaço de fragmentações que reproduz as fragmentações/divisões no interior da sociedade moçambicana e cuja materialidade específica é a cidade de Nampula. A exposição revela fragmentações que

resultam da tendência de parcelar o solo transformando-o, ora em valor de troca, através da introdução de um mercado de solo urbano; ora, em bem de gratificação política (pelo Estado) e; permanecendo como valor de uso no sistema de reprodução das comunidades autóctones. No nível nacional, tais fragmentações refletem a coexistência de conteúdos de uma economia liberal ou de mercado, apesar de incipiente e dependente, de um sistema de reprodução centrado no Estado ou dirigismo, como persistência do passado socialista (?) e; uma reprodução centrada no agregado familiar e sustentada pela economia familiar. Desse modo, a cidade de Nampula é a projeção simultânea no solo das relações sociais oriundas da mercadoria e do mercado, daquelas oriundas das benesses políticas e do Estado e, daquelas derivadas da dádiva e das práticas consuetudinárias. Daí, uma prática urbana específica que resulta dos conflitos, das justaposições e superposições, interdependências e complementaridades das diferentes lógicas de reprodução social.

Nesse contexto a reflexão coloca a (re)produção como categoria central na análise espacial da cidade. Com a integração da cidade histórica pelo capitalismo, incorporação dos espaços antes desocupados a troca, transformação do espaço social e político em real e operacional, dado e instrumento, necessidade e virtualidade, o espaço inteiro tornou-se fundamental para a reprodução das relações dominantes, para a produção e o consumo. Pois, o espaço, incluindo a cidade, aparece enquanto condição, meio e produto da reprodução social, revelando uma prática socio-espacial legitimada pelo Estado (Carlos, 2004:19-20).

(...) a noção de reprodução, saída do desenvolvimento da noção de produção, revela o fato de que não se trata apenas e tão somente do universo da produção de mercadorias, que embasa a idéia de cidade enquanto concentração, uma vez que o crescimento econômico e a industrialização caminham no sentido de que a concentração da população acompanha a concentração dos meios de produção, mas refere-se ao fato de que o modo de produção capitalista, em seu movimento de realização, revela uma reprodução mais ampla. Nesse

plano, o processo refere-se à cidade de modo integral (Carlos, 2004:21).

Ora, é no plano do cotidiano que a análise permite captar as contradições e os conflitos que se materializam no espaço. Os conflitos entre a imposição de novos modelos culturais e de comportamento invadidos pelo mundo da mercadoria, estabelecida no plano mundial, e as especificidades da vida no lugar com a persistência de antigas relações. Por isso,

As novas condições de existência se realizam desigualmente pela criação de uma rotina organizada (no espaço e no tempo) da vida cotidiana, transformando radicalmente a sociabilidade, posto que produz transformações nos usos do espaço, empobrecendo a vida à medida que as relações entre as pessoas passam a ser substituídas por relações profissionais ou institucionais. Por sua vez, o tempo se acelera em função do desenvolvimento da técnica – que requer a construção de novos espaços – que vai modificando as relações dos habitantes com o lugar e no lugar, redefinindo a prática sócio-espacial (Carlos, 2004: 21-22).

A operacionalização da propriedade privada implica divisão e fragmentação da cidade, culminando com uma profunda desigualdade do processo de produção do espaço urbano que se percebe de forma clara e inequívoca no plano da vida cotidiana inicialmente revelada no ato de morar, que coloca o habitante diante da existência real da propriedade do solo urbano. É assim que a apropriação do espaço – produzido segundo as necessidades da acumulação do capital – liga-se cada vez mais à forma mercadoria. Assim, o espaço entra no circuito da troca gerando fluxos de capitais entre diversos setores econômicos; isso ocorre através de alterações de usos e funções dos lugares numa lógica de ordenamento e direcionamento da ocupação. Daí, o espaço é fragmentado e trocado numa tendência homogeneizante e segundo uma lei do reprodutível. De modo que, homogênea, a fragmentação do espaço da cidade também revela a hierarquização dos lugares e pessoas como articulação entre morfologias espacial e social. Essa estratificação revela as formas da segregação urbana. (Carlos, 2004: 23).

Portanto, a reflexão remete para o estudo da vida cotidiana que “com suas múltiplas atividades, cria as formas, a dinâmica do fenômeno e o seu conteúdo”. Um procedimento que permite perceber o processo de (re)produção espacial e seu conteúdo através e a partir da paisagem urbana; uma vez que

O processo de produção do espaço fundamentado nas relações de trabalho entre os homens e a natureza primeira e Segunda implica o entendimento de vários relacionamentos: sociais, políticos, ideológicos, jurídicos, culturais. Envolve um modo de produzir, pensar, sentir – logo um modo de vida (Carlos, 1992:34).

Na análise das persistências e transformações em Nampula, o cotidiano emerge para reflexão. Pois, a economia colonial e a urbanização impuseram transformações, com a introdução da linearidade, num modo de vida anteriormente regulado pelo tempo cíclico. Segundo Lefebvre

Salvo durante catástrofes (...) esta vida de todos os dias era regulada pelos costumes que organizavam até a divisão do trabalho por idades e sexos. O espaço e o tempo entravam numa ordem: o calendário, os territórios. A vida cotidiana desenvolvia-se, portanto, tradicionalmente dentro de quadros bem definidos: a aldeia, a comunidade territorial, o quarteirão, as ocupações e as festas, a agricultura e o artesanato, etc. (Lefebvre, 1986: 104).

Com a expansão do mundo da mercadoria os limites e o ambiente do cotidiano explodem quer no espaço quer no tempo: a cotidianidade instala-se, instaura-se e se institui:

Diz-se às diversas categorias de pessoas o que elas devem fazer e como devem viver nas condições em que vivem e em função dos seus diversos parâmetros (recursos, idades, saúde, datas e lugares). O cotidiano é previsto até o mínimo detalhe como uma trajetória, ou antes, como um grupo de probabilidades. (...) Assim, estabelece-se, fora dos lugares de trabalho (empresas), dentro do espaço urbano, certo número de ocupações e relações, das quais depende a vida de laboral nas empresas (Lefebvre, 1986:105).

3. Da paisagem ao espaço urbano

A análise da paisagem comporta dois momentos: o primeiro - do movimento dialético da relação sujeito/objeto - em que se trata da apreensão da paisagem enquanto objeto de estudo; onde a interação sujeito-objeto ocorre pela mediação dos órgãos sensoriais, os olhos, e a dimensão visual da paisagem pode ou não ser influenciada pelos aspectos culturais. Mas, mesmo nesse momento, a paisagem aparece não apenas como objeto, apreendido pelo sujeito/eu/pesquisador/observador, mas, e também enquanto sujeito; pois, a paisagem informa seus conteúdos ao pesquisador. O primeiro momento exprime também um tipo de relação homem/meio. O segundo momento seria aquele em que, para além das formas que a paisagem revela enquanto objeto, apreendem-se os conteúdos. Aqui a relevância da materialidade, dos objetos sensíveis que dão forma ou formas à paisagem. Neste momento, os conteúdos da paisagem aparecem como resultado da relação homem/meio mediada pelo trabalho enquanto atividade transformadora da natureza. Por isso, as formas apreensíveis na paisagem são de certa maneira influenciadas pela cultura dos homens que produziram o meio. Pois, o espaço enquanto produto, meio e condição da reprodução das relações sociais – é também condição para a compreensão da paisagem produzida. Assim que, apesar dos predicativos usados na linguagem para qualificar a paisagem – paisagem cultural, paisagem humana, paisagem natural, paisagem física, entre outros - ela não se confunde com o espaço, nem com o lugar, nem com a natureza e muito menos com o meio ou ambiente. A essência da paisagem é dada pelas relações entre a sociedade e a natureza, entre o homem e o meio – relações que são permeadas pelo trabalho; pois, as obras humanas saídas de todo o passado da humanidade contribuem elas mesmas para a constituição do meio, o ambiente, o meio geográfico que condiciona a vida dos povos (Demangeon, 1952: 29)

A paisagem resulta de uma fragmentação do espaço, mas nem todo fragmento do espaço é uma paisagem, e sendo assim, trata-se de um conceito situado no plano da lógica, como construção mental. Isso torna mais importante a análise das formas e dos conteúdos da paisagem considerando os aspectos sócio-culturais, mas, sem exaltá-los exclusivamente; pois, parece que o fundamental no conceito de paisagem é a idéia de conjunto constituído por elementos da natureza e da sociedade – onde a cidade aparece como materialidade do espaço produzido. Pois, a paisagem (urbana) reflete uma porção do espaço (urbano), uma aparência do espaço impregnada de história que pode ser descrita. O estudo do espaço geográfico parte desse visível – a paisagem – para uma posterior análise das persistências e transformações e explicação dos sistemas que constituem estruturas atuantes sobre o espaço. A análise da paisagem urbana denuncia a sua história e as condições de seu desenvolvimento revelando o peso do passado na organização do espaço urbano contemporâneo. A cidade de Nampula expõe como na organização urbana ainda se reproduz o desenho do fracionamento rural indicando o avanço da cidade sobre o campo e a persistência de uma estrutura antiga numa estrutura de natureza diferente. Assim, as transformações que a urbanização engendra são entretidas pelas persistências, mostrando as interações entre as transformações e persistências no espaço urbano. E como refere Dolffus (1972), as transformações são favorecidas pela passagem de um sistema para outro, assim como pela sucessão no tempo de diferentes sistemas. Daí que a análise da paisagem ocorre em função das formações sociais ao longo da história, dos sistemas econômicos e culturais de relação com a paisagem que atuam num tempo e lugar dados. A paisagem é um prolongamento, e ao mesmo tempo, expressão de uma sociedade; pois, vê-se na paisagem uma expressão combinada de fenômenos naturais, técnicos e culturais e, ao mesmo tempo, o

tecido de representações feitas pelos indivíduos e grupos sociais (Rougerie, G. e Beroutchachvili, 1991:83 e 132)

A paisagem da cidade de Nampula expressa diferenças baseadas nas características da construção dos equipamentos e das infra-estruturas, dentre elas as residências. Segundo Harvey (1985), as instituições governamentais jogam um papel ativo na formação da diferenciação de áreas residenciais – uma explicação que difere das que procuram vincular a diferenciação de áreas residenciais nas áreas urbanas com processos sociais ecológicos, preferências dos consumidores, comportamentos de maximização de uso por parte dos indivíduos e outros similares. As considerações de etnicidade, estatuto social e prestígio, aspirações de estilo de vida, solidariedade comunitária e de vizinhança, convencionalmente utilizados para explicar a diferenciação de áreas residenciais são relevantes, no entanto, elas ironicamente aumentam o potencial para a realização do capital no ambiente construído (na cidade) e ajudam a manter uma estrutura semelhante à de ilhas. As instituições financeiras e o governo geram o processo de urbanização para atingir o crescimento econômico e a estabilidade econômica; nesse processo são produzidos novos modos de consumo e novas necessidades e desejos sociais, mesmo se a população quer ou não. Assim, a urbanização força novos tipos de escolha independentemente das predileções espontâneas, através da estruturação e reestruturação das escolhas abertas a população, criando ambientes de decisão distintos. Os indivíduos não podem escolher a estrutura distributiva dos agrupamentos sociais ou a estrutura dos mercados de habitação, pois, estas são ditadas por forças externas a soberania do consumidor que produzem novos modos de consumo e novos desejos e necessidades; o processo de urbanização produz concomitantemente novos agrupamentos distributivos ou classes de consumo, que se

podem cristalizar em comunidades distintas no seio da estrutura urbana (Harvey, 1985:81).

Assim, a formação de áreas residenciais diferenciadas exprime o acesso diferencial aos recursos exigidos na construção da habitação e no mercado imobiliário. O grupo domiciliar como lugar da reprodução da força de trabalho segundo as necessidades da divisão do trabalho existente constitui um meio social onde se formam sistemas distintos de valores, aspirações e expectativas. A reprodução dos sistemas de valores constitui o fundamento para a reprodução de frações populacionais de consumo relacionados com a divisão do trabalho e serve de instrumento para restringir as chances de mobilidade social. A homogeneidade das experiências de vida que esta restrição produz reforça a tendência de agrupamentos sociais relativamente permanentes emergirem dentro de uma estrutura social que reproduz a diferenciação de áreas residenciais (Harvey, 1985: 120).

A história dos agrupamentos sociais baseados na diferenciação de áreas residenciais em Moçambique, e na cidade de Nampula, deve ser apreendida partindo-se do princípio de que a diferenciação social e espacial atual resulta de transformações e fragmentações sucessivas da configuração social e espacial precedente, ou seja, da produção da cidade do tipo ocidental e colonial numa sociedade africana. A política urbana colonial pressupunha que a população africana nas cidades devia ser constituída por residentes temporários: trabalhadores fisicamente capazes que deixavam, para trás, todos ou parte dos seus dependentes na aldeia, assim que eles partiam para os centros urbanos onde eles próprios passariam curtos períodos das suas vidas. Desse modo,

(...) a habitação não era planejada para mais [pessoas] do que, quanto muito, para um homem e sua mulher, com um ou dois filhos menores, num quarto único. Os salários, e a ração alimentar que era fornecida aos trabalhadores, pelas empresas empregadoras, não eram suficientes para o [grupo domiciliar] inteiro (Hannez, 1980:125).

Ainda, segundo Hannez (1980), a política adotada pela administração colonial – que evidentemente enquadrava-se nas estratégias competitivas para a redução dos salários dos trabalhadores – consistiu na alocação de parcelas de terra aos trabalhadores africanos para que, assim, pudessem construir sua casa própria e completassem a dieta alimentar com a produção agrícola: como estratégia de acumulação externa. Capta-se aqui, portanto, a gênese da persistência de práticas ditas não-urbanas nas cidades coloniais em África, cujo fundamento assenta-se nas estratégias de acumulação de capital e, por conseguinte, na reprodução das relações sociais.

É no interior do espaço urbano onde as características e as estruturas da sociedade se projetam sobre o solo e tomam uma forma material que as exprime e cristaliza na paisagem urbana. A divisão social do espaço urbano não pode ser tratada apenas em termos funcionais – análise das localizações -; pois, a distinção espacial dos grupos sociais deve ser estudada em si como uma das séries que explicam a repartição dos fenômenos na cidade – hierarquia social, centralidade e reagrupamento de categorias. A repartição da população, em categorias sócio-profissionais e ocupação por lugar de residência, permitem apreender regularidades e relações de associação ou de exclusão concernentes aos diferentes grupos sociais. A análise leva ao discernimento sobre o afrouxamento ou reforço da divisão social segundo determinadas formas espaciais e as relações entre categorias suas modalidades espaciais (Roncayolo et al, 1972: 58-59).

A divisão social do espaço urbano não é redutível aos esquemas puramente espaciais, há necessidade de captar as relações mais ou menos abstratas que se estabelecem entre as categorias sócio-profissionais e de ocupação, as modalidades que afloram na paisagem e a morfologia da cidade distinguindo, assim, as estruturas das configurações espaciais. As abordagens parciais permitem passar da análise das formas

aos processos e a construção do espaço urbano; doravante associadas a uma teoria unitária do espaço urbano que sublinhe o caráter original da divisão social do espaço urbano.

Dentro do espaço urbano existem lugares, construções e modos de vida que se diferenciam em relação ao caráter imposto pela urbanização dominante; o que deriva do fato da urbanização não se produzir de uma só vez, como um bloco homogêneo. Ela produz áreas com diferentes graus de urbanização. Por isso, diversos conflitos, distâncias sociais instituídas, jogos de interesse e diferentes referências culturais entrevêm permanentemente colocando em questão a tendência de projetar um modelo único de urbanização. A transformação da paisagem da cidade de Nampula responde, em alguns casos, às mudanças na propriedade do solo. A modificação do desenho das parcelas pelos departamentos municipais envolve frequentemente uma substituição dos sujeitos; portanto, para além das lógicas puramente físicas ou arquiteturais na morfologia da cidade, subsistem mecanismos sociais. Nesse contexto, a expansão da cidade responde a certa articulação entre interesses do Estado e dos diferentes grupos sociais urbanos.

A urbanização contemporânea apela para uma reflexão profunda sobre o sentido do urbano, como forma e processo, a partir das dinâmicas sócio-econômicas e espaciais que dominaram a cidade como entidade histórica e espacial. Um novo entendimento sobre a cidade impera surgido de novas interações sócio-espaciais que caracterizam a urbanização atual. Pois, a cidade aparece enquanto lugar de reprodução de relações sociais, de uma ordem próxima e uma ordem distante, cujas características e limites são imprecisos. Pode-se afirmar que, segundo Roncayolo (1990),

A cidade é um território particular ou uma combinação de territórios; ela apoia-se sobre um jogo de atração e repulsão para o exterior, quer para satisfação das suas necessidades cotidianas,

obtenção de fontes de alimentação e de rendimentos, para dominação ou prestação de serviços. (Roncayolo 1990:19)

Daqui se apreende a centralidade da cidade, como uma forma que permite conteúdos variáveis, cujo caráter histórico nos remete para as formas urbanas como produtos da história.

A expansão da cidade se realiza num movimento de redução da antiga oposição cidade-campo produzindo um composto rural-urbano. Nesse sentido, as categorias clássicas de descrição e análise urbanas encontram aí, ao que parece, o seu limite. A noção de cidade sempre esteve implicada com a aglomeração de uma população, quer dizer: a concentração do habitat e de atividades; atividades que se distinguem da exploração direta do solo, que conduzem à especialização de tarefas e contribuem notadamente para as trocas e ao enquadramento da sociedade; um modo de vida ou de formas de sociabilidade particulares; uma gestão dos espaços e dos objetos urbanos que implica uma organização coletiva (ibidem: 29).

Atualmente, a aplicação de critérios morfológicos, funcionais ou sócio-culturais, na análise da cidade não permite apreender o fenômeno urbano na sua totalidade. A cidade – mesmo enquanto lugar da reprodução da vida - não pode ser apreendida unicamente no interior de seus limites, pois, não é uma criação isolada. Ela, a cidade, está em relação, maior ou menor, com o espaço que a entorna, com outras cidades, eventualmente com outros espaços longínquos. Ela apresenta-se, em graus variáveis, como o lugar a partir do qual se estabelece um controle territorial. Assim, se desenvolvem as noções de rede urbana ou armadura urbana. Trata-se, portanto, de um plano de análise da cidade no contexto da região – um plano que se revela pertinente ao analisar a origem da cidade de Nampula; segundo, a cidade não se reduz aos objetos urbanos ou a uma combinação de funções. Ela agrupa uma população caracterizada por certa composição demográfica, social ou étnica. Ela define uma forma de comunidade

(ou coexistência de comunidades) ou coletividades. Neste plano a cidade aparece enquanto produto e produtora de relações sociais.

A reflexão sobre o fenômeno urbano denuncia a concepção de cidade como individualidade ou como um ator social autônomo, fora do tempo e da sociedade que a porta. Por isso, torna-se necessário analisar as relações entre a estrutura social global e as composições territoriais que ela produz. Pois, a cidade como lugar do encontro, do conviver, de divisão ou de luta entre grupos – e estas lutas segundo fórmulas distintas e variáveis – é um reflexo, mas também produtora, das relações sociais. Pois,

A cidade revela, também, através das suas paisagens, uma estrutura, uma gestão, divisões internas. Mas o fundamento da sociedade urbana, das ideologias que sustentam e justificam ou modelam a cidade, as representações dos que a habitam ou freqüentam, não pode ser apreendido senão para além desta cobertura, na articulação entre o interior e o exterior (Roncayolo, 1990:34).

As características da explosão urbana nos países mais industrializados diferem das dos países dependentes. Nos primeiros, é o dispositivo territorial, a expansão urbana no sentido da urbanização generalizada, que constitui problema, com o que comporta de fragmentação, eventualmente de exclusão – ou de alinhamento e gestão tecnocrática. Nos países dependentes, o crescimento das cidades parece ao contrário obedecer a um ritmo sem relação, e freqüentemente em contradição, com o suporte econômico e a possibilidade de integrar socialmente os efeitos da urbanização. Os mecanismos do crescimento urbano e as suas relações com a economia podem diferir seriamente entre os países dependentes, sem que as condições do habitat se distanciem do quadro do habitat precário ou espontâneo que continua a qualificar as zonas de expansão da cidade, permeando fenômenos de dependência ou de dualismo (Roncayolo: 218-223).

Nos países dependentes a explosão urbana insinua-se dentro das linhas de descontinuidade desses países, entre ocidentalização (inspirada pela colonização, depois pelo Estado Moderno) e um direito local, mais variado, múltiplo e complexo. O terreno

dá-se assim ao compromisso, à negociação, ao consenso profundo que pode explicar a persistência das formas de habitat precário. Um habitat que tem a sua lógica: aquela das relações, incluídas as de propriedade, e desigualdades sociais e suas funções – forma de renda, de localização, de valorização que drena uma parte da poupança, lança por vezes as bases de verdadeiras fortunas ou da autoridade dos mediadores. Pois, as desigualdades espaciais dos países dependentes exprimem contrastes de representação, também, de riqueza e de poder social no interior de cidades que aparecem como espaços divididos (Roncayolo: 227 e 228).

A divisão social do espaço pode ser descrita a partir da repartição dos homens, grupos e atividades no espaço; qualificação social dos espaços e; construção e interpretação de formas espaciais – elementos que permitem estudar a realidade urbana. O espaço urbano aparece como o lugar onde se desenvolve uma divisão social que não compromete ao excesso a unidade do mercado exigida pelas funções da produção e da troca; pois, a divisão social é antes produto desse mercado. Um lugar onde os mecanismos de apropriação, de construção e de afetação do solo estão diretamente ligados às relações de produção e à organização social no seu conjunto. Os princípios de distinção social, de qualificação dos espaços, o seu carácter mais ou menos atrativo ou repulsivo, o valor de prestígio revelam antes as relações sociais derivadas ou por vezes desviadas (ibidem: 91).

A desigualdade surge da manutenção de diferenças no processo da homogeneização do espaço, como persistências – que para o caso da cidade de Nampula seriam as periferias constituídas pelos subúrbios e as áreas rurais incluídas nos limites administrativos da cidade – espaços onde predominam práticas ditas informais. Espaços que cedo ou tarde são absorvidos pela centralidade e pelas forças homogeneizantes, mas que atualmente persistem mostrando a incapacidade da centralidade e da

homogeneidade em integrar, recuperar ou eliminar as diferenças. Diferenças que se caracterizam por uma ocupação do solo dispersa devida a proximidade do espaço residencial e do espaço produtivo, pela atividade agrícola e produção para subsistência, direito costumeiro da terra, autoconstrução da habitação a partir de material local, pelas relações de troca e de ajuda mútua baseadas na autoconfiança e na vizinhança; portanto práticas sócio-espaciais que caracterizam uma vida muito intensa em que a apropriação atinge um nível muito assinalável.

A vida social das periferias é transposta para o nível da paisagem urbana. A arquitetura espontânea e o planejamento local das periferias se confrontam com a organização do espaço feita pelos especialistas que efetivamente transladam a ordem social para a realidade territorial e que concorrem para a manutenção da homogeneidade de uma arquitetura, incluindo atividades econômicas e serviços ditos modernos e que revelam o predomínio da propriedade privada exacerbado, aqui, pela tendência em transformar o solo urbano em mercadoria. Portanto, nesse confronto alguns elementos característicos da vida do campo provavelmente permanecem resistindo às forças da homogeneização enquanto outros são redefinidos, adaptados ao contexto da cidade. Como corolário, a estratégia seletiva do planejamento segue um processo onde as diferenças são excluídas. É assim que o processo de homogeneização cria na paisagem urbana das cidades dos países dependentes aquilo que alguns autores referem como uma dualidade espacial. Mas que, segundo Lefebvre,

(...) a dualidade significa contradição e conflito: um conflito que surge quer duma emergência de diferenças imprevistas ou da sua própria absorção, na qual apenas diferenças induzidas brotam (...) uma dualidade conflitual, que é um estado transitório entre oposição e contradição/transcendência nunca termina; ela pode sustentar-se, contudo, em torno de um “equilíbrio” considerado ótimo por uma ideologia particular (Lefebvre, 1990: 374).

Tanto nos países ricos como nos países dependentes, o crescimento periférico tornou-se o principal elemento de longo termo: a urbanização contemporânea sugere formas das mais variadas de habitat e de práticas territoriais - uma espécie de mapa oposto ao quadro estrito oferecido outrora pela alternativa cidade ou campo. Dai derivam duas tendências, não contraditórias, que desafiam a concepção do fenômeno urbano: a) extensão de lugares urbanizados e do modo de vida para distâncias maiores dos focos urbanos iniciais - uma explosão geográfica, espacial que coloca em questão toda uma série de noções, idéias e representações – por ex. as relações cidade-campo, o urbano; e b) a concentração relativa das trocas, da acumulação, mais do que da população, de iniciativas e equipamentos sofisticados (Lefebvre, 1990: 233-235). Trata-se, assim, de dinâmicas que ao incorporarem novos espaços – o antigo campo – não apenas transformam o antigo modo de vida, levando a uma redefinição de certas práticas sócio-espaciais, mas também, e segundo a tese do trabalho, à permanência ou persistência como produtos de uma urbanização desigual.

As diferenças que se revelam na paisagem urbana exprimem a divisão social do espaço urbano. Portanto, o estudo sobre a cidade, sua forma espacial, sua organização interna, as diferenças e a unidade que caracterizam a sociedade, o agenciamento das paisagens, as tensões e contradições que elas exprimem constituem elementos por decifrar. Trata-se, também, da necessidade de refletir sobre o conceito de cidade sua validade e funcionalidade: perante uma urbanização desigual contínua e transitória o que resta então da cidade? – outrora objeto bem definido no espaço, bem delimitado nas suas funções e perfeitamente contornado? A reflexão sobre a cidade de Nampula remete para a análise das continuidades e descontinuidades na produção do espaço e do urbano como projeção da sociedade: a partir do estudo da cidade – do seu interior – de modo a captar a divisão social do espaço urbano. Isso, tomando em consideração que é a trama

estrutural que constitui a problemática da sociedade, ou seja, a maneira como uma formação social trabalha a natureza e o modo de repartição e gestão da riqueza; um enfoque nos grupos de atores e suas estratégias na produção do espaço.

A expansão urbana modificou a cidade no seu interior e as relações com o campo circundante; colocou dentro do urbano novos elementos de desigualdade. A cidade parece dissolver-se com sua expansão diluindo-se ou fragmentando-se em lugares mais ou menos contínuos e desiguais que se refletem na paisagem e; parece estar paralisada nas suas funções. As formas mais características da cidade – do seu centro – foram atingidas pelo congestionamento e pela degradação e ganham novas áreas periféricas.

A oposição original entre a cidade e o campo, caracterizada não apenas pela divisão do trabalho, mas também, pelo modo de vida e, sobretudo, pelo modo de habitar e pelas redes sociais, assim como pelo tipo de população, é alterada pelos novos vetores de urbanização e expansão da cidade que incluem na sua realização áreas rurais dentro dos limites administrativos da cidade. Desse modo, a difusão de formas urbanas, fundamentalmente aquelas do habitat, a migração de frações de população do centro para as periferias da cidade, os deslocamentos ligados ao consumo e ao lazer reduzem cada vez mais a antiga oposição cidade-campo ao mesmo tempo em que reproduzem a centralidade da cidade. Ai, onde os sistemas de decisão, o Estado, assumem um papel fundamental na implantação das atividades e do habitat.

A cidade aparece não como um ponto no espaço, pois ela própria se constitui um espaço novo produzido por funções, grupos sociais, pela divisão do solo, pelas formas de ocupação do solo e ainda pelos jogos sutis de propriedade do solo.

A análise da paisagem e das suas estruturas internas mostra uma unidade e diversidade de formas; ao redor daquelas áreas onde se concentram formas e funções

originalmente européias ou asiáticas persistem vastas áreas convivendo na promiscuidade entre o rural e o urbano, o que leva a análise das relações entre a parte e o todo. Assim que, reservar a designação de urbanizada a uma área privilegiada coloca o problema de acesso a urbanização pela sociedade no seu conjunto. E aí, a contradição entre as formas espaciais e os conteúdos da expansão urbana permeados pela divisão social do espaço.

A expansão da cidade de Nampula requer, então, uma superação do conceito dominante de cidade que leve ao entendimento dos diferentes conteúdos do novo espaço. O conceito dominante de cidade pertence a um modelo de individualidade urbana e de continuidade física. Mesmo considerando que há uma tendência cada vez maior de inclusão de pequenos lugares urbanizados para além da absorção de áreas agrícolas ao redor do centro principal – o que levaria ao conceito de aglomeração urbana? – a questão que se coloca é que entre a aglomeração contínua e individualizada e a aglomeração distendida, estilhaçada e conquistadora e os conjuntos territoriais de forte concentração urbana a diferença não é apenas de escala, dimensão, forma, mas antes de tudo, de mecanismo, de autonomia, de diversidade funcional e social. Pois, é no nível da cidade estilhaçada, onde a urbanidade é colocada em questão pela expansão da cidade e que se coloca a oposição entre áreas urbanizadas e áreas não urbanizadas. A intimidade entre as duas áreas produz um nível intermédio onde aparecem os elementos de coesão- a unidade relativa do mundo do trabalho e a mobilidade populacional diária – e os elementos de ruptura, as tensões e contradições imediatas: a crise da centralidade, a segregação de grupos e de espaços, até a redução do espaço disponível. Nesse nível, a divisão funcional e social inscreve-se diretamente no solo e articula-se com as formas que aparecem na paisagem da cidade.

A expansão da cidade de Nampula mostra como é decisivo o papel de determinantes gerais como as estruturas da sociedade no seu conjunto; daí a utilidade da análise das formações históricas na sua continuidade e descontinuidade. Trata-se de um procedimento relevante se tomar-se em consideração que em Moçambique a urbanização é um processo influenciado por diferentes civilizações embora profundamente marcado pelo estabelecimento da dominação colonial portuguesa. Processo marcado pela justaposição de formas e estruturas típicas da sociedade mercantil colonial, da sociedade do tipo socialista e da sociedade moderna de tipo capitalista – formações sociais caracterizadas por uma economia dependente – que interagem com formas e estruturas típicas da sociedade africana anteriores a colonização. É o jogo dessas forças e de instituições sociais, incluído o Estado, que intervêm na produção e afetação dos espaços urbanos; comanda a divisão funcional e social do solo e exprime as tensões entre o que é local e o que é exterior nos sentimentos de pertença e nos mecanismos de crescimento decorrentes da perda da individualidade urbana.

Derivada da divisão social do trabalho – tema central nas abordagens de Marx, Max Weber e Durkheim – a divisão social tem como princípios a divisão técnica, a hierarquia e o parcelamento de tarefas. Importa, portanto, estabelecer a relação entre as desigualdades, hierarquias e os privilégios com a organização do espaço urbano numa formação social onde impera uma racionalidade econômica capitalista incipiente e dependente. Os modelos construídos pelos economistas clássicos segundo os quais a alocação do solo seria regida pela lógica da mercadoria, nem sempre explicam o acesso ao solo urbano na cidade de Nampula.

Resta, então, precisar em que modalidades a divisão social e suas manifestações se exercem para a produção de formas materiais na cidade: como se manifestam as

desigualdades, as hierarquias e os privilégios. Torna-se necessário analisar as escalas e os sistemas de valores que, num contexto de rendimentos iguais ou análogos, impõem escolhas e ordens de prioridade diferentes; isso, considerando que a noção de divisão social do espaço urbano envolve não apenas projeção da sociedade no espaço, mas e fundamentalmente (re)produção do espaço urbano. Através desta abordagem, as relações de produção e as relações sociais se exercem e imprimem formas concretas, espaciais e históricas, que se inscrevem sobre o solo. Pois, uma sociedade trabalha sobre um material ao mesmo tempo em que ela se revela através do seu trabalho.

A divisão social do espaço urbano se exprime através da repartição dos homens, dos grupos e das atividades no espaço, da qualificação social dos espaços, da construção e interpretação das formas espaciais. Os mecanismos de apropriação, da construção e de afetação do solo estão diretamente ligados às relações de produção e a organização social no seu conjunto. Os princípios de distinção social, de qualificação dos espaços revelam as relações sociais derivadas ou desviadas. Assim, os grupos sociais exercem um poder sobre a organização do espaço urbano, como também, exprimem preferências por certo estilo de vida, certa forma de habitat ou maneira de habitar. Quer se trate de funções gerais como a da centralidade ou de mecanismos que comandam a repartição das atividades da cidade, seu princípio de organização é de natureza social e não exclusivamente técnico ou econômico: as atividades classificam-se socialmente no espaço urbano e classificam socialmente os espaços. Afirmam-se assim, as solidariedades nas formas espaciais entre o trabalhar e o morar. A lógica das atividades não é totalmente independente da lógica do habitat, pois, o espaço urbano é essencialmente um lugar de reencontro ou de oposição de sistemas de valores diferentes.

Nesse contexto, a paisagem urbana não é apenas um sistema de signos ou sistema autônomo de objetos; como sugerem as diversas abordagens que ligam o conceito de paisagem às análises sobre paisagens vividas, paisagens percebidas, formas materiais e rede de relações, desenho dos arquitetos ou de urbanistas – revelando assim a insuficiência explicativa do conceito. Na paisagem os elementos humanos não são fortemente ligados uns aos outros; há necessidade de recorrer a ordem social vigente da qual os elementos dependem. A análise da repartição dos homens e das atividades que conduz ao desenho das densidades ou volumes, redes e nós, e que configuram a morfologia urbana, atribui a cidade e ao espaço urbano um quadro vazio onde se estabeleceria um campo de forças. A forma que de certa maneira envolve a cidade, não é muito explicativa e reveladora do essencial, no entanto ela assinala a associação, repetição ou articulação das vias, parcelas e o construído – um conjunto que para sua compreensão deve ser analisado na sua relação com as operações econômicas ou políticas que o produziram, da sua utilização e do conteúdo funcional ou social que aí se desenrola. A associação vias-parcelas-construído delimita um princípio de organização do espaço que relaciona três níveis sociais: institucional, público e privado

Através do espaço construído construção (relação e extensão das vias, parcelas e do construído) que os sujeitos decisivos da organização urbana intervêm, coalisam esforços ou entram em conflito revelando os papéis dos especuladores, arquitetos, engenheiros, sociedades financeiras, proprietários e instituições (municipais ou nacionais): articulação entre o público e o privado.

A partir da morfologia pode-se decifrar a produção material da cidade. As discontinuidades morfológicas exprimem a inscrição espacial das discontinuidades no tempo urbano, aquelas conjunturais. A morfologia urbana é também a maneira como as formas se ligam entre elas, se opõem ou se prolongam nas discontinuidades e

continuidades. Há uma relação explicativa entre as formas materiais da cidade e a história – referência a estrutura da sociedade, as manifestações ideológicas dessa sociedade e que afloram através da concepção da cidade ou do espaço construído. Todo sistema social é impuro, inclui heranças e antecipações, assim as formas espaciais não escapam dessa montagem de estruturas tendo suas implicações na estrutura e evolução da cidade: diferenciação no espaço, diferenciação no tempo, ou seja, nos ritmos das sociedades. As articulações morfológicas da cidade são a tradução no espaço dos alentos e das crises da expansão urbana e revelam as substituições entre os princípios de organização: revelam as transformações no interior da formação social, as passagens de uma formação para outra e as articulações entre diferentes formações sociais sucessivas.

BIBLIOGRAFIA

AMIN, S., O Desenvolvimento Desigual; ensaio sobre as Formações Sociais do Capitalismo Periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1973.

AMIN, S. e OKEDIJI, F. O., “Land use, agriculture and food supply, and industrialization”, In Population in African development, ed. P. Cantrelle et al (Ordina Editions, 1971), 409-423.

ABELA, P. “Urbanization and the distribution of schools”, In Population in African development, ed. P. Cantrelle et al (Ordina Editions, 1971), 383-388.

ARAÚJO, M. G. M., “Cidade de Nampula: A Rainha do Norte de Moçambique”. In Finisterra. XL, No. 79: 2005. pp. 209-222.

ARAÚJO, M. G. M., “Os Espaços Urbanos em Moçambique”. In GEOUSP, Espaço e Tempo, No 14, São Paulo: 2003. pp. 165-182.

ARAÚJO, M. G. M., “Ruralidades-Urbanidades em Moçambique. Conceitos ou preconceitos?”. In Geog, revista da Faculdade de Letras – Geografia, I Série, vol. XVII-XVIII, Porto: 2001-2002. pp. 5-11.

ARAÚJO, M. G. M., “O sistema das aldeias comunais em Moçambique; transformações na organização do espaço residencial e produtivo”. Ph.D. diss. Universidade de Lisboa, 1988.

BAIA, A. H. M., “Ruralidades na cidade de Nampula; exercício teórico para uma crítica a Cidade” Msc. diss. Universidade de São Paulo, 2004.

BEAUJEU-GARNIER, J., Geografia Urbana. 2ªed. Lisboa: 1995.

BECKER, C. M. Et al, Beyond urban bias in Africa: urbanization in an era of structural adjustment. London. 1994.

- BOURDIEU, P., “Principles of an Economic Anthropology” in: SMELSER, N. e SWEDBERG, R., The Handbook of Economic Sociology. 2ed. Princeton University Press. 2005.
- BRUSCHI, S., Campo e Cidades da África Antiga. Maputo: CEDH/IGAL, 2001.
- BOURDIEU, P., Les Structures Sociales de l’Economie. França: Seuil, 2000.
- BOURDIEU, P., O Desencantamento do Mundo. Brasil: perspectiva, 1970.
- CAHEN, M., “Une Afrique lusophone libérale? La fin des premières républiques”. In Revista du Groupement de recherche "Afrique australe" du CNRS (GDR n° 846). Maio 1995. pp. 105-136.
- CAHEN, M. (org), “Vilas” et “Cidades” Bourgs et Villes en Afrique Lusophone. Paris: Harmattan, 1989.
- CAPEL, H., La Morfologia de las Ciudades; I. Soceidad, cultura y paisaje urbano. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.
- CARLOS, A. F. A. e DE OLIVEIRA, A.U. (org.), Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004.
- CARLOS, A. F. A., “Uma leitura sobre a cidade”. In Cidades. No1, Vol.1. Presidente Prudente, 2004. pp. 11-30.
- CARLOS, A. F. A., A (Re)produção do Espaço Urbano. São Paulo: Edusp, 1994.
- CARLOS, A. F. A., A cidade. São Paulo: Contexto, 1994.
- CARTER, H., El estudio de la geografía urbana. Madrid: IEAL, 1983.
- CASTELLS, M., City, class and power. Houndmills: Macmillan, 1985.
- CHIZIANE, P., O Sétimo Juramento. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.

- CHILUNDO, A. et al, *Research report 6: Land Registration Nampula and Zambezia Provinces, Mozambique*. Maputo: LST-UEM, 2005.
- CLARK, D., *Urban Geography; an introductory guide*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1982.
- COHEN, A. (ed), *Urban Ethnicity*. London e New York: Tavistock Publications, 1974. pp. 77-118 e 223-250.
- COUSSY, J. et VALLIN, J.(dir.). *Crises et Population en Afrique. Crises économiques, politiques d'ajustement et dynamiques démographiques*. 2^a ed. Les études du Ceped. N° 3. Paris: CEPED, 1996.
- DAMIANI, A. L., “Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo”. In: CARLOS, A. F. A. e DE OLIVEIRA, A.U. (org.), *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004. pp. 19-58.
- DAMIANI, A. L., “A crise da cidade: os termos da urbanização”. In: DAMIANI, A. L. CARLOS, A. F. A. e SEABRA, O. C. L. (org.), *O espaço no fim de século; a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. pp. 118-131.
- DAMIANI, A. L., “A cidade (dê)sordenada e cotidiano”. In: GEOGRAFIA. Revista do departamento de geografia. São Paulo: USP/FFLCH, 1995. pp. 107-116.
- DAMIANI, A. L., “Qualidade de vida urbana: repensando a cidade”. In: *Anais 8º Encontro Nacional de Geógrafos*. Vol. 2. Salvador-BA: AGB, 1990. pp. 691-696.
- DEMANGEON, A., *Problèmes de Géographie Humaine*, Paris: Armand Colin: 1952.
- Di CIONE, V., *Autoconstucción de viviendas, vida cotidiana y urbanización em Argentina; Consideraciones a partir de la urbanización de Gran Buenos Aires*. GeoBAires. Cuaderno de Geografía. 2002. In www.geobaires.geoamerica.org.

- DOZON, J-P., "En Afrique, la famille à la roisée des chemins". In BURGUIÉRE, A. et al, Histoire de la famille; le choc des modernités. Tome 2. Paris: Armand Colin, 1986. pp. 301-338.
- ERICKSEN, E. G. Urban Behavior, New York e Toronto: Macmillan Company, 1954.
- FANON, F., Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FELDMAN-BIANCO, B. (org.), A antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global Universitária, 1987.
- FRÚGOLI, J-P., "O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia". In Revista de Antropologia. Nº 1, V. 48. São Paulo, 2005. pp. 133-165.
- FOUCAULT, M., Le mots et les choses; une archéologie des sciences humaines. Gallimardi, 1966.
- GEORGE, P., Geografia urbana. São Paulo: DIFEL, 1983.
- GEORGE, P., O Meio Ambiente. São Paulo: DIFEL, 1973.
- GRANOVETTER, M., SWEDBERG, R., The Sociology of Economic Life. USA: Westview press, 2001.
- HANNERZ, U., Exploring the city: inquiries toward an urban anthropology. New York: Columbia University, 1980, Cap. II, III, IV.
- HARDOY, J. E. et SATTERTHWAITE, D. (ed.), Small and Intermediate Urban Centers; Their Role in Regional and National Development in the Third World. London: Hodder and Stoughton, 1986.
- HARVEY, D., The Urbanization of Capital. Oxford: Basil Blackwell, 1985.
- HARVEY, D., Justiça social e a cidade. São Paulo: HUCITEC, 1980.

HAUSER, P. M. e SCHNORE, L. F., Estudos de Urbanização. São Paulo: Livraria pioneira Editora (s/d) pp. 461-485.

HEDGES, D. (coord.), História de Moçambique; Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961. Vol 2. 2ªed. Maputo: Livraria Universitária, 1999.

HODGES, T. e TIBANA, R., A economia política do orçamento em Moçambique. S/L: Principia, 2005.

INE, II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997; Resultados definitivos – Província de Nampula. Maputo: INE, 1999.

JOHNSON, J. H., Geografia urbana. Barcelona: Oikos-tau Ediciones, 1974.

KNAUDER, S., Globalization, Urban Progress, Urban Problems, Rural Disadvantages; evidence from Mozambique. England: Ashgate, 2000.

KIRONDE, J. M. L. Conceitos e teorias herdados na urbanização africana e estratégias de gestão: a luta continua. In Urban Studies. No.8, Vol.29. S/L, 1992. pp. 1277-1287.

LATOUCHE, S., La outra África; Autogestión y apañó frente al mercado global. Barcelona: Oozebap, 2007.

LATOUCHE, S., A Ocidentalização do Mundo; ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Petrópolis: Vozes, 1985.

LEFEBVRE, H. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

----- The production of Space. Oxford: Blackwell, 1995.

----- A Vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo: Ática, 1991.

----- O Direito à Cidade. São Paulo: Moraes, 1991.

----- Le Retour de la Dialectique. 12 mots clefs pour le monde moderne. Paris: Messidor/ Éditions Sociales, 1986.

----- De l'Etat: Le mode de production Étatique; troisieme partie. Paris: Union Générale d'Editions, 1977.

----- Espaço y Política. Barcelona: Edicions 62, 1976

----- Lógica Formal Lógica Dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

----- A Re-Produção das Relações Sociais de Produção. Porto: Escorpião, 1973a.

----- De lo Rural a lo Urbano. 2ª.ed. Barcelona: Edicions 62, 1973b.

----- Métaphilosophie; prolégomènes. Paris: Editions de Minuit, 1965.

----- Introduction à la modernité; préludes. Paris: Editions de Minuit, 1962.

LEWIS, O., Life in a Mexican Village: Tepoztlán restudied. Urbana: University of Illinois, 1951. pp. 427-448.

LOPES, L., ARAÚJO, M., HERMIND, K., *Perfil Ambiental da Cidade e do Distrito de Nampula*. Maputo: CEP-UEM, 1995.

LUKÁCS, G., Prolegomenos a una estetica marxista. Ediciones Grijalbo, 1969.

MAGNANI, J. G. C., "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo 2002 vol. 17(49): 11-29.

MALAUENE, D. et al, *Research report 7: Land Registration Maputo and Matola Cities, Mozambique*. Maputo: LST-UEM, 2005.

MARCHAND, J., "Économie et Société dans la Transition Libérale au Mozambique". In *Revista du Groupement de recherche "Afrique australe" du CNRS (GDR n° 846)*. Maio 1995. pp. 105-136.

- MARQUES, M. I. M., “O conceito de espaço rural em questão”. In Terra Livre. No. 19. São Paulo: Julho/Dez, 2002. pp. 95-112.
- MARTINS, J. S., A Sociabilidade do homem simples. Cotidiano e História na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, J. S., A Sociedade vista do abismo; Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MARX, K., Capítulo Inédito de O Capital. São Paulo: Moraes, (sd).
- MENDES, M.C., “Lês répercussions de l’indépendance sur la ville de Maputo”. In: CAHEN, M. (org), “Vilas” et “Cidades” Bourgs et Villes en Afrique Lusophone. Paris: Harmattan, 1989.
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL (MAE), Folha Informativa dos Municípios II. Maputo: MAE/INDA, 2002
- OLIVEN, R. G., A Parte e o Todo; A diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.
- OLIVEN, R. G., A Antropologia de grupos urbanos. Petrópolis: Vozes, 1985.
- OMINDE, S. H. and ADDO, N. O., “Resettlement and urbanization housing and community development” In: Cantrelle, P. et al (ed.), Population in African development. S/l: Ordina Editions, 1971. pp. 491-495.
- OPPENHEIMER, J. et RAPOSO, I. (coord.), Urbanização acelerada em Luanda e Maputo. Impacto da guerra e das transformações sócio-económicas (décadas de `80 e `90). Lisboa: CesA, 2002.
- POLANYI, K., “The two meanings of economic”, In: PEARSON, H. W. (ed.) The Livelihood of Man. Nova York: Academic Press, 1977. pp 19-34.

- POLANYI, K., A Grande Transformação; as Origens da nossa Época. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1944/1980.
- REDFIELD, R., Civilização e Cultura de Folk; Estudo de variações culturais em Yucatán. São Paulo: Livraria Martins, 1949.
- REDFIELD, R., Tepoztlán: A Mexican Village; A study of Folk Life. Chicago: University of Chicago. 1941. pp. 1-223.
- ROCHA, A. et al, “A História de Moçambique, 1885-1930” In *História de Moçambique; Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*. Coord. David Hedges (Livraria Universitária, 1999) pp.1-34.
- ROGER, A. (dir), La Théorie du Paisagem em France 1974-1994. Seyssel: Champ Vallon, 1995.
- RONCAYOLO, M. Les Grammaires d’une ville; Essai sur la genèse des structures urbaines à Marseille. Paris: Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1996.
- RONCAYOLO, M. La ville et ses territoires. Paris: Gallimard, 1990.
- RONCAYOLO, M. Formes des villes. s/d
- ROUGERIE, G. e BEROUTCHACHVILI., Géosystemes et Paysages; bilan et methods. Paris: Armand Colin, 1991.
- SANTOS, M., Manual de Geografia Urbana. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- SANTOS, M., Espaço e Sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANTOS, M., Geografia y economia urbanas nos países subdesarrollados. Barcelona: Oikos-tau Ediciones, 1973.

SIMONE, A. e ABOUHANI, A., Urban África; Changing contours of survival in the city. Dakar: Codesria books, 2005

SIMONE, A., “Introduction: urban processes and change”. In: SIMONE, A. e ABOUHANI, A., Urban África; Changing contours of survival in the city. Dakar: Codesria books, 2005

VALLADARES, L. P. (org.), Habitação em Questão. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SINGER, P., Economia política da urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1973.

WIRTH, L., “O urbanismo como Modo de Vida” in Velho, O. (org.): O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Zelizer, V. A., The Purchase of Intimacy. Princeton University Press, 2004.

Mapa de África Colonial em 1913.

This is a detailed political map of Africa and its surrounding regions. The map shows the following:

- Continents and Regions:** Africa, Europe, Asia, and Australia are visible. Major bodies of water include the Atlantic Ocean, Indian Ocean, and the Mediterranean Sea.
- Country Names:** Numerous countries are labeled, including Algeria, Libya, Egypt, Sudan, Ethiopia, Somalia, Kenya, Tanzania, Zanzibar, Mozambique, Botswana, Namibia, South Africa, and Madagascar.
- Major Cities:** Capital cities and other significant urban centers are marked with dots and labeled, such as Cairo, Addis Ababa, Johannesburg, and Cape Town.
- Scale and Projection:** The scale is 1:50,400,000, and the projection is Azimuthal Equal-Area. A scale bar at the bottom left indicates distances in kilometers and miles.
- Geographical Features:** The map also shows major rivers, lakes, and the Tropic of Cancer.

Mapa de África (atual) – Google Earth

Mapa de Moçambique – Google Earth

Foto: Academia militar - antigo Quartel militar colonial (no lugar onde se situava o posto militar que deu origem a cidade)

Foto: A catedral da diocese de Nampula